GUSTAVO CORÇÃO

CLARO ESCURO

FAMÍLIA

AGIR

Há certos livros que nos levam a vencer a habitual inércia, obrigando-nos a definir o pensamento em questões onde a nossa opinião é formada principalmente pelo hábito, pelo meio ambiente, ou por uma consideração superficial e mal informada dos problemas. São convites à revisão de idéias, à reflexão mais aprofundada, à discussão, à polêmica até. E o nosso primeiro interlocutor é o próprio autor que nos provoca. Gustavo Corção é mestre nessa arte de espicaçar: a favor ou contra, ninguém é capaz de lê-lo impunemente.

Dessa vez, é de casamento, família e divórcio que se trata. Além da forma sempre original, um tanto paradoxal, de propor as questões, o grande mérito do livro consiste principalmente na largueza do ângulo de visão em que se coloca. Com o espírito lógico que o caracteriza, Gustavo Corção parte da natureza e dos fins do casamento para levar-nos a definir o que êle deve ser. Mas imediatamente situa a família no seu contexto social pois «é na família, com tôdas as suas dificuldades, com todos os seus dramas, que se cruzam o social e o individual» e «não se pode isolar o problema e combater em prol da família sem combater, com igual ardor, em prol das estruturas sociais». Isto leva a conclusões que, à primeira vista, podem parecer paradoxais: em vez de progresso no sentido do nosso tempo, o divórcio é regresso ao individualismo do século passado; da mesma maneira, são anacrônicas e «monstruosas», no dizer do autor, certas pregações antidivorcistas isoladas da preocupação social e baseadas nos postulados da moral burguesa.

(continua na 2.ª orelha)

(continuação da 1.ª orelha)

Dentro dessa mesma perspectiva social, temos os dois ótimos capítulos sôbre as «famílias inimigas da pátria» e as práticas de injustiça (pistolão, empreguismo, parasitismo) — em que caem tantas «boas famílias» —, como pecados que levam à dissolução dos costumes familiares tanto quanto às desregras do sexo, a infidelidade, o divórcio, etc., e o capítulo sôbre a empregada doméstica que vem ilustrar com um caso particular — e geral — uma mentalidade social que atinge profundamente as bases da família.

Um outro ponto de grande interêsse do livro é a citação de autores modernos que tratam do mesmo problema, quer do ponto-de-vista filosófico ou psicológico: Bertrand Russell, Erich Fromm, Karen Horney, Louise Despert. Mas Corção não se limita a citar, dialoga, aprova, argumenta, contradiz, pensa alto enfim, quando lê êsses autores, e de repente, nós também nos surpreendemos envolvidos no debate, numa conversa a três, que, certamente, fechando o livro, iremos levar adiante, àqueles que conosco convivem.

Mas, porque *claro escuro?* Será ainda vontade de paradoxo? Gustavo Corção nos dá as suas razões do título no final do livro, quando diz que «a família é boa mas está funcionando mal». E é dentro dêste claro escuro, deste misto de bem e de mal, que temos de encontrar pontos seguros de referência a fim de saber lùcidamente para onde vamos e para onde finalmente queremos ir.

A presente edição vai aumentada com uma substanciosa *introdução,* escrita quando da primeira edição, mas, por extravio do original, não publicada naquela ocasião.

CLARO ESCURO

DO MESMO AUTOR

A DESCOBERTA DO OUTRO — 8.ª ed.
LIÇÕES DE ABISMO (romance) — 12.ª ed.
AS FRONTEIRAS DA TÉCNICA — 4.ª ed.
DEZ ANOS — 2.ª ed.
TRÊS ALQUEIRES E UMA VACA — 6.ª ed.

COLEÇÃO FAMÍLIA

5

GUSTAVO CORÇÃO

CLARO ESCURO

ENSAIOS SÔBRE CASAMENTO, DIVÓRCIO, AMOR, SEXO E OUTROS ASSUNTOS

CAPA DE
MILTON RIBEIRO

3.ª EDIÇÃO

1963

Livraria AGIR Editôra
RIO DE JANEIRO

Copyright de
ARTES GRÁFICAS INDÚSTRIAS REUNIDAS S. A.
(AGIR)

Livraria AGIR *Editôra*

Rua Bráulio Gomes, 125
(ao lado da Bibl. Mun.)
Tel.: 34-8300
Caixa Postal 6040
São Paulo, SP

Rua México, 98-B
Tel.: 42-8327
Caixa Postal 3291-ZC-00
Rio de Janeiro
Guanabara

Av. Afonso Pena, 919
Tel.: 2-3038
Caixa Postal 733
Belo Horizonte
Minas Gerais

Enderêço telegráfico: "AGIRSA"

ÍNDICE

Uma Introdução perdida e agora achada 9
1. Dificuldades 15
2. Preliminares de um debate 29
3. A natureza do casamento 35
4. Os fins do casamento 43
5. Demagogia do amor e da felicidade 51
6. Má-fé e boa-fé 59
7. Um caminhar lado a lado 67
8. A boa escolha 73
9. Os inocentes castigados 81
10. Filhos do divórcio 89
11. Divórcio, idéia típica do século passado 119
12. Pro domo eorum 127
13. A Casa e a Rua 135
14. Famílias inimigas da pátria 143
15. "Familles, je vous hais!" 151
16. O casamento e a moral segundo Bertrand Russel 159
17. Dramas conjugais 177
18. A Gata Borralheira 197
19. Claro Escuro 211
20. Divórcio, reivindicação burguesa (J. Fernando Carneiro) 225

UMA INTRODUÇÃO PERDIDA E AGORA ACHADA*

Há certos livros que o autor escreve sem pensar no leitor, ou melhor, sem cuidar se existirá algum, ao menos um, que seja capaz de ir até o fundo da obra e lá descobrir a concha e a pérola. Assim fazem os grandes escritores; e também os sábios investigadores que nem sempre podem exprimir de modo fácil o que encontraram. Não devemos nos queixar dêles se não os compreendemos, nem é justo dizer que tais autores vivem numa tôrre de marfim. Se o que produzem é verdadeiro, não será isolado. Pode acontecer que a conjuntura cultural torne difícil a comunicação da obra, mas se é genuína, a obra é essencialmente **comum** e **comunicável.** Alcem-se nos pés os de pequena estatura que queiram lê-la; aproximem-se os que estiverem longe; mas não exijam do autor um rebaixamento os que de si mesmo não exigem o esfôrço de elevação. Não há situação sociológica, política ou econômica que possa contestar o direito à grandeza e à dificuldade que dela decorre; nem podemos reclamar uma arte para o povo sem trairmos o que há de mais humano no homem, e portanto sem trairmos o mesmo povo que sonhamos servir. Quem reclama do artista uma poesia mais popular e imediata devia reclamar também dos físicos uma ciência menos rebarbativa. É verdade que todos pressentem os elos que ligam as fórmulas abstratas aos resultados concretos. A técnica justifica e populariza a ciência. A divulgação das utilidades explica a reclusão dos matemáticos, e assim êsses prestidigitadores de dificuldades merecem a estima dos povos e as verbas dos orçamentos. Mas a função civilizadora daqueles que praticam o alpinismo das artes ou da filosofia, embora não pareça, é

* Esta introdução tinha sido feita para o presente livro e depois foi perdida e esquecida. Tornando a achá-la hoje, fiquei contente e tive a idéia, não sei se boa ou má, de oferecê-la como uma espécie de bonificação suplementar aos leitores desta nova edição.

ainda maior do que a dos manipuladores de utilidades, porque opera uma elevação naquilo que o homem tem de mais humano. Além disso cumpre notar que a elevação, embora torne difícil o contrato imediato, torna mais fácil o congraçamento. É por mastros, faróis e cumes que os homens se orientam; é um tôrno de sinais elevados que se unem.

*

Tudo o que disse até aqui foi para concluir o contrário, e para prevenir o leitor que êste livro não pertence àquela nobre espécie das obras que enfrentam heròicamente a incompreensão. Neste, e muito deliberadamente, estou interessado em atingir o maior número possível de leitores. Sinto-me diante do papel como se estivesse ao quadro-negro, e se alguma nobreza tiver a obra, será de outro tipo: será a do desejo ardente de transmitir, do modo mais fácil possível, os elementos de uma sabedoria que não é de minha invenção e que a todos interessa. Não digo que seja um livro didático. Essa espécie de livro desidratado, esquematizado, funciona bem quando inserido num magistério vivo; supõe o professor. E como eu tive a audácia ou a loucura de sonhar com muitos leitores, sou forçado a meter-me dentro do livro, a procurar amabilidades vivas que cativem o ingrato e distraído leitor.

Fique bem gravado que a substância dêste livro não é minha. Ela foi joeirada por mestres no enorme campo comum, constituindo assim um patrimônio universal e fundamental sôbre a natureza das coisas. De meu o que trago é o arranjo, e é nesse pouco — as frases, as imagens, algum argumento — que me esforçarei por tornar saborosa a comida. Ainda não disse, a não ser no subtítulo, qual é a matéria e qual será o ângulo. A matéria é uma das mais antigas e comuns. Nós vamos falar de amor, namôro, casamento e família; vamos falar de casais que se unem, e acidentalmente de casais que se desunem; de crianças que nascem, e acidentalmente de crianças que não logram licença de nascer; de juramentos que se cumprem, e acidentalmente de perjúrios que se celebram festivamente no Uruguai; de casas duradouras que se fundam, e acidentalmente de apartamentos que são mobilados para encontros efêmeros. E a

perspectiva de nosso estudo será a da lei natural e não a do casamento sacramental.

Agora, quero dizer ao leitor o que dêle espero, ou melhor, quero explicar a que tipo de gente se dirigem estas páginas e, conseguintemente, qual é a outra humanidade de que não espero grande compreensão.

Pela exposição do assunto vê-se que as pessoas mais diretamente visadas são os namorados, os noivos, e os jovens esposos que ainda estão em tempo de corrigir com facilidade algum defeito de suas bússolas. Como porém está provado, com base em inquéritos sociológicos e em estatísticas, que a maior parte dos dramas conjugais é provocada pelas pessoas mais velhas — mães, sogras, tios, avós, etc. — as quais, com as melhores intenções aliadas aos piores critérios do mundo, se encarniçam em ajudar o jovem casal, estendo, então, a matrícula neste curso a tôdas as idades. E também a todos os credos, uma vez que a perspectiva adotada é a da natureza das coisas, como adiante se explicará melhor. Fica assim, para alegria minha e de meu editor, muito dilatado o número de leitores. Mas agora vejamos as restrições e declaremos quais são os postulados mínimos com que contamos.

O primeiro é o da realidade moral. O leitor deverá admitir que há coisas que se fazem e coisas que não se fazem, que existe o bem e o mal, que há uma norma para a vida, embora muitas vêzes, na escuridão e na perplexidade, não se veja bem a ponta da bússola ou não se aviste no céu a estrêla polar. Não exijo do leitor a prática das virtudes em grau heróico. A rigor, não exijo sequer a prática das virtudes. Pode ser um pecador e um imoral, sabendo que erra e que peca. Mas se fôr amoral, embora bem comportado, se fôr cientificamente amoral, dificilmente poderá entender alguma coisa neste livro. Mais depressa espero ser compreendido por um desregrado do que por um pedante. Há pessoas que julgam ter encostado o dedo mindinho na abóbada do Século XX ou na cúpula da Ciência quando dizem, por exemplo, que a moral é relativa, que varia com os costumes, ou quando declaram categòricamente que a má ação é simples decorrência psicológica ou social. O criminoso seria apenas um doente; o patife será simplesmente um pobre diabo achacado

por mal crônico como quem tivesse hemorróidas na alma: o sujeito que não cumpre a palavra seria parecido com o que sofre de prisão de ventre, que também não cumpre outra espécie de exteriorização. Conheço o caso de uma desventurada senhora que em ponto avançado da vida conjugal descobriu uma infidelidade do marido, e por essa reconstituiu outras muitas. Depois de mudo sofrimento e de ineficazes apelos aos santos de sua devoção, a pobre senhora, num fulgor de esperança, resolveu procurar a Ciência, e dirigiu-se a um psiquiatra famoso. Ouvindo as queixas da senhora, enunciadas no antigo estilo da aflição, o psiquiatra apiedou-se dela e explicou: "Não se aflija. Seu marido é apenas um doente. Faça de conta que êle apanhou um resfriado..."

Devo advertir, para evitar algum mal entendido, que nossa filosofia reconhece o papel e a importância do estado de saúde, do equilíbrio psíquico e das condições sociais, na valorização moral dos atos humanos. Mas daí a reduzir todo o problema moral a um problema clínico ou sociólogo vai um abismo: e é com êsse abismo de bom-senso do leitor que estou contando.

O outro postulado, que se prende ao primeiro, ou que até a rigor devia ser-lhe anterior, diz respeito à natureza das coisas e mais particularmente à natureza específica do homem. Para nós fica entendido — e neste ponto não posso transigir com o leitor — que um homem é um homem. Embora muitos se comportem como porcos mais ou menos resfriados e grande número mereça o tratamento de burro, e às vêzes de cachorro, nós afirmaremos, ora com melancolia ora com exaltação, que o homem é especìficamente distinto daqueles animais. É um animal racional, o que vale dizer espiritual. Se o leitor faz questão de descender do macaco, esteja à vontade. Não faço questão que abandone o evolucionismo, mas faço questão fechada da diferença específica, da alma espiritual, ainda que pelo corpo venha do macaco, da lesma ou da terra. Prova-se que a alma humana é espiritual pela imaterialidade da idéia abstrata, mas aqui não podemos abrir espaço para tão larga explanação. Conto pois com o bom-senso do leitor para admitir a específica humanidade do homem, da qual decorre sua liberdade e sua moralidade.

O terceiro postulado diz respeito à sociabilidade do homem e ao caráter intrinsecamente moral dessa sociabilidade, pelo qual uma sociedade humana é essencialmente diversa de uma colmeia ou de um formigueiro. Certas pessoas, quando consideram uma colmeia, e quando comparam a ordem delas com a nossa desordem, sentem uma nostalgia do infra-humano e passam a sonhar com um regime político de vínculos mecanizados. A política totalitária consiste nesse desvario e desde já previno que seus adeptos estão reprovados, grau zero, no vestibular dêste livro.

Eis aí o mínimo que peço ao leitor para ulterior entendimento: o senso moral, o senso do humano, e o senso democrático. Pode, entretanto, acontecer que algum leitor, que inicialmente não aceite aquêles princípios, se abordar a leitura com boa vontade, e se tiver eu a felicidade da expressão clara e convincente, venha a colhêr algum proveito na leitura, algum começo de confiança em nossos princípios, ou começo de desconfiança nos seus. Há, porém, dentro da espécie que já nos é avêssa, uma raça especial com que decididamente não podemos contar, a não ser na base do estalo. Refiro-me aos numerosíssimos indivíduos para os quais a dignidade consiste na teimosia e na indocilidade. Aprender é coisa para criança. Homens feitos, não lhes fica bem ouvir, quanto mais aprender. Essa disposição é chamada de "personalidade" e geralmente se encontra entre as pessoas muito bem sucedidas. Com êsses não queremos nada. Como velho professor estou habituado à insistência e à perseverança, mas a sabedoria do livro inspirado nos ensina que em certos casos há mais virtudes em desistir do que em insistir. "Instruir um tolo é o mesmo que colar um vaso despedaçado, é falar a quem não ouve, ou dirigir-se a um homem mergulhado em sono profundo. Sim, discutir com um tolo é o mesmo que falar a um sujeito que dorme e que, estremunhado com o teu discurso, resmunga: Hem? Como?" (Ec. XXII-7-8).

Êste final, agora o vejo, é triste para mim e para o editor. famos tão bem! Aquela largueza que abrangia tôdas as idades e credos parecia prometer-me milhões de leitores. Mas agora, feitas tôdas as restrições, sobretudo a última, estamos apreensivos. Quantos ficarão?

DIFICULDADES

O presente trabalho, que reúne alguns ensaios já publicados nos jornais e outros inéditos, não trata sòmente, como talvez pareça, do restrito problema do divórcio. Meu maior empenho, nestas páginas, foi o de mostrar que o problema da indissolubilidade conjugal não se isola, e não pode ser adequadamente tratado fora do grande contexto em que se inscreve tudo o que se prende à natureza e à sorte do homem. De modo mais direto e imediato cuidei aqui da instituição familiar, defendendo-a das agressões reiteradamente produzidas pelos divorcistas; mas o leitor atento perceberá que ao mesmo tempo, embora às vêzes de modo indireto, cuido de defender a configuração social e a estrutura política condizentes com a dignidade humana. A defesa da casa implica a defesa da cidade, e recìprocamente. Creio que foi Santo Agostinho quem disse que uma sociedade humana só merece êste título, e só se diferencia dum puro aglomerado, quando é formada de famílias: êste é um de nossos postulados fundamentais.

Uma sociedade evoluída é um complexo conjunto de conjuntos. Inúmeros grupos coexistem, convivem e cooperam dentro do conjunto geral. Alguns são mais especializados e mais remotamente ligados às exigências da natureza humana; outros, ao contrário, derivam diretamente do que somos. O homem é sociável por natureza. A distinção entre "estado de natureza" e "estado de sociedade", usada por Hobbes e seus descendentes, resulta de uma errônea concepção da natureza humana. Para nós, a sociedade e seus grupos, incluindo por exemplo a Sociedade Filatélica ou a Associação dos Amigos da Astronomia, não constituem um estado "artificial" oposto ao estado de primitiva pureza do homem natural. Ao contrário, afirmamos — e êsse é outro de nossos fundamentais princípios — a natural sociabilidade do homem; e assim marcamos nossa frontal oposição às doutrinas derivadas da essencial incompatibilidade entre o indivíduo e a sociedade, como por exemplo a do Contrato Social de Rousseau.

Há certa ambigüidade no uso do têrmo "natural" quando aplicado aos problemas humanos. Muitas vêzes é empregado com sentido naturista, que se opõe à idéia de civili-

zado, de artificial e até de racional. Os que assim procedem, e são muitos, pensam na natureza genérica, pela qual o homem adere ao mundo físico, como um ser puramente biológico; esquecem-se da natureza específica, pela qual o homem é humano, racional e, até direi, pela qual o homem é naturalmente artificial. Quando digo natureza humana, convém notar, é sempre à natureza específica, pròpriamente humana, que me refiro. Acrescente-se que esta afirmação da diferença específica, que destaca o homem de todo o universo físico e do mundo biológico e lhe atribui a nova dimensão da racionalidade, é outro princípio fundamental de nossas considerações.

Sendo assim, no que concerne ao homem As maçãs pintadas por Cézanne são artificiais; A oposição é válida, evidentemente, para distinguir a obra humana da obra não humana. As maçãs pintadas por Cézanne são artificiais; a maçã comprada no fruteiro é natural. Não se diga porém que, para o homem, é mais natural comer maçãs do que pintá-las. Comer a fruta é coisa que o homem possui em comum com os macacos e com os pássaros; é atividade que decorre de sua natureza genérica, não especificada. Pintar, ao contrário, é atividade tìpicamente humana, e portanto

mais natural para o homem do que comer maçãs naturais.

Grave-se bem o valor que damos ao vocábulo. Quando falamos em natureza humana não estamos pensando sòmente no corpo, e muito menos num estado primitivo. Mais naturalmente humano (em nosso contexto) do que o Tarzan das selvas, ou do que os nudistas suecos, é o filósofo, é o artista, é o homem civilizado. Quando pronunciamos o têrmo "natureza humana", a imensa aura de imagens conotadas se povoa de tôdas as gloriosas e até de tôdas as extravagantes decorrências do traço específico. Em oblíquo, pensamos em quadros, e até em quadros concretistas. Pensamos em arte culinária, em música, em satélite artificial, em geometrias não euclideanas, em academias, e em tudo o mais com que se manifesta no mundo o transvazamento da razão humana em seus acertos e desacertos. O itinerário da civilização e da cultura não é o de um progressivo afastamento do natural humano; ao contrário, é o caminho de sua mais plena realização. Não quero dizer, com isto, que todos os caminhos históricos sejam bons e condizentes com a nuclear essência do homem. Muitas vêzes o mundo tem tomado direções errôneas que podemos chamar de antinaturais. Uma de nossas teses consiste

precisamente em afirmar que as tendências do ocidente moderno, iniciadas na Renascença com o surto do individualismo, são antinaturais. A moribunda civilização burguesa foi grandemente funesta para os valôres humanos, não pelas máquinas que produziu, e que constituem o glorioso acervo dessa época, mas pela mecanização do próprio homem.

Voltemos ao ponto principal: o homem é naturalmente sociável. A sociedade humana, por fôrça da mesma irradiante natureza, se diferencia ricamente em grupos matizados e hierarquizados. Ora, de todos os grupos internos, o mais direta e normalmente derivado das exigências naturais é a família. Diremos pois que a família é uma instituição de lei natural. É célula formadora da sociedade civil, é grupo fundamental onde se efetiva, em primeira instância, a sociabilidade humana; é lugar das primeiras experiências afetivas; é ginásio das primeiras lutas da justiça e viveiro onde se cultiva, ou se deve cultivar, a amizade que mais tarde, por expansão, constituirá o oxigênio moral das sociedades sadias. Mas aqui devemos acrescentar uma observação importante. Se por um lado a família, na sua essência, é formadora da sociedade, por outro lado, cada família na sua existência singular concreta, se ins-

tala numa sociedade preexistente. Vê-se pois que há uma interação entre as duas coisas. Pensando em têrmos de anterioridade metafísica, digo que uma sociedade é o que são suas famílias. Pensando agora no refluxo de efeitos produzidos pela sociedade preexistente sôbre as famílias, digo que as famílias, de certo modo, e na medida em que se deixam levar, serão o que é a sociedade. E por aí se vê que o militante não pode isolar o problema e combater em prol da família sem combater, com igual ardor, em prol das estruturas sociais. O especulativo pode e até às vêzes deve, por questão de método, isolar o problema para apreender as puras essências. O militante está obrigado à luta em muitas frentes; e grave será o seu êrro, e funestas serão as conseqüências, se êsse preceito fôr descuidado.

No caso da indissolubilidade conjugal, e de outros problemas relativos à vida familiar, reputo particularmente defeituosa a técnica isolacionista. Considero monstruosa a pregação antidivorcista isolada da preocupação social, e tantas vêzes realizada pelos personagens mais representativos da moral burguesa. É o meio infalível de comprometer a boa causa, vinculando-a à mentalidade e ao padrão de vida das chamadas "boas famílias". Chamo a atenção do leitor para êsse ponto, que adian-

te será desenvolvido, e que considero o melhor da contribuição que aqui ofereço.

Mas não menos errônea é a filosofia que se detém no social, no econômico, no político, com funesto esquecimento das exigências profundas e personalíssimas do homem. O casamento, de todos os problemas humanos, é o que exige maior compreensão dos dois pólos da vida. Nêle se encontram a sociedade e a intimidade. Nêle se preparam, na maior de tôdas as condensações do recato, os habitantes da cidade e do mundo. Na família, mercê de uma prodigiosa usinagem, transforma-se o amor de dois em riqueza de milhões, transmuta-se o particular em geral, o íntimo em público, o bem de poucos em bem comum. É na família, com tôdas as suas dificuldades, com todos os seus dramas, que se cruzam o social e à política. E é por isso que, depois de que não é possível militar pelo bem das famílias sem lutar, ou pelo menor ser coerente nas atitudes tomadas em relação à justiça social e à política. E é por isso que, depois de alguma hesitação, resolvi inserir nesta coleção o artigo intitulado "Famílias inimigas da Pátria". Tem o inconveniente de parecer agressivo demais, mas tem a vantagem de propiciar ao leitor um exemplo claro. Pareceu-me que a vantagem didática cobria os riscos de

alguma desairosa interpretação e, com essa convicção, resolvi incluir o mencionado artigo.

Disse atrás que o problema do casamento e da instituição familiar tem de ser abordado na ampla perspectiva do social e do pessoal e frisei que o militante, se quer defender a Casa, tem de defender a Cidade com igual fervor. Direi agora, com o risco de assustar, que em cada direção se ramificam os problemas. No lado social, considere o leitor a coleção espantosa de questões que já encontrou nos debates, nos discursos, nos programas de rádio, nos editoriais da imprensa e nos sermões. O que pensa você dos critérios que devem reger a política imigratória? O que pensa do salário-mínimo, da reforma agrária, do parlamentarismo, do voto ponderado, da liberdade da radiodifusão, das reformas do ensino, da pena de morte, do abôrto legal? No lado pessoal, inventarie ràpidamente os problemas que já detiveram sua tenção. O que pensa você do amor? Acha, por exemplo, que o amor é incompatível com a obrigação, e que só pode existir com pura espontaneidade? O que pensa da sinceridade, do ciúme, da incompatibilidade de tipos humanos, das dificuldades sexuais e das reações neuróticas? O panorama da multiplicidade que o mundo do homem apresenta é estonteante, e quem não aprendeu a

considerar os vínculos, a pesquisar as razões unificadoras, vê o universo como uma imensa colcha de retalhos. Vê espetáculos incongruentes. Cenas com atôres e cenários diversos. Equações particularizadas. Problemas armados em compartimentos estanques. A corrente filosófica que domina tôda a moderna civilização propicia êsse modo de ver: o nominalismo, tomado no seu mais amplo sentido, é a filosofia da atomização do ser, e da proliferação dos problemas em compartimentos estanques. Para bem situar o problema da instituição familiar, seria preciso, a rigor, começar pela recuperação da disciplina mental, que só pode ser dada pela filosofia que dá noções unificadoras e proporciona à inteligência a maior e mais casta alegria dêste mundo: a de pressentir a imensa harmonia de tudo, a de adivinhar o parentesco, diria até a fraternidade fundamental de todos os sêres. Com êsse instrumento, poderíamos vislumbrar a unidade que se esconde sob a variedade, e poderíamos adquirir critérios centrais para explorar a imensa multiplicidade de problemas.

A conclusão a que se chega é desanimadora. Se convimos que existe uma espécie de mentalidade coletiva afetada de grave distorção, conclui-se que é preciso, antes de lutar

por qualquer especificado problema, lutar pela mudança de eixos de tôda uma civilização. Diante de tão vasto empreendimento corremos o risco da megalomania ou o risco oposto do acabrunhamento. Ou então, na hora de abordar qualquer um dos graves problemas humanos, teremos de começar com as palavras judiciosas e paradoxais que li no autor de um livro sôbre os partidos políticos: êste livro é impossível e entretanto necessário. Não podemos, mas devemos escrever. No caso do casamento e da indissolubilidade, não podemos escrever, ou não podemos convencer, porque justamente nos dirigimos a um público imbuído da linguagem liberal-burguesa ou da sua antítese totalitária. Temos de falar, dentro de uma civilização, contra os seus critérios. Temos de nos dirigir a pessoas impregnadas de postulados que levam a conclusões opostas às nossas. Temos de falar a um auditório imbuído de uma dogmática inconsciente e tenaz. E não podemos, evidentemente, esperar que nosso leitor se dê ao trabalho de estudar a boa filosofia, durante três ou quatro anos, antes de encetar a leitura de nosso modestíssimo opúsculo.

A tarefa da pregação do verdadeiro estatuto familiar, como a outra do verdadeiro e integral humanismo, é realmente impossí-

vel. **Et cependant nécessaire**... Aliás, não seria tão necessária se não fôsse, digamos assim, tão impossível. Na verdade, o que é impossível é a comunicação imediatamente convincente, é a prova cabal, a demonstração matemática, ou mesmo filosófica das teses de nosso humanismo integral. O que é impossível, bem o sabemos, é a clara, a irretorquível apresentação apodítica do assunto. Muito pregador, sobretudo em nosso meio católico, tem o vício cartesiano de acreditar demais no valor das idéias claras; e daí passa a pensar, e a dizer que só por má-fé não se convence quem o ouve. Parece-lhe que deve ser claro para os outros o que sente em si mesmo como claro, sem lembrar que, na falta da verdadeira evidência, muita claridade aparente vem do hábito mental, do sistema interior e inconsciente de idéias referenciais. A indissolubilidade conjugal não é uma idéia clara e comunicável por via demonstrativa, como a idéia do quadrado da hipotenusa. Torna-se clara em nós pela convergência de luzes que vêm de outras idéias fundamentais, mas onde faltar essa organização interior, essa mentalidade predisposta, não podemos contar com o bom êxito da demonstração, e não é justo chamar de má-fé essa terrível dificuldade que vem dos consolidados precon-

ceitos subjacentes a quase tôdas as mentalidades de nossos tempos. O pregador que não conhece a existência dessa dificuldade deve mudar de ofício, pois é quase certo que só consiga, pela jactância do tom, pela ostensiva alegria com que se apresenta como iniciado nas grandes verdades, e pela impaciência que demonstra diante das resistências, tornar antipática a causa que defende.

Mas, se é impossível a demonstração cabal, impossível não é o tratamento indireto que produza no ouvinte, ou no leitor, um primeiro abalo, uma primeira simpatia que, por sua vez, produza a revulsão de suas próprias energias espirituais, e a disposição de aceitar o penoso trabalho de uma revisão profunda de valôres. Não podemos proporcionar uma argumentação apodítica que obrigue a inteligência a se inclinar, como no caso de uma perfeita demonstração matemática, mas podemos talvez bombardear a mentalidade adversa com alguns neutrons que ponham em funcionamento as energias profundas do leitor. O que nos anima em nosso trabalho não é a claridade fácil da tese e muito menos a faiscante claridade de nossos argumentos. O que nos anima é a convicção da fôrça que tem a verdade, ainda que obscura, e da intrínseca boa disposição que sempre há de

existir nas profundezas da alma humana. O método para utilizar êsse dois preciosos fatôres não pode ser o da impassibilidade de um professor de matemática. Não deve ser também a da pedagogia que se firma na ostensiva superioridade do mestre que tem a verdade no bôlso. Não pode nem deve ser o implacável método cartesiano, que nesses problemas são ridìculamente inadequados. Ao contrário, para atingir o lugar secreto onde se instala a dogmática pessoal, é preciso usar processos mais humildes e mais cordiais. Saberemos fazer? Temos contra nós, além de nossas deficiências, a envoltória cultural de quatro séculos de civilização individualista. Mas temos a favor a generosidade do leitor, a fôrça da natureza das coisas, e também o fato de estarmos vivendo um período de transição histórica e de liquidação dos preconceitos da moral burguesa. Contamos com êsses trunfos na falta de uma mentalidade coletiva, ou de uma civilização favorável aos valôres humanos. Qualquer pessoa, apesar das fôrças adversas, é capaz de realizar um alargamento da alma que o liberte das fórmulas e dos preconceitos adquiridos. Para entender o que há de misterioso e profundo no homem e em tudo o que lhe concerne — no casamento indissolúvel, por exemplo — não é preciso ter grau de

doutor em filosofia. Basta ter a disposição de desatar os liames que tolhem a natural expansão da alma. Do leitor divorcista não espero uma conversão conseguida por meus argumentos, espero antes um estalo que venha das vísceras da alma, das energias secretas, do impulso de generosidade que tinha enderêço errado. Meus argumentos, queira Deus que tenham aquela virtude de espolêta a que atrás me referi; mas a energia transformadora virá, e só pode vir, da pólvora espiritual que faz de cada homem um paiol. Não é pois a sua conversão que espero, leitor, é a sua explosão.

PRELIMINARES DE UM DEBATE

Temos novamente o divórcio às portas da legislação. E parece que seus advogados estão agora mais esperançosos do que cinco anos atrás. O texto que tenho diante dos olhos anuncia dois fatôres favoráveis: "a mudança da composição da Câmara dos Deputados e o fortalecimento da opinião pública." Quanto ao primeiro dou razão aos divorcistas. A julgar pelo que se tem visto e ouvido no Palácio Tiradentes é razoável esperar o divórcio na nova composição, como é razoável esperar, ou temer, muitas outras coisas. Quanto ao segundo fator eu teria dois reparos a fazer. Em primeiro lugar confesso que as cifras publicadas pela revista **Manchete,** com dados do IBOPE, me surpreenderam. Sinceramente, eu imaginava que o número de divorcistas fôsse muito maior. O segundo reparo, mais importante, diz respeito ao uso que se deve fazer dêsse tipo de consulta da opinião pública.

Muita gente talvez imagine que faça parte da democracia o perfeito paralelismo

entre a legislação e a opinião pública, e que, por conseguinte, o método ideal de legislar seria o de pôr a votos todos os problemas que surgissem. Ora, nada é mais falso. Numa democracia autêntica e orgânica deve ser cada vez maior e mais consciente a participação de todos, mas daí não se segue, de modo algum, que a multidão seja capaz de legislar pelas urnas. O legislador tem o dever de sondar a opinião pública para sentir os anseios profundos da multidão, e para explicitar os princípios de justiça que fermentam na obscuridade dos apelos implícitos; mas de modo algum está obrigado a seguir a opinião pública explicitada. Em outras palavras, o mandato não é uma pura representação da vontade popular; é uma representação investida da autoridade. Como porém a nova composição da Câmara dos Deputados pensa de modo diferente, conforme ficou evidenciado no caso do aumento geral do funcionalismo, é bem possível que as esperanças dos divorcistas de hoje sejam bem fundadas.

Com esperanças ou sem elas, achei que devia mais uma vez trazer ao leitor algumas refuexões sôbre êsse debatido problema. Mas antes de mais nada devo assinalar uma atitude inicial que se opõe à do Deputado Gurgel

do Amaral. Declarou êsse ilustre divorcista que é católico e que é como católico que deseja o divórcio por lhe parecer que essa medida seja boa para a própria Igreja. Na entrevista concedida à **Manchete** o deputado diz: "Sou católico, mas entendo que, sendo a religião questão de fôro íntimo, nem todos estão obrigados à mesma convicção..."

Se nós estivéssemos cuidando aqui de problemas relativos à doutrina católica, valeria a pena apontar as singularidades do credo professado pelo Sr. Gurgel do Amaral. Esquivo-me dessa tarefa porque justamente um dos pontos que pretendo firmar é que a questão do divórcio não é religiosa. Não é como católico, e em têrmos de fé, que pretendo tecer algumas considerações, e sim como cidadão e democrata, e em têrmos da razão natural. No que concerne ao valor transcendente e sacramental do matrimônio cristão não me interessam, de modo algum, os passos dos senhores deputados, e muito menos as inovações que o Sr. Gurgel do Amaral possa sugerir ao govêrno da Igreja. O problema se situa no plano do direito natural, e é só nesse plano que pode ser debatida a sua legislação. Como católico só posso dizer, em favor da minha argumentação, que eu levo a vantagem de não ser suspeito: com lei ou sem ela, com

a constituição respeitada ou mais uma vez ultrajada, não será êsse o critério que me guiará no meu caso particular.

E posso ainda acrescentar, com satisfação, um depoimento pessoal que tem certa originalidade. Sempre fui antidivorcista. Muito antes de ser católico eu pensava, embora com argumentos mais confusos, o mesmo que hoje penso da indissolubilidade do vínculo. Não foi a Igreja que me tornou antidivorcista. Foi a infância que tive a sorte de ter, foi minha mãe, a mata do Trapicheiro, o velho Colégio Corção, o gôsto pelo raciocínio claro, talvez a astronomia e a técnica, e certamente, com lugar de especial destaque, foram os divorcistas e até os marxistas que me inculcaram os mais robustos esteios de meu antidivorcismo. Não foi pois a fé que me trouxe a convicção da indissolubilidade; ao contrário, foi essa convicção que, de certo modo, me encaminhou para a Igreja.

Assentados êsses indispensáveis preliminares, entremos no assunto. Deve ou não deve ser indissolúvel o vínculo conjugal? Cada um de nós já ouviu mais de uma vez os calorosos e curiosos debates que esta questão costuma suscitar. Há momentos em que parece que ninguém tem razão. Tal sujeito afirma a indissolubilidade em função do seu

catolicismo, sem se lembrar de averiguar se esta condição é exigida sòmente pelo caráter cristão do casamento, e nesse caso não pode ser imposta a todos, ou se é exigida pela natureza do casamento. Tal outro afirma que deve existir o divórcio para resolver o caso particular de sua cunhada, sem se lembrar de investigar se essa vantagem particular é ou não obtida em detrimento do bem comum. Há até o caso, como se já viu, do sujeito que pretende, como católico, resolver ao mesmo tempo os casos particulares e a orientação geral da Igreja.

Em outros momentos tem-se a impressão ainda mais vertiginosa de que todos têm razão. Convicções igualmente robustas e igualmente sinceras encontram-se nos dois lados da questão. Conclui-se então — e isto é sumamente importante — que a divergência é mais profunda e anterior à matéria tratada. Cada um, por trás do que diz, possui uma filosofia ou uma concepção geral da vida. Cada um vê de um modo diverso o homem, a vida, o casamento e tudo mais. Torna-se pois necessário recuar o debate até a análise das premissas implícitas.

No caso vertente a indissolubilidade ou o divórcio são propriedades de uma coisa definida de certo modo. Resta saber se os conten-

dores estão de acôrdo sôbre a definição da coisa cujas propriedades discutem. Em outras palavras, resta saber o que pensam do casamento, de sua essência e de seus fins, o divorcista e o antidivorcista. O vício de muita discussão estéril e nervosa consiste precisamente no pressuposto de que existe uma perfeita concordância sôbre as premissas da questão. Ora, a experiência mostra que na maioria dos casos as divergências provêm justamente daquilo que se cala.

Com o intuito de trazer alguma clareza ao apaixonado debate, proponho ao leitor um armistício, durante o qual nós examinaremos nossos conceitos e nossos postulados. Em lugar de discutir se deve ou não haver indissolubilidade, procuremos juntos tirar a limpo o que pensamos do casamento e das relações que prendem essa instituição ao contexto dos grandes problemas humanos. E é isso que trataremos no próximo capítulo.

A NATUREZA DO CASAMENTO

O debate em tôrno da indissolubilidade e do divórcio só tem a lucrar se pudermos evidenciar as premissas, conscientes, explícitas ou implícitas, em que se baseiam as argumentações das partes contendoras. Divergem apaixonadamente a respeito do atributo de uma coisa, mas resta saber se é da mesma coisa que falam ou se, com o mesmo vocábulo, designam duas coisas diferentes. No primeiro caso, o êrro de uma das partes estará na forma de seu raciocínio, e a técnica do debate deve ser orientar para a procura da falha lógica do adversário. No segundo caso, em que cada um deduz propriedades diferentes de coisas diferentes designadas com o mesmo nome, o debate deve ser transferido para a averiguação do valor intrínseco das premissas. Tanto o divorcista como o antidivorcista falam de "casamento". A palavra é a mesma, mas pode acontecer que os conceitos sejam diferentes, e é isto que pretendemos aqui demonstrar.

Não parece razoável admitir a existência de uma ambigüidade ou de um mal entendido

sôbre o matrimônio. Coisa tão comum, tão sabida, tão universal, não deveria comportar equívocos de conceituação. Mas a humanidade goza dêsse bizarro privilégio de se enganar sôbre as coisas mais comuns e fundamentais. Discute-se a própria natureza do homem, discutem-se as relações e as implicações, discute-se o alimento e o modo de comê-lo, discute-se a água, o ar, o chão, discute-se apaixonadamente o modo de educar e mais apaixonadamente o modo de governar, discute-se o direito de viver, discute-se o direito de matar. E em cada um dêsses debates uma das partes estará enganada, ou na forma do raciocínio, ou no valor da premissa. Não é pois de admirar que existam equívocos sôbre a natureza do casamento.

Numa primeira aproximação, todo mundo sabe, ao menos enquanto não evoluem os costumes em certa direção, que o casamento é uma união entre homem e mulher, e por conseguinte uma união marcada pelo sexo. Mas a voz instintiva de tôda humanidade, antes dos filósofos e dos teólogos, durante séculos e séculos, vem dizendo que o simples contato sexual não basta para definir o casamento. Se nós pudéssemos ver, como num filme, todos os casamentos, tôdas as festas e cerimônias de núpcias que já se realizaram

no mundo, assistiríamos a uma estonteante coleção de cenas e espetáculos. Num acompamento de índios Salinãs, na Califórnia, veríamos os noivos a se arranhar os rostos e concluiríamos, graças a êsse eloqüente simbolismo, que não só os sexos entram no casamento mas também as unhas. Mais pacíficos, os Vedas usam as palmas das mãos para simbolizar o casamento. O noivo toma na mão direita a mão direita da noiva e recita solenemente os versos do Rig-Veda: "Eu tomo tua mão num pacto de felicidade, para que tu possas viver comigo, teu espôso, até o extremo de tua velhice. Os deuses Phaga, Aryman, Savitri e Purandhi entregam-te a mim para o govêrno da casa e para o serviço do fogo doméstico." Em muitos outros povos reaparece o mesmo rito, que em sânscrito se chama **hastagrahana** e que os romanos denominam **dextrarum junctio,** por onde se vê que o casamento, além do duelo dos sexos e das unhas, inclui também o amparo e a ajuda das mãos. Em outros povos, como nos Oran Mamaq de Sumatra, é no contato dos pés que consiste o rito nupcial, por onde se adivinha que o casamento, além do sexo, das unhas e das mãos que se encontram, é também um caminho de passos paralelos. Os negritos de Bataan trazem mais uma informação pre-

ciosa: o contato das fontes. Num rito que exige certa agilidade de ambos, cada nubente sobe numa árvore fina e flexível, diante da tribo reunida, e o chefe inclina os dois troncos até que as cabeças dos noivos se toquem. Em certas regiões da China o vínculo conjugal é representado por um nó nos cabelos, em outras partes por um laço prendendo os dedos dos noivos, em outras por um anel que é um elo de cadeia, de onde se depreende que o casamento, por êsse simbolismo, é mais do que união. É ligação, enlace, cadeia, prisão e tudo o mais que sugira voluntária entrega dos horizontes da vida. Há ainda o rito muito freqüente da manducação que mostra o casamento como um regime de comunidade de bens; mas também há ritos de obscura significação como por exemplo aquêle que se encontra no livro sôbre os Costumes Persas onde se lê: "Dadeh Bazm Ará diz que a noiva recebe um ôvo de galinha, e levantando-se, deve jogá-lo na parede, com o rosto voltado na direção de Meca." Eu imagino que essa cerimônia deva servir para lembrar ao noivo que os atos da mulher são muitas vêzes incompreensíveis, e que êle deve desde o primeiro dia se habituar às esquisitices da vida comum. E daí se conclui que o casamento é um estado mais estranho e desconcertante do que à primeira

vista parece. Mais claros são os ritos que significam a disputa da supremacia. Nas culturas de predominância masculina, o rito assinala o ascendente do futuro espôso com tapas e sôcos que no dia das núpcias parecerão doces à noiva. Na Croácia, o marido dá um murro na orelha da mulher para indicar que é êle quem manda. Na Rússia, entre mil outros ritos, havia o da entrega solene de um chicote que o pai da môça fazia ao genro. Em compensação nas culturas de predominância feminina, é a noiva que dá um tapa no noivo, ou que lhe atira na cabeça um sapato. No país de Gales a noiva devia correr a comprar alguma coisa antes do noivo para provar que será ela a senhora, por onde se vê que o casamento, além de ser tudo aquilo que já vimos, é também uma luta pelo poder, já que é difícil unirem-se os dois sem que um comande e o outro obedeça.

O leitor poderá instruir-se, e talvez divertir-se, lendo as cento e oitenta e três páginas do quarto volume da **História do Casamento,** de Westermarck, de onde tiramos êsses poucos exemplos. Lá estão os outros, numerosíssimos e curiosíssimos, a dizer que o casamento, por mais natural e comum que pareça, tem sido representado nos lugares e nos tempos, por

estranhos e misteriosos ritos. Mas essa tremenda variedade de ritos testemunha uma unidade e uma constância.

Para começar, a variedade de ritos revela a necessidade do rito, e essa se explica pela necessidade de bem assinalar o caráter social do ato e pela intenção de salientar a sua misteriosa e sagrada solenidade. Sòmente entre alguns civilizados é que o casamento se tornou banal e natural. O grande depoimento da humanidade diz, ao contrário, que o mais comum dos atos humanos será sempre um ato extraordinário, solene e bizarro, como se cada casamento fôsse o primeiro a se celebrar na superfície da terra. Êsse ponto-de-vista, aliás, coincide com o dos noivos que também vêem o casamento através dêsse fantástico prisma.

Até aqui não há divergência entre divorcistas e antidivorcistas. Se estivéssemos discutindo o problema do amor livre, então sim, deveríamos desenvolver essa idéia do rito, da cerimônia e dos juramentos solenes. Para os divorcistas não se aplica essa argumentação porque êles também reconhecem o valor das solenidades. Diríamos até que dão um valor excessivo ao rito porque não se contentam com a solenidade dos juramentos. Querem

também o rito solene do perjúrio. Mas não antecipemos o debate, e concordemos que até aqui há paralelismo de vistas.

Outra lição que se tira do grande filme de todos os casamentos humanos é o da multiplicidade de contatos simbólicos que vem provar que o casamento é muito mais do que uma união de sexos. Une as mãos, pés e cabeças. Une corpos e almas. Une vidas. Combinando esta conclusão com aquela dos ritos solenes, deduz-se a intenção muitas vêzes explicada, como no exemplo tirado do Rig-Veda, de apregoar a necessidade de uma união estável e duradoura. Mas aqui, ainda uma vez, o divorcista concordará com o anti-divorcista. Mais do que ninguém o divorcista sonha com o casamento feliz e portanto duradouro. Mas se nós lembrarmos o nó que os chineses dão nos cabelos para representar o vínculo, o divorcista nos dirá que existem tesouras para os cabelos incompatíveis. Se falarmos em laços, êles nos mostrarão como se desatam os mais difíceis. Se aludirmos aos elos da corrente, dirão que há limas para cortá-los. Com alguma habilidade poderão até nos mostrar que em todos aquêles símbolos há uma intrínseca fragilidade que mais depressa sugere o divórcio do que o casamento indissolúvel.

Mas o casamento, como ato eminentemente prático, se explica melhor por sua finalidade do que por sua formalidade. **Para que** se casam um homem e uma mulher? E é aqui, na perspectiva da causalidade final, que nós veremos aparecer a divergência de concepções relativas ao casamento, da qual resultam lògicamente o divórcio para uns e o casamento indissolúvel para outros.

OS FINS DO CASAMENTO

Vamos hoje abordar a questão dos fins do casamento e faço apêlo à paciência e à atenção do leitor porque é neste ponto que se origina a divergência entre divorcistas e antidivorcistas. E para isto partamos daquela "sublime pergunta" que Sabina faz a Braz Cubas quando, a propósito da partilha de prata, o irmão lhe diz que poderá um dia casar-se.

— "Para quê?"

O casamento, como tudo na ordem das coisas práticas, só se explica cabalmente pelas causas finais. A "sublime pergunta", que por alguns instantes fêz Braz Cubas esquecer os próprios interêsses, pode parecer descabida numa conversa familiar por julgarem todos que a resposta seja óbvia; mas o filósofo e o cientista fazem às vêzes perguntas dêsse teor, delas tirando inesperadas conseqüências. Newton, por exemplo, tirou a gravitação universal quando pôs uma interrogação no mais trivial dos fenômenos. Façamos o mesmo, e perguntemos a todos os que desejam casar-se: Para quê?

Se pedíssemos ao IBOPE um inquérito sôbre o fim ou os fins do casamento, ficaríamos assombrados com a variedade de respostas, como já aconteceu com a variedade de ritos que têm servido para assinalar a transição de estado. Há de tudo: a môça que quer casar para ter um abrigo de peles ou o môço que anseia por quem lhe pregue os botões. Há quem veja no casamento um negócio ou um emprêgo como há também quem veja um remédio para sua neurose. Há de tudo, mas nesse tudo heteróclito e confuso com que os homens e as mulheres tão mal exprimem seus mais fundamentais desejos, o observador cuidadoso pode descobrir dois núcleos, em tôrno dos quais gravitam a humana fantasia e o ainda mais humano disparate. Reduzidos a êsses dois núcleos, os fins do casamento parecem irredutíveis e inconciliáveis.

Tomando linguagem mais abstrata, como convém a êsse tipo de análise, diremos que o casamento tem um fim com caráter de fruição individual e um fim com caráter de doação social. O primeiro — digo primeiro sem nenhum compromisso de hierarquia — é aquêle que concerne ao interêsse recíproco dos nubentes: é o lucro, a felicidade, a assistência mútua, a comunhão de amor e tudo mais que signifique benefício para os dois empreen-

dedores. Êsse fim, como se vê, corresponde a um dos mais legítimos e veementes desejos dos homens. Todos querem a felicidade, disse Aristóteles com seu claro bom-senso. "Até o que se enforca", acrescentou o sombrio Pascal. E nós: Até o que se casa. Sob êsse ponto-de-vista o casamento anda muito desacreditado, e cada dia são mais numerosos os que se queixam de sua baixa rentabilidade. Mas a verdade é que também se queixam da vida os que não se casam, por onde se vê que é perigoso fundar doutrina nas humanas recriminações. Aliás, digam o que disseram, os homens e as mulheres continuarão a se unir com a misteriosa obstinação que vem das raízes mais profundas e mais generosas de nossa natureza. Para os pessimistas o amor é uma armadilha em que caem os pares na primavera da vida, mas apesar de tôda a campanha de difamação o amor tem e terá sempre a paciência de repetir a mesma eterna história e tem e terá sempre a impaciência de reclamar o mesmo eterno epílogo. "E então casaram-se e foram muito felizes..."

O outro fim é o que se orienta para a fundação da família e para o desejo de ter casa e filhos. Nesta perspectiva não é para si mesmos que os noivos se casam, é para os

outros. Não é tanto para fruir como para servir. É mais para dar do que para receber. Êsse fim, que tem caráter social, corresponde também a um profundo anseio da natureza humana: o de ser fecundo, o de ser generoso. "Há mais alegria em dar do que em receber".

Na linguagem clássica dos autores católicos êsse fim do casamento era representado exclusivamente pela prole. Em têrmos mais modernos nós diremos que o filho, vértice da instituição que tem na base o pai e a mãe, é o outro, o terceiro homem, o representante da sociedade, que irrompe na casa e que, de certo modo, interrompe a estação do idílio conjugal. Na perspectiva dêsse fim do matrimônio, não é sòmente para atender ao imperativo biológico da produção de vida que os noivos se unem, é também e sobretudo para a perpetuação da humana missão no mundo e para a formação da célula social.

Apresentados os dois fins do casamento, arma-se o problema: como harmonizá-los? De dois modos será possível obedecer a duas finalidades: ou damos valôres iguais e armamos um regime de coordenação, ou damos valôres desiguais em regime de subordinação. Ora, no caso presente vê-se claramente que não é possível o regime de coordenação por causa

das tendências opostas dos dois fins. Teríamos uma dupla finalidade em permanente conflito e o resultado seria o dilaceramento da sociedade conjugal. Sem muita filosofia, o bom-senso nos diz que um daqueles fins tem de ser o principal e o outro tem de ser subordinado.

Até aqui divorcistas e antidivorcistas estão de acôrdo. Sabem ambos que são essas duas grandes tendências que levam os casais à estranha e trivial aventura do casamento. E ambos reconhecerão, desde que raciocinem um pouco, que é impossível o regime de coordenação entre os dois fins. Trata-se pois de saber qual dos dois deve ter o primado. E é aqui, neste ponto exato do problema, que começa a divergência. Para os divorcistas o fim principal do casamento é o que concerne à felicidade dos cônjuges; para nós outros, ao contrário, o fim principal é que concerne ao filho e ao caráter social do casamento. Cada um, diga-se logo, respeita muito o fim secundário que no primeiro caso é a família e o filho, e no segundo a assistência mútua entre os cônjuges.

Pôsto o problema nestes têrmos, vê-se que casamento, para o divorcista, não é a mesma coisa que casamento para o antidivorcista.

São duas coisas muito parecidas mas prodigiosamente diferentes. Materialmente coincidem: em ambas há homem e mulher, ato sexual regulamentado, casa, filhos, etc.... Mas a orientação prática e vital daquela mesma matéria é uma para o divorcista e outra para o antidivorcista. A partir de sua concepção, cada um raciocinará para tirar as conseqüências, que num caso levam à indissolubilidade e noutro ao divórcio.

O divórcio é então o corolário, lògicamente deduzido, do casamento definido pelo primado do interêsse dos cônjuges. A indissolubilidade será o corolário do casamento definido pelo primado de interêsse do filho e da sociedade. Resta agora saber qual das duas definições do casamento é verdadeira.

A filosofia de vida em que se inspira quem dá o primado ao interêsse dos cônjuges é evidentemente a do **individualismo.** Para essa filosofia, que imperou no mundo Ocidental a partir da Renascença e da Reforma, os direitos individuais só se limitam por uma espécie de concordata ditada pelo egoísmo. O homem é essencialmente individual e isolado. A sociedade é um mal ou um mal menor necessário para o equilíbrio dos egoísmos, e a regra de vida é a da competição vigiada por um estado **gendarme** e limitada pela mo-

ral burguesa, que é uma moral do interêsse individual e das aparências. Dentro da filosofia do individualismo burguês, os proprietários das minas inglêsas, na brilhante era vitoriana, tinham o direito de explorar crianças de oito anos para transformar em dividendos o suor e a lágrima dos inocentes. Dentro da mesma lógica individualista, os cônjuges terão direito de procurar seus dividendos afetivos e sexuais à custa da neurose dos filho. O divórcio vem de uma concepção capitalista do casamento. A casa se funda para dar lucro, e não para produzir uma riqueza social e socialmente distribuida. É uma reivindicação burguesa, como tão bem disse Fernando Carneiro [1] porque se inscreve admiràvelmente bem dentro da filosofia que teve quatro séculos de funcionamento. Mas a história está procurando novos caminhos. Uma nova civilização, mais sensível ao social e à solidariedade humana está querendo nascer dos escombros do mundo liberal individualista que já durou demais. Sob êste ponto-de-vista pode-se dizer que o divórcio é uma idéia antiquada, uma idéia típica do século XIX,

---

[1] José Fernando Carneiro, *Catolicismo, Reação e Revolução*, Agri, 1947.

No fim dêste volume transcrevemos o capítulo que tão bem exprime o fundo burguês da reivindicação divorcista.

e que o casamento indissolúvel é uma idéia que se tornou nova e atualíssima no século XX. E nesse ponto-de-vista eu direi que seria o cúmulo do azar, para o Brasil, colhêr agora, em pleno século XX, o fruto dos erros que culminaram no século passado. Que Deus nos preserve de tal tolice e de tão supremo ridículo.

DEMAGOGIA DO AMOR E DA FELICIDADE

Vimos que o casamento tem dois objetivos, dois fins, um que se refere aos interêsses individuais dos cônjuges e outro que concerne ao bem dos filhos, da instituição familiar e da sociedade. Sendo opostas as suas tendências, e por isso impraticável o regime de coordenação, temos de dar a primazia a um dêsses fins, ficando o outro em posição subordinada. De dois modos se pode fazer essa hierarquização, e a cada um corresponde uma concepção diferente do casamento e da família. Na concepção individualista, a primazia cabe à felicidade dos cônjuges; na concepção de um humanismo mais integral, cabe ao bem dos filhos e da família considerada como célula formadora da sociedade. No primeiro caso, como corolário lógico resulta o divórcio; no segundo, a indissolubilidade do vínculo.

Antes de demonstrar essas proposições vale a pena desenvolver um pouco mais a comparação entre as duas concepções.

Na filosofia do individualismo, o casamento é um assunto privado, um negócio a

dois, que sòmente de modo secundário interessa à sociedade. Na acepção oposta, o casamento é um ato público, que interessa a todos, e que aos próprios cônjuges deve interessar primordialmente nessa perspectiva social. Para nós, democratas, antidivorcistas, militantes de um mundo nôvo, mais generoso do que a agonizante sociedade liberal burguesa, o casamento é um ato que enriquece o mundo e fortalece a sociedade. Aos jovens nubentes de reta intenção deveríamos dizer no dia das núpcias: "Coragem! Que Deus vos ajude...", reservando os parabéns para as testemunhas, para todos os que assistem à gloriosa partida dos audaciosos combatentes. O mundo inteiro ganha quando dois moços se unem com generosa intenção. Para a filosofia individualista, ao contrário, o casamento é o egoísmo a quatro mãos, é a união de dois que se separam do mundo, ou que se armam contra o mundo. E onde virmos os sinais dessa mentalidade a presidir a festa de núpcias, bem podemos resmungar com nossos botões: "Mais dois que se conjugam para nos atrapalhar. Se tiverem filhos, e se chegarem até as bodas de prata, teremos nós êsses filhos nos empregos de favor. Se tiverem filhos e se separarem, teremos mais alguns agentes neurotizantes da sociedade. Dêsse conúbio sairá o divórcio ou

o pistolão. Pêsames para vocês todos, pêsames para a pátria e para o mundo..."

Para o individualista, o casamento é o epílogo de uma história de amor; para nós é o prólogo de uma história de amor. No primeiro caso o amor é exigente e se acerca do guichê nupcial para receber os juros; no segundo caso o amor é paciente e fecundo, e não procura o seu próprio interêsse. Para o individualista o casamento é uma emprêsa que visa primordialmente o lucro; para nós é emprêsa que visa primordialmente a produção. O individualista sonha obter no casamento um fruto e um descanso. Nós outros, na difícil medida em que bem servimos nosso ideal, queremos a aventura fecunda dos grandes descobridores: os noivos partem juntos numa nau armada para descobrir, colonizar e cristianizar terras desconhecidas. Com uma diferença. Enquanto os outros tiveram de batizar e de alfabetizar silvícolas que o acaso lhes entregara, os noivos terão de cuidar, lá para onde vão, dos ferozes aborígenes que êles mesmos geraram. Ao contrário do que pretendem os individualistas, o casamento para nós é a fundação de uma pequenina pátria, cristal formador da pátria maior e comum. E se todos concordam que valha a pena dar a vida pela pátria comum, em que por acaso

nascemos, por que não haveremos de dar a vida pela pátria pequenina que nós mesmos fundamos?

A tôdas essas coisas o divorcista responde com promessas de felicidade, e aparece, diante do público desprevenido, como o simpático paladino do amor humano. Mas na verdade o amor que êles exaltam é o amor próprio. Ai de quem ama de verdade dentro do casamento individualista! Não há nada mais penoso, mais humilhante do que a obrigação diária de representar o papel de espôsa desagradável, diante de um cônjuge que, de repente, pode sair pela porta do divórcio. Suponhamos que seja a mulher a parte mais amorosa do casal. Ela tem de ser cautelosa, habilidosa, jeitosa, como mulher financiada. Não pode exercer a franca e leal oposição, que faz falta na família como na cidade. Não pode bater com o pé no chão sem que lhe caia a casa na cabeça. Não pode trazer para casa a mãe doente, porque Antonio não gosta. Não pode ser verídica, não pode ser ela mesma, porque tem de ser feliz. E não há pior e mais opressiva obrigação do que a de ser feliz. Na verdade, apesar da dialética sentimental dos divorcistas, o divórcio é contra o amor. E contra a felicidade. Há valorizações que desvalorizam. É fácil mostrar. Quando uma

coisa é colocada acima de seu verdadeiro lugar, com primazia indevida, com altitude inadequada, o resultado inevitável é a degradação, a desmoralização daquilo mesmo que se pretendeu valorizar. Caindo da falsa elevação, tem-se achatada a coisa que se quis exaltada. Quem faz do prazer o pólo da vida acaba invariàvelmente perdendo tudo: mas a primeira coisa que perde é o prazer. Assim também é a felicidade, que jamais, em esquema algum, pode ser colocada como objetivo primeiro e direto. Ai de quem traça êsse lúgubre programa! Dia a dia, passo a passo, depois de haver experimentado casamentos sucessivos, depois de ter saboreado o mel de uma dúzia de luas, só lhe restará, como derradeira tentativa, a fórmula de Pascal.

Não digo que a felicidade não seja dêsse mundo. A suprema, que vem da visão de Deus, pertence efetivamente a uma ordem que só se realizará plenamente quando passar a figura dêste mundo. Mas há uma outra, aqui e agora, que por aquela se configura. Genuína e boa, verídica e doce, a felicidade que anda pelo mundo é peregrina e esquiva. Se corrermos atrás dela, não a alcançaremos. Ela foge, como para nos dizer que outro deve ser o itinerário de nossa alma, e que lá a encontraremos. Ou como para nos dizer que

ela é a gata borralheira, serva de outro objetivo, de outro pólo mais alto. Diretamente, não se alcança a felicidade. É uma loucura buscar a felicidade, perseguir, procurar a felicidade, fazer da felicidade o pólo primordial de qualquer ato humano. Ela existe, aqui e agora, mas só há um caminho verdadeiro para chegar onde ela está: o da generosidade esquecida de si mesma. O egoísta pensa que é tanto mais realista quanto mais egoísta. Mas é apenas um equivocado inimigo de si mesmo. Terá prazeres, cada vez mais breves e mais exigentes. Mas não alcança a paz, que só a generosidade e a dedicação podem dar. O mundo moderno, na agonia das estruturas de egoísmo doutrinàriamente construídas, e vividas por quatro séculos de civilização individualista, procura a paz e a felicidade onde jamais poderá encontrá-la. Só falta aos homens angustiados de nosso tempo descobrir que é no dom de si mesmos que está o grande segrêdo da vida.

Não se diga portanto que nossa doutrina sôbre o casamento, com sua acentuação de generosidade social, não toma conhecimento das exigências do amor humano e dos anseios de felicidade. Subordinando-os ao bem, ao ato generoso, à doação, à dedicação, ao serviço, nós colocamos o amor e a felicidade nos seus

verdadeiros lugares, e por conseguinte nós os exaltamos. No fundo, somos nós que cuidamos verdadeiramente do fim secundário do casamento. Somos nós que defendemos o real interêsse dos cônjuges. Os divorcistas, ao contrário, fazem a demagogia da felicidade e do amor.

MÁ-FÉ E BOA-FÉ

A idéia do divórcio pertence a um enorme contexto cultural e se prende a tôda a constelação de valôres que nos foi legada pela sociedade liberal-burguesa. Não pode pois ser combatida como um êrro isolado, ou como se as partes litigiosas estivessem de acôrdo sôbre as premissas do problema. Não estão. E é aí, nesse desacôrdo anterior, nesse desajuste de idéias básicas, nesse disparate de mentalidades que reside o maior conflito e a maior dificuldade de entendimento. Peca por ingenuidade excessiva o militante que julga poder, com argumentos claros, com dialética cartesiana, convencer alguém da indissolubilidade do vínculo conjugal. Não pode. Sem um trabalho mais árduo, sem tocar nas raízes profundas das mentalidades, sem abalar o quadro, o sistema de valôres, não se pode deduzir a indissolubilidade do vínculo conjugal dos fins e da natureza do matrimônio. O que se precisa fazer é mais uma terapêutica ou uma ortopedia do que uma demonstração.

A demonstração da indissolubilidade, até para os que aceitam as premissas da reta filosofia, está longe de ter a claridade e a fôrça das demonstrações matemáticas. A prova é mais circundante do que penetrante, mais negativa do que positiva. Chega-se à conclusão de que não há outro meio, para salvaguardar os bens do matrimônio. Se nós acreditamos na sociabilidade essencial da humana natureza, se acreditamos na necessidade da instituição familiar para a estruturação da sociedade, se acreditamos na radical generosidade do ser feito à imagem e semelhança de Deus, se, em suma, acreditamos no Bem e na Justiça, então, em nome dêsses postulados, e para proteger a sociedade, a casa, os cônjuges e os filhos, o casamento deve ser indissolúvel. Êsse é o itinerário da demonstração. Em cada uma de suas partes podemos desenvolver uma ampla argumentação, mas o conjunto se perde, e não atinge o alvo, se não conseguirmos abalar, ou ao menos tocar as estruturas subconscientes que formam as mentalidades. E não se diga que a má-fé explica as relutâncias. Bem sabemos que há divorcistas de má-fé, que apregoam a idéia com intenção de lucro. Há divorcistas que querem votos, e outros que querem resolver

seu caso ou o caso de algum parente em aflições conjugais. Assim como existem pessoas bondosas que empregam na Prefeitura todos os parentes e amigos, existem também bondosas pessoas que gostariam de arranjar uma lei para resolver os problemas afetivos dos parentes ae amigos. Onde começa e onde acaba a má-fé em cada um dêsses casos? É difícil responder. A êsses divorcistas e àqueles empreguistas nós podemos dizer que a verdadeira bondade, ainda que pareça impiedosa, é a que nega o emprêgo e o divórcio. E a razão é extremamente simples: se é incontestável que traz a felicidade para alguns, é não menos incontestável que traz a infelicidade para muitos. Cura os casos presentes à custa dos casos futuros que produz. Ninguém negará que a maioria das desgraças conjugais tem por causa principal a escolha imprudente e leviana do companheiro de luta; ora, é fácil compreender que num regime divorcista a escolha se torna ainda mais fútil. Tornar-se-á fácil casar porque se tornou fácil descasar. A decisão será menos ponderada do que a da compra de um guarda-chuva. Será razoável dotar de tal inconseqüência um dos mais graves atos humanos? Será bom banalizar a união que tem por fim principal a geração de vida e a estruturação da sociedade?

Será bondoso o ato de distribuir um bálsamo que para os outros é um veneno? O divorcista alega que o divórcio é dado sòmente aos que precisam do remédio e que os outros, os casais felizes, em nada se modificarão. Êsse argumento é de uma espantosa puerilidade. Admira até que seja capaz de dizer coisa tão tola quem se atreve a falar de tão graves assuntos. Não há efetivamente uma linha divisória a separar os casamentos felizes e infelizes. O que há é um número tremendo de casos que ficam na zona neutra composta de risos e lágrimas, e para êsses, para essa dolorida maioria, o divórcio colocado ao alcance da mão é indubitàvelmente um corrosivo. Contra isso, dizem os divorcistas que sòmente pleiteiam o divórcio difícil, o divórcio em casos extremos. E mais uma vez nos admiramos que seja capaz de tamanha ingenuidade quem se abalança a discutir um dos mais complexos problemas humanos. A experiência prova o que aliás podíamos saber **a priori**: sejam quais forem as dificuldades legais, o casal que deseja recuperar a liberdade achará um meio de atender aos requisitos da lei. Em resumo o que se sabe é que divórcio gera divórcio, e que é preciso arrematar, fechar o problema em seu inteiro contôrno, se quere-

mos realmente preservar a sociedade, a instituição e a prole. Ficando uma brecha, por ela se esvairá o matrimônio.

Mas tudo isto, como dissemos atrás, só pode convencer a pessoa que tiver mentalidade predisposta. Quem se instalou na moral hedonística, ou na moral pragmática, ou quem se impregnou do individualismo, que é o azôto de quatro séculos de civilização burguesa, não terá fácil predisposição para apreender as dimensões sociais dêsse problema. Podemos nós dizer que essas pessoas, que são milhões, resistem com má-fé à nossa brilhante argumentação? No meio católico, onde parece tão fácil entender essas coisas, temos a tentação de pensar que é realmente fácil entender o casamento indissolúvel e que sòmente a mávontade ou a mais espêssa ignorância explicam a existência do divórcio. Ora, essa atitude parece-me extremamente nefasta e inteiramente infecunda. Se pregamos uma lei de generosidade não podemos defendê-la com as armas da mesquinharia. É preciso compreender a incompreensão. É preciso, no caso presente, não esquecer o quadro de valôres, o ambiente cultural em que se arma a questão. E é preciso combater o divórcio combatendo o contexto cultural onde êle nasce, quase espontâneamente, como o môfo nos lugares

úmidos. Não adianta nada, ou muito pouco, abordar o problema isolado, se não combatemos as fontes em que se nutre o êrro. E sob êsse ponto-de-vista teremos nós, católicos, combatido realmente o divórcio? É verdade que escrevemos artigos, fazemos conferências e assinamos telegramas coletivos para lembrar aos senhores deputados os compromissos tomados com a LEC. Por êsse lado parece que combatemos o divórcio. E como temos certa facilidade de atribuir aos outros a ineficácia de nossas obras, fica-nos o privilégio de formular objurgatórias contra o mundo. Mas será verdade que combatemos o contexto a que pertence a idéia do divórcio? Não parece. Nos meios católicos, e sobretudo nos meios das chamadas boas famílias, vê-se a olhos vistos todos os sinais da filosofia individualista, não professada, mas vivida. Vê-se o uso e abuso do pistolão, pelo qual a família, a boa, a excelente família se arma não como célula viva da sociedade, mas como célula cancerosa. Vê-se, a ponto de ofuscar, a moral das exterioridades, que é a mentalidade típica da cultura individualista. Vê-se o culto do sucesso e do prestígio. Vê-se a concepção capitalista, em casa e na emprêsa. Vê-se a avidez pelo dinheiro a ser conquistado, e o repouso no dinheiro ganho. Vê-se a insensibilidade ao pro-

blema social, ou na melhor hipótese um pequeno interêsse causado pelo mêdo. Vê-se, em suma, tudo o que caracteriza a mentalidade individualista onde medra o divórcio. E então, na medida em que alimentam a mentalidade coletiva, são poderosos focos de irradiação divorcista. Combatem o divórcio como problema isolado, mas alimentam-no indiretamente, inconscientemente. Inconscientemente? Aqui se aplica uma pergunta simétrica daquela que atrás formulamos. Será de boa-fé que as excelentes mães e os excelentes pais empregam os filhos sem préstimo nos lugares que não merecem? Será de boa-fé que consideram as empregadas como sêres criados por Deus, no oitavo dia da criação, para o exclusivo serviço das senhoras? Não sabemos responder a essas perguntas, como não soubemos responder à outra. Achamos, todavia, temerário e injusto abrir neste caso um crédito ilimitado para a boa-fé, quando no outro somos inclinados a severas restrições. A única coisa que sabemos, com certeza, é que o divórcio tem sido mal combatido; e até admira que ainda não tenha triunfado. Coisas do Brasil. Sorte. Mas se o paradoxo é nossa bizarra lei, estamos agora correndo um risco tremendo: o de admitir, em pleno século vinte,

no século sensível ao social, no século que procura novos caminhos de um mundo mais solidário, uma idéia típica do século dezenove, do século que foi o apogeu da civilização individualista.

UM CAMINHAR LADO A LADO

Quando se diz que o fim principal do casamento é a prole ou a fundação de uma célula social, não se pretende, de modo algum, que deva ser êste o mais veemente desejo dos noivos, nem que contrarie a essência do estado conjugal quem dêle se aproxime sem sentir arroubos de ternura pelas criancinhas que vão nascer. Com o risco de parecer contraditório, declaro que não veria com bons olhos o futuro genro que tivesse mais ternos sentimentos pela prole futura, ou pelo bem comum social, do que pela noiva. Seria até capaz de vetar tal casamento, na medida em que hoje pode um pai vetar alguma coisa. E se o môço viesse dizer que seguia nisso as minhas lições, seria obrigado a dizer-lhe, com a máxima sinceridade, que então — tenha paciência! — não entendeu nada.

Não há contradição entre o que digo hoje e o que ontem formulei. O fim principal, que determina o valor moral de um ato, e de onde se tira o preceito, pode não coincidir, e freqüentemente não coincide com o mais veemente desejo. Se essa divergência ferisse

o preceito, todos os católicos, com exceção das almas que vivem na via unitiva, estariam transgredindo os mandamentos, e portanto estariam em pecado mortal. O preceito de amar a Deus sôbre tôdas as coisas não exige desejos impetuosos e ardentes, não exige sentimentos fervorosos; exige, porém, a disposição espiritual, tranqüila e firme, de obedecer aos mandamentos, e de inscrever nessa obediência todos os veementes desejos que tantas vêzes se apoderam de nós. É claro que a perfeição de tal obediência se realiza quando os próprios afetos da alma se orientam impetuosamente para Deus, mas um mestre de noviços experimentado veria também com maus olhos o postulante que se apresentasse no mosteiro com as atitudes da via unitiva.

No caso do casamento nem podemos dizer que a fôrça do afeto entre os namorados constitui uma diminuição e uma imperfeição no cumprimento do preceito regido pelo fim principal. Está na natureza das coisas começar o casamento pela exaltação amorosa recíproca, como também está na natureza das coisas vir a flor antes do fruto. E não se diga, por favor, que essas flôres são ardis da natureza astuta e traiçoeira que assim pega desprevenidos os corações e as abelhas. Nem se diga que são ilusórios os idílios e as

paixões. As flôres e os amôres são realidades que jorram da profunda e intrínseca generosidade do ser. Não percam, pois, por individualismo os noivos que se amam de um modo esquecido de tudo, os noivos que se isolam numa ilha, **in a kingdom by the sea**..., e que põem a máxima ênfase nesse recíproco afeto ao se acercarem do altar. Ao contrário, como veremos, percam por imprudência os noivos que não se sentem encantados e enamorados. O egoísmo aparece, e vicia o ato, quando falta aos noivos a disposição de consentir que a flor frutifique, que o amor idílio se transforme no robusto e obscuro amor conjugal, que o belo se mude em bom, e que todo o universo receba a generosa devolução dos **talentos** acrescentados. Para que o fim principal do casamento funcione desde o dia das núpcias, não é preciso que os noivos sintam estremecimentos de ternura pelos filhos que ainda não nasceram; basta que se disponham a obedecer, a deixar que sigam seu curso as fecundas transformações, a consentir que se transmute o deleite em serviço. A generosidade a que tantas vêzes já aludimos, e sem a qual não há casamento, não é uma generosidade **sentida,** é antes uma generosidade praticada, ou é uma prévia disposição de praticá-la ainda que seja à revelia dos sentimentos. Por isso,

não fere o preceito a veemência dos afetos amorosos. Colocado sob o seu império, é até o meio normal de garantir o futuro cumprimento.

O casamento é um aparelho para transformar amor em amor. Cumpre pois trazer abundante matéria, mas também é indispensável consentir na sua destruição, isto é, na sua transformação, ou na sua destilação. Os românticos dos tempos do **amor cortês** achavam que o amor e o casamento eram incompatíveis. Nas chamadas Côrtes de Amor do mundo medieval mais de uma vez foi apresentado o problema, e o pronunciamento, como se vê no julgamento lavrado pela Duquesa de Champagne no ano de 1174, foi sempre negativo: não pode haver amor entre pessoas casadas, porque "os amantes se concedem tudo gratuitamente, livremente, sem serem constrangidos por nenhum motivo de necessidade, enquanto os esposos, por dever de estado, estão obrigados a se aceitar recìprocamente". É bem verdade que só pode haver amor-encantamento, amor-poético, amor-gôsto, na atmosfera da mais límpida liberdade, e é por isso que o livre consentimento é essencial no ato do matrimônio; mas já não é verdade — e aqui reside o funesto êrro daqueles platônicos — que só existia essa

espécie de amor, isto é, que todo o bem querer se esgote nessa categoria do belo-amor. Ao contrário do que pensava a Duquesa de Champagne e os românticos por ela presididos, a instituição do casamento corresponde à necessidade natural que exige a evolução do amor-poético, do amor de namorados, e a sua transformação em amor moral, menos-refulgente mas maior e mais profundo. E a primeira conseqüência dessa transmutação é o seu poder difusivo. A relação entre os esposos é tão diferente da convivência dos namorados como a borboleta é diferente da largarta. Há uma continuidade de substância e uma tremenda descontinuidade de aspectos. E o fator essencial à boa disposição matrimonial consiste precisamente na boa vontade de aceitar a terrível transformação da flor em fruto. Ao contrário, a má disposição consiste em esperar a perpetuidade do regime primaveril, e sobretudo em recusar a difusão do tesouro encontrado pelos dois namorados. Como naquela parábola dos talentos, êsses serão chamados por Deus de maus servidores.

Um autor católico que se tem ocupado do assunto, desejando talvez reagir contra a frieza de certos pregadores, fala do casamento como de uma comunhão de amor, e descreve a vida dos cônjuges como um prolongado confronto:

"les yeux dans les yeux". Não gosto da imagem. E reputo incômoda a atitude que ela sugere. Por mim, nos mais febris arroubos, nunca me passou pela idéia que fôsse agradável a perspectiva de viver com alguém nessa atitude constrangedora. Imagem por imagem, prefiro a de Santo Agostinho, que assim descreve a atitude dos casados: um caminhar lado a lado com os olhos postos no objetivo comum.

E é êsse objetivo comum, a casa, os filhos, a instituição benéfica para os que nela vivem e para os outros, o viveiro onde se prepara a amizade cívica, que é a alma da sociedade — é nesse objetivo que está o fim principal do casamento, o fim generoso, aberto, fecundo, difusivo, o fim que tem títulos para exigir do casal o espírito de sacrifício e o esquecimento de si mesmo. Para os divorcistas, ao contrário, o casamento não exige essa mudança de atitudes, essa rotação das almas. Será apenas um namôro em que oficialmente os namorados podem chegar até às últimas conseqüências, ou até "les derniers outrages", como dizia o Tristam Bernard.

A BOA ESCOLHA

Depois de tudo o que dissemos do fim principal do casamento, impõe-se uma conclusão. Se alguma coisa no mundo merece ser defendida com indefectível dedicação, se o regime deve ser defendido, se a pátria, a Constituição, os direitos dos homens devem ser defendidos, então, antes de qualquer outra coisa, deve ser defendida a instituição familiar. Ora, êsse imperativo, do qual depende a sorte do mundo, se conjuga com o mais espontâneo e o mais veemente dos desejos humanos. Entre os diversos fatôres que constituem o sistema de fortificações da família está em primeiro lugar o da criteriosa escolha recíproca. Ao contrário do regime divorcista que a desvaloriza, rebaixando-a até o nível do capricho, a indissolubilidade exalta a importância da escolha. E recìprocamente, a boa escolha é a melhor garantia da solidez do vínculo. O primeiro requisito de uma escolha feliz, a julgar pelo que incansàvelmente repetem os observadores das almas, é o da maturidade dos pretendentes. O mundo mo-

derno, com seu vertiginoso estilo de vida, está cheio de imaturos escondidos sob as aparências da compleição adulta. O que mais se encontra é a atrofia psicológica, geralmente acompanhada de atrofia moral. O que mais se vê a olhos vistos, num e noutro sexo, é a falta de integridade psíquica, é a incapacidade de resistir aos sopros da vida e de cumprir os compromissos tomados. Ou então é a vontade débil e vacilante que nem sabe querer o que quer. Ou ainda, como se dizia antigamente, é a falta de caráter. Os inquéritos feitos nos Estados Unidos para apurar a causa mais forte e mais freqüente da infelicidade conjugal chegaram ao mesmo resultado: é na imaturidade psicológica dos cônjuges que reside essa causa. Mal formados, mal preparados, os moços se atiram com almas de crianças caprichosas num empreendimento que exige determinação e coragem. Antes das fraquezas trazidas pelas paixões, antes dos tropeços da infidelidade, o principal inimigo do casamento é a futilidade dos cônjuges. Mas por favor não se confunda maturidade com experiência da vida ou com adestramento técnico de economia doméstica. Uma pessoa pode ser inexperiente, pode e é bom que tenha a candura dos vinte anos sem ser o que se chama um imaturo. Não é pelos dotes profissionais nem pe-

las prendas de dona de casa que se conhece a robustez de alma; é pela capacidade de resistir e perseverar, e sobretudo pela capacidade de cumprir o que prometeu. Cuide pois a môça de escolher um homem que seja homem. Não apenas pelo metro e oitenta nem pela barba cerrada que podem perfeitamente ser adornos duma alma não crescida. Trate de escolher um homem viril, um homem feito, e não um imaturo, um hesitante que não sabe querer o que quer ou um fraco que procura instintivamente o regaço materno. E o môço, se quer família estável, procure a mulher que ainda tenha as fortes e obscuras virtudes de seu sexo.

Mas seria um êrro funesto pensar que os critérios de escolha se devam limitar às considerações das qualidades e dos títulos dos pretendentes. Casamento é uma união pessoal e não uma simples conjugação de aptidões. Para ter maiores probabilidades de êxito é indispensável que as duas pessoas engajadas tenham aquela misteriosa afinidade que se traduz um afeto, em gôsto recíproco, e em apaziguamento das almas. E foi para isso, para a decifração do segrêdo profundo das pessoas, que Deus acendeu nos corações a chama do belo amor. Muita gente diz que o amor é cego, e portanto mau conselheiro. Mas não é ver-

dade. Cego é o amor próprio, que muita vez se finge de amor. Ao contrário, amor é compreensão, é penetração, é conhecimento. Amor de bem-querer é o divino instinto que revela as afinidades essenciais à boa convivência. Não basta portanto, para a feliz escolha, a consideração racional e prudente das qualidades do companheiro. Não há nada menos razoável que o chamado casamento de razão. Não há nada mais perigoso e doloroso do que o casamento sem amor. Antigamente, quando se acreditava demais nos valôres extrínsecos e no funcionamento das instituições, que seriam capazes até de arredondar as arestas vivas das almas, era costume aconselhar casamento em função das qualidades e dos títulos. Havia por exemplo o casamento de "bom partido". E ainda hoje muita mãe calejada, ou de si mesma esquecida, espanta-se e assusta-se quando vê a filha recusar um dêsses bons partidos. Diz que amor é poesia que passa. Ensina que a vida é diferente. Alega sua experiência. Mas no caso quem tem razão é a filha, porque ninguém se casa com adjetivos. Por melhores que as intenções sejam de ambas as partes, a convivência será um doloroso desencontro se faltar a misteriosa afinidade que só pode ser revelada e descoberta na experiência do amor. Ninguém se casa com títulos.

É com a pessoa, essa coisa espêssa e compacta, integrante de tôdas as qualidades numa substância concretíssima e singularíssima, é com a pessoa, com o ser total do outro, que a gente se casa. E isto só se manifesta quando funcionam as finas intuições do coração, e o amor é a virtude de multiplicar por mil as secretas sensibilidades dêsse instinto. A intuição amorosa não despreza as qualidades, não faz tábula rasa dos títulos e das recomendações, mas integra-os no todo da pessoa amada. O amor é essencialmente totalizador, ao contrário do desamor, que é essencialmente analista. Quando a gente gosta de uma pessoa, pessoalmente, até o fundo, é da pessoa total que se gosta; quando porém a pessoa aborrece é sempre pelas partes e pelas superfícies que aborrece. Se nós pudéssemos atravessar essa pele das almas, e chegar ao fundo da pessoa, não haveria quem nos aborrecesse, porque lá veríamos, através da feia ganga, a imagem e semelhança de Deus. Há um amor que vem da divina graça e que é capaz de tão espantosa penetração. Mas seria temeridade, de incalculáveis conseqüências, querer firmar a instituição do casamento no puro amor teologal com desprêzo dos humanos afetos. Mesmo para os cristãos, o casamento é uma instituição natural dobrada de uma signifi-

cação sobrenatural. Em princípio, nunca é agradável a Deus autor da Graça o esquecimento de Deus autor da Natureza. Por isso é temerário, para a fundação de um lar, abrir mão do mais precioso investimento e do mais agudo critério.

O mundo está cheio de casamentos doloridos, conseqüências de escolhas mal feitas. Nós bem o sabemos. E até podemos dizer que estamos disso mais bem informados do que todos os divorcistas. Falem-nos num caso de infelicidade; responderemos com dez. Tragam-nos vinte exemplos de uniões dolorosas; mostraremos duzentas, muitas das quais o divorcista pensa que são felizes. Bem o sabemos. Não costumamos fazer aparato de bons sentimentos, mas uma vez ao menos seja-nos permitido dizer que freqüentemente Deus nos concede o excelso favor de sentirmos como nossas, muito nossas, as alheias aflições. E daí? Do fato de existirem duzentos casais infelizes não podemos aceitar que seja boa a medida que, para resolver o caso dêsses, venha a criar dois mil. Não nos obriguem pois os divorcistas a dizer que nossa compaixão é mais extensa do que a dêles. Não é possível fugir ao bom-senso em nome dos bons sentimentos. Salta aos olhos, mesmo sem nenhum inquérito, que a causa principal dos casamentos

infelizes é a má escolha, ou a escolha imprudente; ora, o divórcio torna a escolha ainda mais imprudente; logo, o número de casamentos infelizes será multiplicado até as proporções de um flagelo social.

OS INOCENTES CASTIGADOS

No seu monumental tratado sôbre a história do casamento, Edward Westermarck mostra que a grande tendência que se observa na evolução dos costumes é para a monogamia. Obscuramente, instintivamente, a humanidade vem procurando a forma perfeita do casamento pela qual um homem e uma mulher se unem para fundar uma família. Mas êsse mesmo autor, que tão bem vê na poligamia simultânea uma etapa preparatória, uma forma subdesenvolvida da instituição, não tem os mesmos olhos para a poligamia sucessiva. É divorcista. Raciocinando com a simplicidade dos nominalistas, e partindo dos postulados do liberalismo individualista, diz assim: "O bom-senso leva a supor que um contrato feito por livre consentimento mútuo possa também ser desfeito por mútuo consentimento livre". (**Histoire du Mariage,** trad. Arnold van Gennep, Payot, 1943, vol. V, pág. 498).

Ora, nada é mais falso do que essa conclusão. O mesmo bom-senso, com um pouco mais de apuro, nos diz que há um sem-número de atos humanos irreversíveis, e que a negação

dêles implica a negação total e brutal de tôda a idéia de pacto e de tôda a idéia de direito. O postulado implícito no raciocínio do erudito é o do isolamento dos indivíduos, e o do isolamento dos casais dentro do universo humano. Ora, êsse postulado é falso. Com muita lágrima, muito suor e muito sangue, o século vinte vem procurando provar que ninguém pode fugir ao campo de gravitação da solidariedade humana. E se não pode um indivíduo, por muito mais forte razão não poderá isolar-se uma família. A inserção de cada ato humano no grande contexto social cria sempre uma certa irreversibilidade. Em graus diferentes, nem sempre é possivel desfazer o que livremente se fêz. Ou melhor, é sempre mais difícil desfazer. No caso do casamento a irreversibilidade atinge o mais alto grau: foi livremente que o pai e a mãe fizeram um filho, foi por livre e mútuo consentimento que geraram uma vida, mas nem por isso podem dela se desfazer por livre e mútuo consentimento. A menos que se admita a legitimidade do assassinato, aí está um singelo exemplo de irreversibilidade que nos proporciona o bom-senso.

Completando o pensamento de Westermarck, nós diremos que a humanidade, através de confusas e dolorosas experiências, vem

procurando o casamento monogâmico e indissolúvel. Para o bem da sociedade, para o bem de cada cônjuge e particularmente da mulher, e sobretudo para o bem do filho, o casamento deve ser indissolúvel. Depois do que já dissemos dos casais sem filhos, que por motivos de solidariedade têm de se submeter à regra geral, advogaremos hoje o direito das crianças nesse dramático problema. Todo o mundo sabe que o divórcio é extremamente nocivo aos filhos. Em recente inquérito feito nos Estados Unidos foi reconhecido, e proclamado em têrmos patéticos, que as deformações psicológicas criadas nos filhos pelos divorciados são muito mais graves do que as deformações físicas criadas pela poliomielite. Há cêrca de cinco milhões de aleijados psíquicos produzidos pelo divórcio nos Estados Unidos. Convém, entretanto, acentuar um aspecto do problema que freqüentemente escapa aos psicólogos que aproximam os efeitos do divórcio dos efeitos produzidos pelos conflitos familiares. Bem sabemos que não é só o divórcio que fabrica crianças neuróticas, e que em muito ambiente familiar se torturam inocentes. Mas há alguma coisa diferente e específica nas conseqüências do divórcio. Para a criança em baixa idade, a união de pai e mãe tem um caráter especial que o adulto, sem alguma reflexão ou

intuição de amor, não pode atingir. Para nós, que vimos os noivos individualmente separados, que os vimos viver um aqui e outro acolá, com nomes diferentes, em bairros diferentes — para nós a união tem caráter moral, mas fìsicamente nos aparece como um fenômeno acidental. Qualquer jovem casal produz em nós, durante alguns anos, um sentimento vagamente divertido e espantado. Sentimos bem o que há de gratuito e de fortuito no encontro dos sexos, e temos de fazer apêlo a considerações morais e religiosas para sentirmos o mistério do vínculo que une aquêles dois na mesma carne. Para a criança, ao contrário, a união dos pais é física, metafísica e necessária. Melhor do que os filósofos e os teólogos, a criança vê, "d'un simple regard", o vínculo que faz dos pais um bloco, uma base. É uma experiência afetiva e intelectual de uma importância enorme para a criança essa primeira apreensão da realidade familiar.

Assim como se abrem os olhos para o jôgo das leis naturais, abrem-se também para essa realidade de pedra que a protege, que a envolve, como paredes de uma casa viva. Por isso, a separação dos cônjuges terá para a criança um aspecto de alucinação. Não se trata apenas de um afastamento livremente consentido de duas pessoas que livremente se

uniram. Não será apenas a quebra de um juramento ou a rescisão de um contrato. A separação dos pais, para a criança, é um absurdo. Não é um drama moral, é uma tragédia cósmica. Não é conflito de duas pessoas, é conflito dos elementos constitutivos do universo. O mundo enlouqueceu se os pais se separaram. Na mente infantil, a repercussão afetiva e intelectual significa um abalo de tôdas as fundamentais experiências até então colhidas. É como se a água deixasse de molhar, o sol deixasse de brilhar, a pedra deixasse de ser dura. Não é muito difícil extrapolar as conseqüências de tão brutal experiência: os psiquiatras estão aí para dizer no que dão os filhos do divórcio. Muito mais, e especìficamente diferente do que produzem os conflitos caseiros, que às vêzes até trazem um fator positivo de confiança na robustez da instituição, o abalo produzido pelo divórcio é o mais cruel castigo a que se submetem os inocentes. E neste ponto de nossas considerações, quando pensamos que o divórcio é uma reivindicação de felicidade e quando lembramos o preço que os filhos pagam por essa felicidade dos pais, difìcilmente conseguimos deter a paixão que as palavras estão a exigir para a qualificação de tal fenômeno. A humanidade inteira sofre de egoísmo. Todos nós, em graus diferentes,

somos egoístas, e é dessa raiz do amor-próprio que saem todos os nossos pecados. É egoísta, por exemplo, a pessoa que se desinteressa dos problemas políticos sob a alegação de que a política é coisa suja. Mais egoísta ainda é o que faz política em proveito próprio, ou o que transforma em bem-estar seu e de sua família o suor mal remunerado. Em todos êsses casos há um descuido pela sorte do irmão homem que vive seus problemas e suas aflições longe de nós. Abrigamo-nos na distância que nos separa dêles, e que o transforma numa desencarnada abstração. Mais grave, por exemplo, é o egoísmo da professôra que dá aulas sem amor, do médico que não se apieda pela carne machucada que lhe chega ao alcance das mãos, da dona de casa que vê um instrumento, ou uma subespécie, naquelas criaturas que varrem e cozinham, e das filhas da dona da casa que vêem partir sem um adeus a mão escura que durante meses ou anos as serviu. Quando, porém, o egoísmo chega a êsse grau infra-humano, e até infra-animal, isto é, quando o explorado, o desprezado, o torturado é o mais próximo dos próximos, é o filho que de nós nasceu e em nós confia, e ainda por cima o inocente absoluto, o único, ao menos por enquanto, que não tem culpa nenhuma das dissidências e das incom-

patibilidades — então bem podemos dizer que o egoísmo atingiu um terrível e insuperável recorde. Sempre existirão casos extremos em que a melhor solução para a educação dos filhos exija a separação dos pais. Não pretendemos, de modo algum, afirmar que o regime da indissolubilidade tenha a fôrça absoluta de desaconselhar os desquites nos casos extremos. Mas isso, que por si mesmo, e por seu caráter doloroso, tende a reduzir-se a um mínimo, é infinitamente diferente do regime que pretende legitimar a busca da felicidade e que assim oficializa, diria até recompensa o maior dos egoísmos. É horrível pensar que exista uma legislação, e que existam ardorosos campeões para defender os pais que se esquecem dos filhos, e para autorizar uma busca de felicidade que custa o preço do castigo dos inocentes. Bem sabemos que na maioria dos casos são os bons sentimentos, o desejo de concertar amôres, o anseio de descobrir uma panacéia para as moléstias do afeto, que movem os líderes divorcistas. Então diremos que é horrível pensar nos desatinos produzidos pelos bons sentimentos. A êsses campeões divorcistas, e sobretudo aos casais que sofrem a opressiva aflição dos malentendidos e das incompatibilidades, nós gostaríamos de dizer, aos gritos, que vida não há

sem sacrifícios, e que a criança é a pessoa humana, na condição única, na quadra única da vida, que tem plenos e incontestáveis direitos ao nosso sacrifício. Quem não souber isto não deve casar-se. Ou então deve abrir ouvidos para aquelas palavras terríveis de Quem também foi vítima e inocente: "Aquêle que recebe em meu nome uma criança como esta, é a Mim que recebe. Mas aquêle que escandalizar uma dessas crianças, melhor seria para êle que lhe pendurassem uma pedra de mó ao pescoço e que o atirassem no fundo do mar".

FILHOS DO DIVÓRCIO

Volto ao assunto do capítulo anterior depois de ter lido **Enfants du Divorce** de J. Louise Despert (Presses Universitaires de France, 1957). Trata-se de um livro americano, que no original se intitula **Children of Divorce**; e a julgar pela boa acolhida que lhe foi dada na Biblioteca de Psicanálise e de Psicologia Clínica daquela importante editôra francesa, trata-se certamente de autora de consolidado renome.

Para quem está abordando, com firmada convicção, um problema humano de controvertida solução, não há melhor exercício do que a leitura atenta, e até diria respeitosa, de um autor que se coloca em pontos de vista diferentes e chega a conclusões opostas. Tal disciplina nos ajuda a tomar conhecimento de aspectos insuspeitados da questão, e muitas vêzes serve para nos curar da jactância e da rigidez tão freqüentes nos pregadores, e tão nocivas para o comércio de idéias. As convicções autênticas só têm a lucrar com essa procura de argumentos, e com êsse exercício

de respeito, sobretudo quando se sente a honestidade do opositor.

É o caso do livro acima mencionado. A autora é divorcista, prudentemente divorcista. Com larga experiência profissional, ela não ignora os graves conflitos e as graves perturbações psicológicas produzidas nos filhos pela separação dos pais, mas pensa que os desentendimentos profundos de certos casais, que não cogitam separar-se, e que vivem o que a autora chama o **divórcio emocional**, são mais destruidores para as crianças do que o divórcio legal. Nesses casos, na opinião da autora, o divórcio efetivo traz uma sadia clarificação do ambiente e recomenda-se como remédio extremo. Esta idéia, muito difundida no meio divorcista, ganha novo pêso e torna-se incômoda para nós, quando é sustentada com a simpatia e com a experiência de uma profissional que passa a vida cuidando dos filhos dos divorciados. Veremos adiante como é que a própria autora nos fornece os elementos que contradizem suas convicções.

O livro de J. Louise Despert não é um tratado especulativo, é um guia, é um livro prático dedicado aos que sofrem as conseqüências do divórcio. Para ajudar, para animar seus leitores empenhados na trama dos conflitos conjugais, a autora começa por di-

zer que o divórcio não é uma catástrofe, e continua: "Se vocês que lêem estas páginas estão ameaçados, ou já envolvidos na engrenagem do divórcio, ou se estão às voltas com os múltiplos problemas decorrentes, fiquem certos de uma coisa: vocês não estão sós. No ano passado trezentos e cinqüenta mil casais, nos Estados Unidos, se separaram diante dos tribunais. Um número aproximadamente igual adotará neste ano a mesma solução e terá de enfrentar os mesmos problemas. (...) Há nos Estados Unidos cêrca de um milhão e meio de filhos do divórcio com menos de dezoito anos, e esta cifra cresce de trezentos mil em cada ano. Assim, vocês e seus filhos não estão sós em suas dificuldades. Vocês fazem parte de uma vasta população, cada dia aumentada..." (pág. 7).

Quererá a autora dizer, com aquêle amargo provérbio, que mal de muitos é consôlo? Estranho consôlo! Tão estranho, tão alheio ao nosso modo habitual de pensar, que já nesse ponto do livro tive de suspender a leitura, acender um cigarro, e soltar o pensamento para ver se conseguia, com tal distensão do espírito, captar as idéias da autora. Entendo a vantagem de lembrar, a quem sofre, a extensão do desconcêrto do mundo e a multidão que por aí há de corações aflitos,

quando se vê que aquêle sofredor tem os gemidos egoístas de quem julga que só a êle tais coisas acontecem. Nesse caso, a lembrança do imenso panorama de sofrimentos não é pròpriamente consôlo; é a advertência do que há de trágico na sorte do homem; e é apêlo à generosidade que dignifica a dor, e que também, por via de conseqüência, minora o terrível coeficiente egoístico, e conseqüentemente a própria dor.

Não me parece, entretanto, que seja êsse o tom da nossa autora. Diante do fato do divórcio, e tendo o dever profissional de atender aos aflitos, J. Louise Despert procura tranqüilizar, procura evitar que seus leitores, ou melhor, seus clientes se instalem num mórbido sentimento de inferioridade, e para isto lança mão dos recursos de uma filosofia muito difundida no seu meio. Por essa filosofia, que deriva do sociologismo positivista tão bem representado por Emile Durckheim, ganha foros de normalidade o fenômeno que é freqüente. Se existe um milhão de divorciados, constituindo, como diz a autora, uma vasta população, o divórcio então aparece como um dos estatutos de vida normal. E o divorciado, em quem se desperta essa idéia tão comum na sociedade impregnada da filosofia do sucesso, que deriva daquela, sente-se inse-

rido e portanto relativamente confortado. Não por causa do curioso e malicioso provérbio, mas por causa do outro lema ainda mais esquisito que poderíamos enunciar assim: mal de muitos deixa de ser mal.

O psicólogo Erick Fromm não pensa do mesmo modo. No seu grande livro **Sane Society,** em que se afasta decisivamente do sociologismo que prejudicou sua obra anterior, êle faz questão de frisar que tôda uma sociedade pode ficar doente, sem que a doença deixe de ser doença. E diz que "assim como há uma **folie à deux,** há também uma **folie à millions".**

A meu ver, J. Louise Despert comete no seu livro uma grave imprudência: ela confunde o leitor com o cliente. Diz, em tom de quem enuncia verdades universais, as coisas que costuma dizer, e que se entende que diga aos machucados clientes. Mas, meu Deus, se essa senhora não sabe distinguir o tom de ensinamento universal do tom de particular e cauteloso conselho, estou quase autorizado a dizer-lhe que mude de ofício! Entenda bem, leitor, que não estou aqui recomendando o uso da mentira piedosa, e sim o uso cuidadoso da verdade adaptada ao caso particular. É brutal o conselheiro que atira em cima de almas aflitas as fórmulas feitas, ainda que sejam

de incontestável veracidade; mas também erra, por imprudência, quem publica com valor universal as palavras de animação que em cada caso devem ser cuidadosamente adaptadas. A verdade deve ser a mesma na substância, mas não deve ser servida do mesmo modo em todos os casos. O pregador que acabou de tratar com severidade o problema da infidelidade conjugal, terá outra linguagem quando descer do púlpito e vestir a estola da confessor. A mesma verdade que há pouco punha o acento tônico na justiça, veste-se agora de misericórdia diante da contrição do pecador. Entende-se assim que o psicólogo tenha palavras de animação e de carinho para o cliente em aflição; mas não se entende que essas mesmas palavras se pronunciem em tom de preceito universal. E a razão é extremamente simples: uma coisa é consolar e soerguer as pessoas que já caíram; outra é dizer, às que ainda não caíram, que a queda não tem grande importância. Se os leitores de J. Louise Despert assimilarem bem a idéia da tal "vasta população", é de esperar que os divórcios se tornem mais fáceis, mais numerosos, e que cada vez mais vasta se torne aquela população, e mais persuasivo aquêle consôlo. Ora, eu não creio que seja êste o desejo da autora. Certamente não é. Ela diz

o que não quer por tratar com naturalidade e benignidade um assunto trágico e paradoxal.

No mesmo primeiro capítulo que contém aquêle estranho confôrto para os divorciados, a autora diz: "O divórcio não é, automàticamente, uma experiência destruidora. Pode bem ser uma experiência sadia e salutar para vocês e seus filhos". E mais adiante (pág. 8): "O divórcio não é entretanto, para a criança, a mais onerosa das experiências possíveis. Um casamento infeliz, sem divórcio — que chamaremos **divórcio emocional,** — pode ser, como veremos adiante, muito mais destruidor do que o divórcio". E na pág. 211 volta ao tema: "Os filhos do divórcio estão longe de ser as únicas vítimas dum casamento falhado. Não são mesmo os mais atingidos. Como vimos nestas páginas, todo o divórcio é precedido de um divórcio emocional. E nem todos os casos de divórcio emocional terminam na operação cirúrgica nítida e às vêzes salutar que é o divórcio legal. Não é êsse, e sim o divórcio emocional que é o maior destruidor de crianças..."

Estou pronto a admitir que o divórcio não seja necessàriamente uma experiência destruidora para a criança; e que não seja a mais onerosa. Vou até mais longe do que a autora: em muita família sem drama con-

jugal, sem sombras de divórcio legal ou emocional, as crianças sofrem danos terríveis e deformações espantosas. A própria autora nos dá seu testemunho profissional: "As aparências enganam. Um homem e uma mulher podem parecer bem casados. Muitas vêzes estamos em presença de uma união em que as exigências neuróticas de um parceiro tão bem se ajustam às do outro que chegam a formar um mosaico sem defeito de superfície, que entretanto, com melhor exame, revela as arestas aguçadas que ferem ao filho". Prefiro colocar o problema em outra pauta: em certos casais os egoísmos se ajustam e formam aquêle tal mosaico aparentemente liso, mas com navalhas escondidas. Êsse a meu ver é o grande destruidor do mundo: o egoísmo. E quando é executado a quatro mãos adquire uma virulência espantosa. E bem sabemos que são muitos, entre os chamados casais felizes, os que se estendem num pacto de egoísmo. E ouso dizer, com argumento semelhante ao da autora americana, que os casais felizes dessa espécie são mais destruidores, para os filhos e para o mundo, do que o divórcio emocional e do que o divórcio legal. Ouso dizer que é melhor, para êles mesmos e para o mundo, que os filhos sofram conflitos desta ou daquela

espécie, do que se instalem, engordem, e assim enriqueçam o teor de egoísmo de tal família.

Também não tenho a menor dificuldade de aceitar a idéia de que, em certos casos, o divórcio legal tenha efeito salutar e seja capaz de resolver as tensões do divórcio emocional. Até aqui aceito tôdas as afirmações da autora americana, mas a conclusão que tiro é oposta à sua.

Sendo salutar em certos casos, a autora conclui que deve existir o divórcio, assim como deve existir a penicilina. Concluo eu que não deve, porque se existir o divórcio legal existirá uma atmosfera cultural que a todos envenena, embora em graus diferentes. A comparação entre divórcio e remédio é inadequada. Só por metáfora se pode dizer que divórcio é remédio, ou operação cirúrgica; e só por metáfora se pode dizer que desentendimento conjugal é doença. Ora, convém lembrar que não podemos raciocinar corretamente a partir de comparações. Metafòricamente podemos dizer que os filhos são os frutos do casamento ou a coroa dos pais; não se segue daí que possamos comê-los, ou que devamos carregá-los na cabeça. Para raciocinar corretamente é preciso partir da natureza das coisas, e no caso dos desentendimentos conjugais, convém lembrar que o problema é moral,

antes de envolver dimensões psicológicas. E no caso do divórcio é preciso lembrar o aspecto social do problema, coisa que J. Louise Despert se esquece totalmente. A diferença essencial de nossos pontos-de-vista é justamente êle. Ela se preocupa com os casos individuais à medida que aparecem, como se o fato social fôsse uma inelutável e irreformável realidade, ou até como se não existisse relação de causalidade entre o estado de uma cultura e o estado de seus pobres clientes. Nós nos preocupamos com os problemas pessoais dentro da problemática social, e por isso não podemos concordar com uma medida que ajusta certos casos sendo causa eficiente, por via social, de mil outros análogos. A autora americana, que nisto se afasta da lucidez de uma Karen Horney, não parece apreciar, na justa medida, o efeito que uma mentalidade coletiva exerce sôbre as mentalidades particulares. E é por isso que seu raciocínio é tão imperfeito. Ela diz que o divórcio emocional é muito mais destruidor do que o divórcio legal; depois diz que a causa principal de ambos é a imaturidade e a fútil facilidade do casamento; depois diz que os divorciados não estão sós porque existem milhões de americanos divorciados. Mas aparentemente não sabe seguir a linha de retroação que vai do social para o individual.

Se existem milhões de americanos divorciados, e se êsses milhões se consideram uma "vasta população" com foros de normalidade, então é compreensível que existam imaturos no casamento, e que existam tantos divórcios emocionais.

Basta percorrer a melancólica lista de casos da autora, para ver que o elemento principal da angústia infantil nos tais divórcios emocionais é feita do mêdo da separação dos pais. Por onde se vê que, se é verdade que o divórcio emocional seja anterior ao legal, e muito mais freqüente, é verdade também que o divórcio legal, como fato cultural, é anterior ao emocional e responsável por sua virulência. Numa cultura menos individualista, menos marcada pelo egoísmo e pela filosofia do sucesso, e sem divórcio legal, os divórcios emocionais serão muito menos destruidores do que em país violentamente pragmático e desvairadamente divorcista.

E assim se vê que aquêles mesmos milhões, que a autora apresenta como um confôrto, nos aparecem como um flagelo. Num de seus livros, Karen Horney deixou escapar uma frase de desalento. Doía-lhe cuidar de um neurótico para logo devolvê-lo à mesma sociedade, ao mesmo ar que o havia envenenado. A nossa autora, com visão menos larga,

chega a ver um confôrto naquilo mesmo que é uma das causas mais ativas do mal que ela tão simpàticamente lamenta.

Disse eu atrás que os desentendimentos conjugais têm sempre uma dimensão moral. Não pretendo, de modo algum, minimizar os fatôres psicológicos, cuja descoberta veio obrigar aos moralistas, sobretudo aos de formação cartesiana, a rever seus rígidos esquemas. O homem não é responsável por todos os desacertos que espalha; mas também não pode receber no divã do psicanalista absolvição plena de todos os seus erros. Os moralistas de mentalidade arejada têm lucrado muito com as grandes descobertas da psicologia empírica; creio que já é tempo agora de arejarem os psicólogos os seus espíritos, e de aprenderem alguma coisa com os moralistas. A grande conquista psicológica, que já se delineia em Karen Horney e Erick Fromm, e que terá a meu ver incalculável alcance, é a do papel que o egoísmo, como **fator moral**, representa nas neuroses.

Sob êsse ponto-de-vista a nossa autora está ainda atrasada e amarrada aos preconceitos do puro psicologismo. Em todo o seu livro, com exceção do último capítulo, a autora evita cuidadosamente o juízo de valor moral; e sòmente uma vez em duzentas e

tantas páginas deixa escapar o têrmo "egoísmo". O grande problema do divórcio e da conseqüente trituração de almas infantis é tratado **como se ninguém tivesse culpa.** Para explicar tão calamitosos resultados a autora lança mão de um fator que chama **imaturidade emocional.** Note-se, de passagem, que o têrmo "emocional" é o mais freqüente do livro. Às vêzes com sentido puramente psicológico, outras vêzes com sentido ambíguo, como pseudônimo de egoísmo ou de maldade, o têrmo é utilizado para conjurar o tabu ético, ou para evitar as mais estridentes contradições entre o bom-senso da autora e o seu fundamental preconceito.

Não pretendo negar ao psicólogo o direito de escolher seu ângulo e de fazer abstração do aspecto moral dos problemas, nem ignoro as exigências que a boa disciplina filosófica tem na nítida demarcação do objeto formal de cada ciência. Na hora da especulação, o psicólogo tem o direito e até o dever de bem situar sua perspectiva; mas na hora de cuidar de uma aflição, mormente quando se trata de um conflito entre pessoas, não pode, sem fugir à realidade, esquecer a dimensão moral do problema. Como atrás assinalei, tudo leva a crer que uma neurose não pode ser considerada como uma simples doença sem res-

ponsabilidade do doente. Tudo leva a crer, ao contrário, que há sempre implicações de egoísmo, com valor ético, na trama das perturbações neuróticas. Admite-se, entretanto, que o psiquiatra, no estado atual da questão, não saiba manipular êsses finos e desconcertantes elementos, e se limite ao tratamento psicológico do caso, como se o paciente não tivesse a menor culpa. O que não se pode admitir é que um conflito, como o que leva ao divórcio, seja tratado pelo psiquiatra com tal desligamento de suas implicações morais. Diga êle que seu ofício não lhe dá instrumentos para a análise moral da questão, ou que não lhe compete decidir êsse aspecto do problema, como no Pronto Socorro não compete, ao cirurgião que atende à vítima de uma briga, averiguar quem teve culpa ou quem teve a iniciativa da rixa. Mas nesse caso o psiquiatra deverá cingir-se ao tratamento das contusões e abster-se de dar conselhos de conduta. Ora, a nossa autora não faz outra coisa na maior parte de seu livro! Ela funciona como conselheira, como elemento humano de humana recuperação. E não diz modestamente que não sabe resolver o problema moral: diz enfàticamente que ninguém tem culpa.

Um conflito humano, como o do divórcio, é um fenômeno essencialmente moral. A humanidade inteira deve agradecer os psicólogos modernos que trouxeram as maravilhosas descobertas das profundidades da alma, pelas quais o moralista pode apreciar menos esquemàticamente o valor moral dos atos humanos. Há mais de mil anos sabemos que o valor imputável de um ato varia com as circunstâncias. Os psicólogos modernos vieram dilatar enormemente o domínio das circunstâncias, mas não conseguem, por isso, alterar a composição essencial dos atos humanos. O desvairado psicologismo derivado de Freud, mais talvez por esquematização de seus discípulos do que pelas lições do mestre, trouxe a idéia de que o sentimento de culpa é sempre uma coisa malsã que deve ser cauterizada ou extirpada. Ora, para o mal do mundo não podia ser cometido êrro mais funesto, porque não há nada mais sadio e mais salutar do que o sentimento de culpa.

A dificuldade do problema está na terrível ambivalência do têrmo. Há realmente um sentimento de culpa mórbido e há um sentimento de culpa que atesta vitalidade e saúde da alma. O primeiro, o malsão, é conhecido há muito tempo por nossos autores, embora não fôsse bem conhecido, é verdade, o seu

dinamismo psicológico tão estudado pelos modernos. Mais preocupados com suas repercussões morais, os diretores espirituais há muitos séculos conhecem o fenômeno do **"escrúpulo"** que produz uma mania de culpabilidade, e que leva o penitente a inventar pecados mortais. Tal fenômeno foi sempre interpretado como um jôgo malicioso do amor-próprio e não como um fruto genuíno da boa humildade. Chegam agora os modernos psicólogos e nos explicam o funcionamento da coisa. Trata-se de um mecanismo de volta contra si mesmo, de agressividade reflexa, que leva o indivíduo ao fracasso e ao desejo de autopunição. O paciente em que se desenvolveu tal mecanismo resiste ao tratamento, e até revela, na análise, um inconsciente desejo de não se curar. Quem já encontrou um dêsses casos típicos terá observado a tenacidade com que o doente defende e até cultiva a sua morbidez. Muito bem. Nós agradecemos aos psicólogos a preciosa contribuição que trouxeram. Mas, pelo amor de Deus, não nos venham dizer que, pelo fato de existir um sentimento de culpa mórbido, todos os sentimentos de culpa pertencem a essa espécie. O formalismo do raciocínio é defeituoso, e defeituosíssima a observação dos fatos. Somos nós agora que lembramos que o senso moral é uma

realidade e desafiamos o psicólogo a viver um dia, uma hora, fora dessa realidade.

Ainda mais, e sobretudo nos casos de conflitos entre pessoas, asseveramos que a única solução, o único têrmo ou desenlace perfeito só pode ser atingido quando se chega à confrontação leal e verídica de um sentimento de culpa. Um desentendimento jamais poderá ser resolvido se as partes obstinadamente fogem dessa confrontação. Consegue-se um apaziguamento com evasivas, com fórmulas conciliatórias como aquela: "ninguém tem culpa"; mas só se consegue uma cura profunda e fecunda no momento em que cada parte queixosa seja capaz de um duplo ato moral: o do reconhecimento de sua culpa, na base de uma genuína humildade; e o da ciência proporcionada e justa da culpa alheia, num ato de misericórdia, predisposto ao perdão.

Ajudem-nos os psicólogos a preparar as etapas intermediárias que desmontam o mecanismo do falso sentimento de culpa, mas não pensem que isto basta para que as almas entrem em boa consonância consigo mesmas e com os outros. O remédio específico para os humanos desentendimentos não pode ser puramente psicológico. Há de ser moral, e não é outro senão o ato de humildade e o ato de generosidade. Por aí se vê que o sentimento

de culpa, quando é da espécie má, é uma das piores coisas que há; e quando é da boa espécie, ao contrário, é o mais eficaz remédio das discórdias. E por aí se vê também o mal que podem fazer os autores que não fazem a discriminação das duas espécies de sentimento de culpa.

Não pretendemos que seja fácil conseguir o real apaziguamento das pessoas. É difícil; mas muito mais difícil se tornará se nem sabemos qual é a boa direção, e o bom têrmo. Na sociedade em que vivemos há uma oficialização dos direitos do egoísmo produzida por quatro séculos de civilização individualista. É preciso combater essa mentalidade coletiva em todos os seus setores para contribuir efetivamente para a paz do mundo: e é por isso que combatemos o divórcio.

Insistamos no assunto. É melhor correr o risco de enfadar, do que o de ser mal interpretado. Tomemos o caso de uma espôsa aflita, em vésperas de ruptura, que nos vem contar sua história. É claro, claríssimo, que não devemos colocar logo o problema em têrmos de culpa; e que até pediríamos a intervenção do psiquiatra se tal pessoa se apresenta com os conhecidos sinais de autopunição e masoquismo. No que toca a culpa do outro, é de boa prática tomar a posição de defesa do

ausente, lembrado que muita coisa corre por conta dos ferimentos que êle recebeu de outros. E sobretudo cumpre dizer, à pessoa queixosa, que as dolorosas experiências do convívio imperfeito servem para a reconstrução da vida em bases mais verdadeiras, e menos rígidas do que aquelas em que até então assentava o ideal de felicidade.

Diz por exemplo a espôsa ferida que já não pode sentir admiração por seu marido. Responderemos que nenhuma sólida amizade humana pode ser baseada na pura admiração. E se a môça tem alguma formação religiosa poderemos explicar melhor nosso pensamento. A amizade do homem para Deus é tôda feita de admiração; a de Deus para o homem, tôda feita de misericórdia; mas a amizade de uma para outra pessoa humana há de ter sempre a dupla composição de misericórdia e de admiração. Se a queixa se formula em tôrno da confiança quebrada, será bom ensinar que é falso e até injusto, sim senhores, **injusto** o sentimento de confiança total e absoluta na pessoa de outro. É exigir demais de um coração humano ter nêle total e absoluta confiança; e sobretudo, tal sentimento revela um egoístico desejo de encontrar no outro um apoio total e perfeito. Ora, se é verdade que o outro pode ser nosso apoio, é verdade tam-

bém que êle precisa de nosso apoio. Confiança absoluta e total só Deus merece. Não há pois, no caso de quebra, uma tragédia infinita que cai do tudo ao nada. A dor aguda, produzida por exemplo pela infidelidade conjugal, nem sempre é no amor, no bom amor que dói. É quase sempre no amor-próprio. Não se recomenda, evidentemente, o tratamento brutal do amor-próprio nos primeiros contatos com uma alma ferida, a não ser em casos extremos que tenham a evidência de um insolente e revoltado orgulho. Mas sem cair no relativismo, ou na negação do valor moral dos atos humanos, podemos desde os primeiros contatos colocar o problema em têrmos de humildade e de generosidade. Com tôdas as precauções e delicadezas pode-se e deve-se abordar os conflitos humanos com sadio realismo ético. É possível aconselhar sem mentir. Dizer que ninguém tem culpa é **mentir**. E desprezar essa dimensão moral do problema é deixar justamente aquilo que tem a específica virtude curativa dos humanos desentendimentos. Não pretendo afirmar que sempre se consiga um bom resultado. Concordarei que raramente se consegue. Mas afirmo que só se consegue um resultado verdadeiramente bom e duradouro se o problema é colocado em têrmos morais, e portanto em têrmos de culpa.

O homem é por natureza um ser valorizador, um ser moral. Todos os seus atos estão imersos na atmosfera ética de onde recebem o sinal algébrico positivo ou negativo da valorização. Não é pois admissível, a não ser nos casos de evidente ausência de sanidade mental, que um dramático conflito, de tão alto teor para a vida, seja equacionado fora do universo ético.

A parte do livro de J. Louise Despert, onde mais vivamente se sentem as contradições do divorcismo, é precisamente aquela que a autora intitula "A salvaguarda da criança". Depois das preliminares colocações contidas no capítulo "Divórcio não é desastre", entramos em contato com o problema mais doloroso do divórcio: como anunciar aos filhos a separação dos pais? A autora acha que os pais não se devem esquivar, deixando aos filhos o cuidado de descobrir e de interpretar o fenômeno. Os pais devem explicações. Ao longo de setenta e tantas páginas, a autora diz muita coisa boa, muita coisa sábia para ajudar os pais a ajudarem os filhos. Vê-se que o problema é árduo, que as situações criadas pelo divórcio exigem, para a salvaguarda dos filhos, um fino discernimento dos pais. Mais do que isto, exigem amor, generosidade, esquecimento de si mesmos, e tudo mais que os pais devem

aos filhos. E a nossa autora, nos conselhos que dá, parece contar com êsses trunfos para a salvaguarda dos filhos.

Ora, para nós que não estamos imbuídos do preconceito divorcista, e que não aceitamos passivamente o fato social da existência do divórcio, a atitude de J. Louise Despert nos aparece com uma cômica contradição. Ela conta com o tato dos pais, com o discernimento, com o interêsse, com a generosidade e com o amor. Mas se essas condições existissem não haveria divórcio! Ou então chego a uma conclusão ainda mais terrível: se existe divórcio entre casais que ainda têm essa reserva de interêsse e de generosidade, então é com monstruosa facilidade, talvez alimentada por obras otimistas do teor desta que analisamos, que os casais nos Estados Unidos se separam. E aqui entramos num jôgo lógico vertiginoso: se os casais que ainda dispõem de tamanhas reservas de generosidade se separam, conclui-se paradoxalmente que são monstruosamente egoístas e que portanto não contêm nenhuma reserva de generosidade... E êste exemplo pode ser acrescentado aos paradoxos com que um Russell pretende provar a enfermidade da lógica aristotélica.

Na verdade, o razoável é dizer que não se pode contar com os pais divorciados para

a salvaguarda dos filhos. A autora, empenhada em resolver os casos individuais a partir da aceitação do divórcio, tem de imaginar a possibilidade dêsse concurso, e está obrigada a dar conselhos aos pais, e a lhes sugerir o que podem êles dizer aos filhos machucados. "É da mais alta importância, nesse momento, que o amor do pai seja demonstrado ao filho. Uma das maneiras de testemunhar seu amor será esta de tomar o encargo de lhe dar as explicações necessárias", diz a autora, com extraordinária inocência, sem que lhe passe pelo espírito a ironia cruel daquela prova de amor que se traduz em "explicações".

Concordo com a autora, evidentemente, que é preciso poupar a criança. Mas como? Como poderemos corrigir nos casos particulares os efeitos do mal que socialmente admitimos? Em outro ponto insiste J. Louise Despert: "Eis o ponto mais importante: garantam-lhes (aos filhos) de todos os modos possíveis que, apesar das disputas, vocês ambos os amam sempre, como sempre os amaram". **De todos os modos possíveis,** disse a autora; mas devemos excetuar um: o de permanecerem juntos para o bem dos filhos. Mais adiante, entre aspas, colhemos outra explicação recomendada: "**Nós vamos experimentar viver separadamente por algum tempo. Talvez consigamos arru-**

mar nossas vidas. Esperamos conseguir. Mas de qualquer modo, tentaremos fazer o que fôr melhor para nós todos". E a própria autora, a seguir, insiste no valor da expressão "para nós todos", que dê à criança uma idéia de continuidade da família. E se a criança manifesta reação muito viva, e se põe a acusar pai ou mãe, "você lhe dirá que é compreensível que o fato lhe pareça assim, mas as relações entre as pessoas são mais complicadas do que parecem. Vocês ambos tentaram construir uma vida feliz. Não é por culpa de ninguém que neste momento surgiram complicações..." E aos adolescentes pode-se dizer que nos Estados Unidos, em cada três casamentos, um chega ao divórcio. Êles já começam a observar as contradições da conduta humana, e "guiados nesse sentido, podem começar a interpretar as ações, não como boas ou más, brancas ou pretas, mas como sinais exteriores de complexas pulsões interiores muitas vêzes em conflito. Você lhes ensinará, não a achar desculpas para uma má conduta, mas a levar em conta as fôrças cegas e incontroláveis que levam as pessoas a mal agirem umas contra as outras".

Não se vê bem como será possível, doravante, educar as crianças, na hipótese, que

já me parece fantasiosa, de chegarem elas a entender aquela história das pulsões e das fôrças cegas e incontroláveis. De passagem assinalo uma outra contradição de nossa autora que, para meu gôsto, chega a ser cômica. Ela está cansada de saber que a criança apreende as realidades vitais em que se move pelas cenas, pelas fisionomias, pela entonação das palavras, pelos gestos, muito mais do que pelas claras exposições de motivos. Quando se refere à intoxicação psicológica pelo "divórcio emocional", a autora é a primeira a notar que a criança sente, adivinha, o que está no ar, como se pelos poros lhe entrasse o veneno da discórdia. Ainda que se tratasse de confortar um adulto, ninguém, com alguma experiência da vida, lançaria mão daquelas explicações. Não há discurso que conforte ninguém. Quanto mais uma criança! Não há certamente em todo o vasto território da nação americana um só psicólogo ou psiquiatra que ignore essa exigência prática da mentalidade infantil, e a sensibilidade que tem a alma da criança para as genuínas e efetivas provas de amor que nenhum habilidoso discurso é capaz de suprir. A criança, para o afeto, é como um tubo Geiger para a radioatividade; e não há palavras que possam

neutralizar, blindar, as radiações intensas do egoísmo.

Admitamos porém que a criança entenda e assimile aquêles discursos sôbre pulsões, fôrças incontroláveis e divórcios freqüentes. Então nova contradição aparecia entre a intenção da autora e sua obra. Seria impossível educar as crianças, e muito provàvelmente estaria ela predisposta, quando chegar sua vez, a transformar em nítido divórcio legal as tais "complicações" que em tôda a vida conjugal aparecem.

Mas não atingimos ainda o ponto mais doloroso do problema. Pelo que a própria autora nos ensina, não é na separação dos cônjuges que está o ponto mais agudo da tragédia dos filhos. Êsse momento de máxima tortura só atinge naquilo que é específico do divórcio: nas novas núpcias que os pais contraem. Os casos com que J. Louise Despert ilustra seu livro são de arrepiar. Há por exemplo o menino que ficou com a mãe e que soube do nôvo casamento de seu pai. "E você — pergunta êle à mãe — não vai também se casar com outro papai?" E a autora continua: "E pode causar embaraços, ou prestar-se ao riso, a pergunta que o menino faz aos visitantes ocasionais: É você que vai ser o meu nôvo papai?"

Realmente pode prestar-se ao riso o embaraço da visita e da mamãe! Mas a experiente psiquiatra logo nos ensina a bem interpretarmos essa ansiedade do menino. Ela é ambivalente. Êle deseja, mas também receia a chegada do nôvo papai.

O caso da pequena Maria, de 6 anos, é ainda mais expressivo. Seus pais se divorciaram e se casaram três vêzes. Há filhos de todos os casamentos, e nisto a autora vê um sincero desejo de acertar por parte dos cônjuges. Dêsses múltiplos filhos resultam relações de fraternidade, de semifraternidade e de completa ausência de parentesco. Pois bem, a mania que se apoderou dessa menina de seis anos é a da enumeração de todos os irmãos, semi-irmãos e pseudo-irmãos. Ela ficou com a mãe, e na hora de dormir, em vez de cantigas ou contos de fadas, a mãe tem de enumerar a lista dos filhos dos triplos casamentos. E quando acaba, a menina diz com singular crueldade: "Não! você se enganou. Diz de nôvo..." E lá recomeça a mãe a dizer quem é irmão, quem é semi-irmão e quem não é irmão...

Ora, diante dêsses fatos espantosos, em que tão grande é a fôrça do preconceito, a nossa autora se obstina no seu propósito de propor "explicações" que os pais podem dar

aos filhos para anunciar as novas núpcias do outro cônjuge. Dou um exemplo que me parece o mais característico da estranha inconsciência da autora. Trata-se do caso em que a criança ficou com a mãe, e cujo pai contraíu novas núpcias. "A mãe neste caso poderá dizer: O papai achou uma nova mulher. Êle gosta dela e quer morar com ela. Mas êle também gosta de você, e vem lhe fazer visitas..."

O pai também gosta da menina, e então vem lhe fazer visitas! Não sei porque, lembrei-me de Machado de Assis. "E então êle vem te fazer visitas..." Machado de Assis, melhor do que ninguém, seria capaz de fazer um conto que acabasse com esta tocante prova de amor paterno: "fazer visitas".

Devo aqui uma reparação à autora do livro que me proporcionou tôdas estas considerações sôbre os filhos do divórcio. Uma reparação e um agradecimento pelo último capítulo, intitulado "Basta o amor", em que conta a história de uma família feliz no meio de todo o asfixiante divorcismo americano. É um belo capítulo que devia bastar para obrigar a autora a refundir todos os outros e a descobrir que deve trabalhar em nova direção para a afetiva salvaguarda das crianças de seu país. E, como prova de sincera simpatia, encerro

aqui êste capítulo com as mesmas palavras que J. Louise Despert achou para encerrar o seu livro: "Além da boa alimentação e do abrigo contra os elementos, basta às crianças pouca coisa na ordem material. Mas suas necessidades espirituais, embora simples, são absolutas: não sendo satisfeitas, nada no mundo poderá substituí-las; sendo satisfeitas, nada mais lhes faltará".

DIVÓRCIO, IDÉIA TÍPICA DO SÉCULO PASSADO

Nós dissemos que o divórcio decorre, lògicamente, da filosofia que aponta a felicidade conjugal como fim principal do casamento. Falhado êsse objetivo, não há razão nenhuma, dentro da lógica divorcista, para manter o inútil e doloroso vínculo. Mas aqui é preciso prever um argumento, aparentemente válido, que se volta contra nós. O fim principal do casamento, para nós, é a instituição de família e o caráter social do enlace consubstanciado no filho. Na colocação clássica do problema, a partir de Santo Agostinho, diz-se que o primeiro bem do matrimônio é a prole. Mas então, se o casal não tiver filhos, não haverá também razão alguma para a subsistência do infecundo vínculo... E assim, seja êste ou aquêle o fim principal do casamento, conclui-se a favor do divórcio no caso de falha.

O argumento só é válido enquanto colocarmos o filho, a prole, como um fim isolado e destacado do contexto social, isto é, enquanto considerarmos o casamento dentro da con-

cepção individualista que faz da família um núcleo fechado, e que inclui o filho no sistema de egoísmo que se arma contra a sociedade. O filho de um determinado e particular casamento pode não existir, mas a sociedade continua a existir, continuam a existir os outros casamentos e os filhos dos outros casamentos. E como o fim principal do casamento, para nós, tem êsse caráter social, não se pode dizer que falhou o casamento estéril. Para os dois cônjuges frustrados das alegrias que os filhos dão, ou aliviados das canseiras que os mesmos filhos tão abundantemente proporcionam, é justo dizer que a união está empobrecida, mas não que está inutilizada. Cabe-lhes de certo modo o áspero e glorioso papel de representar a indestrutibilidade da instituição para o bem dos outros. Não basta, pois, afirmar que a prole é o fim principal do casamento. É preciso acentuar o caráter social dêsse fim, ou melhor, é preciso afirmar ao mesmo tempo tôda uma filosofia moral oposta ao isolacionismo individualista que pode incluir, na trama de seus egoísmos essenciais, os cônjuges e os filhos. Os autores católicos freqüentemente omitem a explícita declaração de sua filosofia moral e a explícita denúncia do individualismo divorcista. Essa omissão é legítima, porque nem sempre é possível dizer tudo para ex-

plicar cada coisa. Um pregador católico tem o direito de supor que suas posições básicas são conhecidas. Mas num mundo que herdou os equívocos de quatro séculos de civilização burguesa torna-se necessário, dolorosamente necessário, repetir, repisar, retomar o que já foi dito mil vêzes. Tanto mais que na mente de muitos católicos a moral burguesa, a moral das aparências e dos prestígios, se acha entrelaçada com a moral católica. Por isso diremos que peca a pregação que não atende ao estado combalido da cultura, e que continua a formular o problema dentro dos esquemas clássicos, como se não tivesse havido o fenômeno histórico do individualismo. E por isso dissemos que inutiliza qualquer pregação quem combate o divórcio explìcitamente enquanto, implìcitamente, pelos atos, pelos costumes, alimenta o ambiente cultural em que viceja a idéia.

A ausência de filhos não anula o vínculo. Em atenção aos outros casamentos, e aos filhos dos outros casamentos, continua de pé, e intato, o fim principal. Mas aqui é preciso fazer uma distinção. Se a ausência de filhos é intencionada, é desejada desde o momento da solenidade nupcial, se os dois se unem com o firme propósito de não ter filhos, então, na nossa filosofia moral não houve casamento. E mais tarde, provada essa disposição, os dois

pseudocônjuges poderão pleitear junto à Igreja o reconhecimento da nulidade do ato. Nesse caso não é simplesmente o fato de não existir filho que torna o casamento nulo, e sim o fato de não ter havido real desejo, verdadeira intenção de contrair matrimônio. O ato assim feito foi trapaceado. Foi fingido. E por isso não houve casamento. Os noivos que com tais disposições se apresentam diante do altar estão, desde êsse momento, conspirando contra Deus e o mundo. Quem quiser uma "fórmula" para o casamento cômodamente provisório, sem perder as solenidades, o véu da noiva, o fotógrafo, as pétalas de rosa e os abraços na sacristia, aqui a tem: basta deixar escrita uma carta assinada por ambos com declaração do propósito de contrariar o fim principal do casamento. Comecem assim a vida comum, a busca da felicidade, enganando ao mundo, enganando ao padre, e pensando que a Deus enganam. Comecem pelo sacrilégio.

Convém insistir: o divórcio é uma idéia típica do contexto cultural do individualismo que culminou no século passado. O mundo de hoje procura desvencilhar-se dos escombros da sociedade liberal. Procura valôres mais autênticamente humanos. Quer renascer. Quer ser menos injusto. Através de confusas e desconcertantes experiências, o século XX,

mais sensível do que o anterior ao social e aos problemas da sorte comum do homem, procura uma filosofia mais real e mais generosa do que a mão invisível de Adam Smith. Talvez procure outra mão invisível. O momento que vivemos é belo e grande, é pungente e ansioso. Cada um de nós é chamado a trazer sua contribuição para o enxoval do mundo nôvo que quer nascer. Ora, uma das peças essenciais dêsse mundo nôvo, condizente com seus mais generosos anseios de humana solidariedade, é essa doutrina do casamento colocada em têrmos de interação social. E um dos maiores empecilhos da grande esperança do mundo é o divórcio. Mais do que o escritor, o pregador, o jornalista, o deputado, o militante, mais do que ninguém, são os noivos que trazem, ou que podem trazer, a decisiva contribuição para a nova civilização. Mais do que os líderes políticos e do que os presidentes irrequietos, são os casais que edificam as futuras cidades. Uma sociedade é o que são suas famílias. A sorte de uma nação depende mais da rumorejante e pacífica atividade de uma casa do que do ruidoso dinamismo das indústrias. Mobilizem-se pois os pacíficos soldados do mundo nôvo. Armem-se com a nuclear energia da generosidade e com os sólidos abrigos da paciência. E o casal sem doçuras, privado

das recompensas mais esperadas, compreenda bem seu glorioso papel, sua obscura missão no grande combate.

Colocado o problema nesses têrmos, apreende-se com particular acuidade a mesquinharia, o comodismo, e até diríamos a covardia dos que reivindicam lucros afetivos em detrimento dos outros e em detrimento de seus próprios filhos. Há entretanto no divórcio um aspecto ainda mais chocante. Uma contradição. Um contra-senso, como tantos existem na filosofia que se funda na oficialização dos egoísmos. Sendo uma idéia isolacionista, individualista, alheia ao interêsse comum, o divorcista não tem entretanto a coragem que se encontra entre os que praticam o amor livre. Não tem a coragem de levar o individualismo até às últimas conseqüências. Desprezam o social, mas prezam as honrarias, as boas relações, as cerimônias, e todo o aparato de aparências que constitui a dogmática em que se funda a moral burguesa. Desprezam a sociedade mas suspiram pela aprovação da boa sociedade, isto é, daquilo que é mais falso e mais ridículo dentro da sociedade. Estamos dispostos a simpatizar com tôdas as situações irregulares criadas pelo amor humano que muitas vêzes não se enquadra dentro das instituições; estamos prontos a alargar nossa

alma, a pedir a Deus entranhas de misericórdia para entender, para suportar, para amparar os que sofrem de amor desajustado. Mas com a impostura não podemos simpatizar. Nem podemos simpatizar com a "fórmula" que pretende conciliar os mistérios e os caprichos do amor com as exigências do bem comum, banalizando-os ambos. O divórcio mediocriza o casamento e rebaixa o amor. Pretende resolver em baixo nível, em cômodo nível burguês, duas realidades tremendas que só podem ser resolvidas nas altitudes, lá onde entre os rugidos dos trovões Moisés recolheu na pedra os mandamentos de Deus.

PRO DOMO EORUM

Entre as várias sugestões aparecidas para remendar os rasgões da infelicidade conjugal, há uma que se destaca por seu caráter conciliador e por sua facilidade de execução. Não são os católicos que defendem o vínculo indissolúvel? Dêem-lhes então a indissolubilidade, e aos outros deixem a liberdade do divórcio. A idéia parece boa e até, em seu favor, pode-se alegar o precedente que já existe em Portugal.

Mas nem tudo o que vem de Portugal é bom. Em mim, quando a recebi, o primeiro efeito produzido por aquela sugestão foi o de uma injuria aos meus brios de filho da Igreja. E foi por isso que respondi um pouco desabridamente ao jornalista que pelo telefone me transmitia a idéia que recebera de não sei quem. Os problemas católicos não estão submetidos a debates nem estão na dependência do que decidirão os deputados, os presidentes e os imperadores. Obedeçam ou transgridam o dispositivo constitucional, mantenham a indissolubilidade ou instituam

o regime do divórcio, legislem assim ou assado, para nós, ou melhor, para nossa vida católica é indiferente, porque nessa matéria só ouvimos e só obedecemos a uma lei mais alta. E se assim é, a engenhosa fórmula em nada se distingue da solução pura e simplesmente divorcista. Além disso cumpre notar um êrro na concepção em que tal idéia repousa. Divide-se a sociedade entre católicos e não católicos como se a Igreja fôsse uma coisa estática e delimitada no mundo. Ora, a Igreja é essencialmente dinâmica. Casa aberta, excessivamente aberta, entra nela quem quer e sai dela quem quer. Alguns católicos, infelizmente, têm uma concepção fixista da Igreja e até ousam desejar um regime de privilégios civis que ainda mais os separam dos infiéis; mas basta ler, mesmo distraidamente, a nossa magna carta, para descobrir a escandalosa predileção que o Verbo Divino teve pelo filho pródigo e pela ovelha desgarrada. Todos nós, a rigor, somos filhos pródigos e ovelhas desgarradas; todos nós fomos apanhados no chão, e elevados, por adoção, ao nível da familiaridade divina. Nossa Igreja é universal; seu Espírito encheu o orbe terrestre, e seu corpo, ao menos em potência, contém como membros todos os habitantes do mundo. Segue-se daí que nossa melhor e mais católica atitude é a

do máximo interêsse por tudo que é do homem. É portanto no que temos de melhor que aquela sugestão nos injuria.

Realmente, no que diz respeito ao divórcio, não é a nossa vida e a nossa felicidade que estamos defendendo, é a dos outros. Não é por nossa casa que pugnamos, é pela casa dos outros. Para o católico, a indissolubilidade além de ser exigência de lei natural é preceito de lei divina revelada, e o casamento além de ser união natural é vínculo sacramental, escapando por isso à competência de qualquer legislação natural. Para as pessoas que vivem fora da Igreja não terá sentido o preceito sobrenatural mas subsiste a mesma exigência que vem da natureza das coisas. Como porém essa norma não é clara, sobretudo num mundo perturbado, estamos nós aqui a nos esforçar por transmiti-la; e como, nesse plano, a matéria é de competência dos podêres públicos, estamos nós tentando opor uma barreira, uma modesta barreira, às tentativas de subversão.

É portanto para o bem dos outros que militamos a favor da indissolubilidade do vínculo conjugal, e não para o prestígio de nossos pontos-de-vista. Acreditem se quiserem. E se acreditarem, então compreenderão a estranheza e até a indignação com que rece-

bemos aquela proposta que nos tira precisamente o específico objetivo de nosso trabalho.

Torno a dizer que nós, enquanto católicos, não estamos direta e pessoalmente interessados na questão do divórcio. Indiretamente, como membros de uma sociedade, temos um interêsse que se torna por fim interêsse próprio e pessoal. É claro que desejamos para nós e para nossos filhos um mundo com menos neuróticos. Mas antes disso, antes de pensar nas conseqüências que nos atingem, nós desejamos que as pessoas desprotegidas pela falta de Fé ao menos tenham a razoável proteção da lei justa. Marque-se bem o ângulo de nosso trabalho: não é em causa própria que combatemos, e portanto, ao contrário do que se tem dito, somos nós as mais insuspeitas testemunhas.

Mas não se diga que estamos fora do problema pelo fato de sermos felizes em nossa vida conjugal. Como já dissemos em artigo anterior, os divorcistas têm a ingenuidade de dividir os casamentos em felizes e infelizes, e a ingenuidade maior de supor que o uso do divórcio ficará adstrito, automàticamente, à categoria dos casos oficialmente dolorosos. Dentro dessa lógica passam a supor que só combate o divórcio quem dêle não precisa e

quem não se apieda dos outros. Em suma, quem é egoìsticamente feliz. Ora, não há maior disparate que êsse de atribuir aos católicos um grau especialmente elevado de felicidade conjugal. Por um lado podemos concordar que os católicos tenham sôbre os outros certas vantagens. O critério de escolha é mais seguro ao menos objetivamente, e a compenetração da responsabilidade assumida é maior. Êsses dados aumentam, sem dúvida, o coeficiente de segurança da instituição. Mas haverá alguém bastante ingênuo para pensar que a felicidade humana se compõe dêsses poucos condimentos? Haverá alguém bastante tolo para ignorar os fatôres sutis e imprescindíveis que são necessários para a boa convivência? Se existe êsse alguém — e seguramente existe — então êle deve se abster cuidadosamente de abordar o problema do casamento ou qualquer outro problema humano.

Pode-se dizer que o católico, na medida em que é fiel e coerente, possui um equilíbrio, uma paz interior que o homem do mundo desconhece; mas essa paz não quer dizer ausência de sofrimento. Seria mais acertado dizer que o católico, na medida em que progride no caminho que Deus lhe propõe, alarga na alma espaços novos para a dor. Como no seu

próprio Filho, com o suor sangüíneo, preparou a pele para a subseqüente flagelação, assim também a nossa é preparada, é enriquecida com um grau de sensibilidade que o mundo não suspeita. O católico, na medida em que procura ser o que é, aprende a sofrer como o músico aprende a ouvir e o pintor aprende a ver. E o mundo dói, e a vida dói. Antes de qualquer injúria explícita, de qualquer esbarro brutal dessa espécie que constitui os dramas estridentes, o mundo e a vida doem pela congênita e metafísica debilidade dos bens que passam em desfile diante de uma vontade feita para o absoluto. E a supervalorização dos atos humanos, dos mais tênues atos, traz uma nova amplificação da sensibilidade e da capacidade de sofrer. Imagine o leitor uma dessas almas metida na espessura da vida familiar, na densa concretude da convivência conjugal, e diga-me se não é injusta e insensata aquela idéia que atribui boa vida e sólida indiferença aos seguidores de um Deus flagelado.

Os seguidores de Cristo aprendem a sofrer, mas é agora num outro sentido que repetimos a sentença: aprendem a sofrer, não sòmente porque adquirem ouvido mais fino para os desconcertos do mundo, mas também, e sobretudo, porque adquirem a compreensão do valor positivo e construtivo da dor. Aprendem a

sofrer para os outros e pelos outros. Se é verdade que o mundo anda cheio de aflições, é também verdade que nem sempre os homens se sentem como deveriam sentir. Ora, é preciso que as injustiças sejam sentidas como injustiças, que o mal seja visto como mal, que as ofensas a Deus sejam compreendidas como ofensas a Deus; e por isso é necessário que uma equipe assuma na carne essa dívida tremenda, e que chore por seus olhos as lágrimas dos outros. E através de um sutil mecanismo que o mundo não conhece, mas dêle se beneficia, essas lágrimas trarão alívio àqueles que as não choraram. Pelos outros como vítimas oferecidas, e para os outros como pagadores de um resgate, assim aprendem a sofrer os que caminham na seqüela do Homem das Dores.

Não ignoramos — ai de nós — que a maioria dos católicos está longe dessa perfeição, e que alguns dão realmente o esquisito espetáculo de quem achou uma fórmula conciliatória entre o coração vulnerado de Cristo e a bôlsa de Judas. Mas não é razoável, em grupo nenhum, em nenhuma denominação coletiva, procurar o legítimo representante na periférica maioria. Quando se fala em astrônomo, por exemplo, não se deve pensar no funcionário que bate o ponto em Mount

Wilson; deve-se pensar num Kepler, num Gauss, ou em algum dos outros que construíram e que mantêm o edifício da ciência astronômica. E assim em tudo. Não é pois razoável julgar os católicos justamente por aquilo em que não são o que deviam ser. Nem é justo imaginar que os que não são santos não o são de um modo tão absoluto e total que nem tenham sequer o desejo de orientar seus atos pelos exemplos dos maiores. Digam, enfim, de nós o que quiserem; mas pretender o homem do mundo ter o privilégio do sofrimento e da aflição... assim também é demais!

A CASA E A RUA

Muitos são os fatôres que conspiram contra a estabilidade da instituição familiar. Podemos dividi-los em duas espécies. Na primeira estão os fatôres pessoais, que concernem às deficiências dos cônjuges, entre as quais, em lugar de destaque, está a imaturidade psíquica e moral a que já aludimos em outro capítulo. Na segunda espécie estão os fatôres sociais que circundam, como ar envenenado, as casas mais sòlidamente constituídas. Partindo do geral para o particular, lembraremos que estamos todos imersos numa atmosfera cultural carregada de emanações produzidas pela desintegração que a civilização liberal e individualista opera em cada átomo psíquico da matéria humana. Vivemos dentro de uma civilização moribunda que nos lega instituições cadavéricas entre as quais, para muita gente, parece estar a própria instituição familiar. O divórcio é uma das peças integrantes do arcabouço cultural que desumaniza o homem e abala a família, mas está longe de ser o único. Já mencionamos o egoísmo das famílias isoladas e o escândalo produzido pelas

famílias mais altamente colocadas. Em trabalho anterior, que ainda tem tôda a atualidade, ou melhor, que hoje tem mais atualidade do que ontem, já mencionamos a vertigem econômica produzida pela instabilidade da moeda. Hoje vamos cuidar dos costumes, isto é, do estilo de vida que está no ar, que é contagiante, e que é um verdadeiro corrosivo dos alicerces familiares.

A vida de nossos tempos é caracterizada por uma febricitante mania de agitação, por uma mobilidade originada de uma efervescência interior, por uma inquietação superficial alimentada para fugir ao confronto da vida, por uma espécie de coceira da alma tornada epidêmica. As pessoas vão e voltam. Viver é um ir, é um não ficar, um não parar. As pessoas se movem, se locomovem. Voam, sobrevoam, trafegam, enchem os ônibus, os navios, os trens. E há quem mais as incite dizendo que êsse movimento é sinal de operosidade e até de progresso. Se nós pudéssemos fazer uma análise espectral das almas modernas, encontraríamos, em proporções assustadoras, uma trepidante impaciência e uma desconcertante imprevidência. Enfraquecidas pelos pruridos da impaciência, desarmadas pelos hábitos de imprevidência, as pessoas não agüentam a vida branca e monótona, e saem

a procurar a variedade multicor, os acontecimentos fugazes, as novidades, os fatos, tudo enfim que permita o esquecimento de si mesmo e a anestesia da alma. Ora, a casa, a casa de família, é o lugar parado e monótono. É portanto o último lugar do mundo que pode agradar a essa raça de saltitantes. Saem todos para as ruas. Podemos dizer que estilo de vida que está na moda é êsse que sacode as pessoas e depois as espalha, as derrama pelas ruas. Se tentássemos convencer que a vida é mais intensa e mais intensamente humana quando estamos sentados numa cadeira, quietos, parados, dentro de uma sala tranqüila ou de uma cela silenciosa, todos pensariam que estávamos a fazer um dêsses saborosos paradoxos que amenizam os ensaios. E no entanto é verdade, mas verdade esquecida.

Como na história em que sàbiamente interveio Salomão, o homem de nosso tempo é uma criança disputada por duas mães. A Casa e a Rua. Mas quem leva a melhor é a mãe ilegítima. Alegam muitos que as casas ficaram apertadas e incômodas. Mas quem foi que diminuiu as casas? Terão sido os habitantes de Marte que tornaram desagradáveis as nossas casas? Contaram-me ontem o caso de um pessoa que comprara um apartamento sem água, sem gôta d'água há anos, e que

assim mesmo o alugara em menos de um mês. Os quartos diminuem, as salas desaparecem, os móveis são armários que viram cama e que não servem bem nem como armários nem como camas, as cozinhas viraram "kitchnete", e os antigos tanques de lavar roupa viraram bebedouro de passarinho, bebedouro aliás sem água. Não impota, a Rua suprirá tudo. Tudo o que antigamente se fazia em casa faz-se hoje na praça pública, com a vantagem de um cenário mais amplo e mais divertido. Come-se, bebe-se, ama-se, brinca-se. A Rua deixou de ser a coisa intermediária que a gente percorre para ir de uma casa a outra, e passou a ser o imenso "living-room" da cidade. A casa fica reduzida à função de dormitório. É o reduto final do corpo cansado de perambular.

A desvalorização da casa acarreta a desvalorização da sociedade familar. Muita gente, em tempos idos, casava-se para ter um lar. O lar era nesse tempo o lugar em que a gente recuperava as dimensões humanas e o nome de batismo. Era o abrigo, era o dique para onde a gente fugia quando as pernas estavam cansadas das correrias do dia. Era o lugar onde a alma se dilatava. Hoje quase ninguém tem casa, e quase nenhum dos que têm sabe usá-la. Os desfalcados, por miséria física de

espaço e de confôrto, e os folgados, por miséria mais sutil, têm isso em comum. Ninguém fica em casa. A procura da vida interessante ou do vulgar divertimento produz o mesmo efeito nas classes extremas. E todo o mundo sai para ver todo o mundo. As mulheres inventaram um esquema de emancipação e partilham com os homens a interessante vida das repartições públicas. As crianças brincam nos "play-grounds". E as senhoras que não têm obrigação de ponto inventaram um processo complicado de fazer compras pelo qual estão sempre na rua e se convencem, sinceramente, de estarem defendendo dêsse modo a economia doméstica.

De tudo isto resulta um incitamento à vida de solteiro. Na sociedade de nosso tempo, o ideal mais sedutor, mais cômodo, mais interessante, mais divertido e sobretudo mais seguro é o da vida coletivamente solitária. Com pouco dinheiro a gente tem um quarto, com água ou sem água. Para tudo o mais que a vida exige a rua está solícita à nossa disposição. Se me cai um botão da calça, por exemplo, há por aí portas abertas onde em meia hora me pregam o botão e ainda me passam o vinco da calça. Banho, pode-se tomar na oficina ou no escritório. Há mais confôrto nos escritórios e nas oficinas do que nas casas

em que moram as mesmas pessoas que trabalham nos ditos escritórios e nas ditas oficinas. Até as môças têm, nos mesmos escritórios e nas mesmas oficinas, instalações íntimas melhores do que em casa. Tudo é melhor fora de casa. E então para que ter casa? para que casar? O mundo feminino ainda se obstina em ver no casamento um epílogo feliz, mas aos poucos irá se habituando à idéia dos amôres vadios, já que ficou admitido que as mulheres têm os mesmos direitos dos homens, e que os direitos dos homens à vadiação amorosa não podem sofrer contestação.

Na marcha em que vão as coisas, podemos imaginar um mundo nôvo em que as casas de moradias sejam substituídas por blocos providos de milhares de gavetas com as estritas dimensões do corpo humano, e servidas por um sistema de ar condicionado. Haverá para cada imóvel um serviço de anestesia ou de hipnotização cotidiana. O munícipe fatigado, ao fim do dia, se entregará aos cuidados do técnico que o adormecerá e o aconchegará com carinho na sua gaveta. É fácil, também imaginar um mecanismo eletrônico que abra a gaveta em hora certa e ponha de pé, fresco e repousado, o feliz habitante da cidade futura. Com essa idéia, como fàcilmente se deduz, modificar-se-á de modo espantoso

a configuração da cidade. Ao leitor pouco afeiçoado aos problemas de cubagem damos aqui um cálculo. Um corpo humano de boa compleição cabe numa caixa de trezentos e cinqüenta decímetros cúbicos, isto é, numa caixa um pouco menor do que os caixões funerários que desperdiçam volume para dar importância maior ao morto. Feitos os cálculos, verificamos que um só bloco, que poderia ser construído na esplanada do Castelo, com duzentos metros de largura, duzentos de fundo e vinte e cinco de altura, abrigaria tôda a população do Rio de Janeiro convenientemente engavetada. O resto da cidade seria aproveitado para ruas mais largas, alamedas, jardins, e praças arborizadas.

Se o leitor não gosta dessa idéia supercoletiva e arqui-soviética, se ainda se apega aos clássicos padrões da humana dignidade, então venha militar conosco contra todos os fatôres e tôdas as tendências que têm essa direção. Venha defender conosco a casa e a família. Venha se alistar na campanha contra as seduções da Rua, que hoje desgastam a alma e o bôlso. E venha também combater a idéia do divórcio, que está na linha da mesma atomização da sociedade, e que por isso, se triunfar, será um impulso dado na direção daquelas gavetas.

FAMÍLIAS INIMIGAS DA PÁTRIA

Uma sociedade é o que são suas famílias. A família é a célula formadora da cidade política, é o reduto onde se ensaiam as relações humanas, é o ginásio de convivência, é o viveiro onde se prepara, em ponto pequeno, no aconchego dos afetos, no exercício dos contatos e dos conflitos mais densamente humanos, o fermento da justiça maior e mais ampla que deve ser a atmosfera das nações. Se as famílias se desorganizam, a sociedade se degrada. Mas não é êsse — o da composição das famílias — o único perigo para a sociedade. Há o perigo oposto, que é o das famílias que se isolam da cidade pelas muralhas da injustiça e do privilégio, e que assim se tornam inimigas da sociedade. Serão células ainda, mas células cancerosas. A sociedade brasileira oferece em nossos dias abundantes exemplos dos dois casos opostos: temos famílias informes, delinqüescentes, desregradas; e temos também as chamadas "boas famílias", as famílias das classes dirigentes, onde mais

se prepara o privilégio, o pistolão, o abuso de prestígio, do que o fermento de justiça.

Nossas classes dirigentes dão o exemplo da injustiça. Impregnadas da moral burguesa, fazem da posição social, que devia ser um potencial de serviço, uma fonte de vantagens e de privilégios. E agora, pelo que se lê nos jornais, vê-se que a família da Presidência da República se expõe tranqüilamente, sem o menor resguardo de aparências, como exemplo eminente de escandalosa injustiça. Acaba de ser empossado no cartório do 23.º Ofício o jovem M. B. que tem vinte anos de idade e que começou em 1957 seu curso de direito. Tomou posse do cargo em solenidade realizada no gabinete do Corregedor da Justiça do Distrito Federal, o qual Corregedor alegou que não lhe competia analisar os títulos do pretendente. Compete-me então a mim êsse trabalho, e passo a desincumbir-me. O título principal dêsse môço primeiro anista de direito é o seguinte: noivo de uma sobrinha da espôsa do Sr. Presidente da República. Sim senhores: noivo-de-uma-sobrinha-da-espôsa-do-Sr.-Presidente-da-República. Como se vê, o título é longo no enunciado mas curto na significação. Em governos anteriores viram-se abusos gerados pelas interferências familiares e pela pressão do mundo feminino, mas o con-

templado na tômbola dos prestígios tinha ao menos um título mais conciso. Era-genro-do-ditador. Êsse agora é menos do que genro pois nem sequer é casado, e quando se casar não é com a filha que se casará e sim com a sobrinha, não do presidente, mas da espôsa do presidente. É portanto um sub-futuro-genro, ou uma espécie diluída de genro da trigésima dinamização. E como o cargo é vitalício, o seu título subseqüente, na hipótese de se consubstanciar o noivado num feliz enlace, será o de marido-da-sobrinha-da-espôsa-do-ex-Presidente-da-República. Na hipótese de não haver casamento, porque afinal de contas não existe indissolubilidade para o noivado, o título será um pouco mais longo: ex-noivo-da-sobrinha-da-espôsa-do-ex-Presidente-da-República. E com êsse título continuará o felizardo a receber, vida afora, os proventos do cartório. No momento, para suas despesas de primeiro anista de direito, o môço de vinte anos receberá, segundo informam os jornais, a quantia de duzentos mil cruzeiros mensais. Sim senhores: duzentos mil cruzeiros por mês. O volume dessa quantia, que parece tão grande para nós outros que nos esforçamos para ganhar honestamente o pão que êsse govêrno de circo se esforça por nos tirar, o volume da quantia serve para nos dar uma

idéia aproximada do que se entender por padrão de vida na atmosfera presidencial. Para começar o comêço dos estudos e das promessas conjugais, o salário-mínimo compatível com o prestígio de tão especial noivado é duzentos mil cruzeiros mensais. Nós outros não entendemos bem a necessidade de tal soma porque não estamos habituados à escala em que se processa o fenômeno. Espantamo-nos como se espanta o leigo quando o astrônomo discorre sôbre as dimensões das galáxias, ou quando o físico nos explica a condenação de energia escondida numa grama de matéria. Nossa escala é outra. Em nosso escala — escala de professor — um profissional bem sucedido, apontado por sua competência, honrosamente convidado para lecionar na Escola Técnica do Exército, ganha no fim da carreira a soma que nos parece justa depois dos recentes aumentos — de quinze mil cruzeiros. De onde se conclui que um velho professor vale quatorze vêzes menos do que um primeiro anista de direito, desde que êsse primeiro anista seja noivo-de-uma-das-sobrinhas-da-espôsa-do-Sr.-Presidente-da-República. É claro que um velho professor não pode competir, nessa base, com o jovem e esperançoso estudante de direito, pois em matérie de noivado só lhe resta o metafórico ou o teologal. Mas há uma coisa, há um

plano sutil e pouco conhecido em Palácio, em que o mais velho dos professôres pode competir com o jovem estudante que recebeu o cartório. O velho professor pode fazer a barba ao espelho. De mistura com a inevitável melancolia dada pelo espetáculo da física devastação, o velho professor pode olhar de frente, com antigo afeto, aquêle rosto bem conhecido que outrora foi môço e pode lembrar-se dos tempos idos, quarenta anos atrás, em que foi noivo também, estudante também, mas noivo por conta própria e estudante sem cartório. Não invejeis êsse môço, ó moços pobres que sonhais um dia, quando vier o aumento, fundar família na base do amor. Reclamai, protestai em nome do bem comum, em nome da dignidade da família brasileira, mas pelo amor de Deus não o invejeis, porque não é assim, nessa base, que se deve fundar uma família. Não é assim, com uma bôlsa dada pelo titio, que um môço deve inaugurar a vida altiva e desempenada de chefe de família. Nem invejeis a môça, ó môças que sonhais ter um dia uma casinha arrumada com coisas de bom gôsto numa atmosfera de amor. Reclamai, protestai, mas pelo amor de Deus não a invejeis. Lamentemos antes êsses dois jovens que estão dando provas de serem mais velhos por dentro do que o mais velho dos professôres. Lamentemos e peçamos

a Deus um estalo, um milagre que os remoce e que lhes devolva a pureza do noivado.

Dos velhos, que são velhos por fora e por dentro, poucos esperamos. Só de pensar nêles sentimo-nos cansados, infinitamente cansados. Dão-nos vontade de ouvir Mozart ou de jogar xadrez. Enchem. Mas um resto de ânimo cívico nos obriga a esperar um super-estalo nas cabeças mais responsáveis pelos destinos do Brasil. Será possível que não desconfiem? que não saibam que afinal de contas o Brasil não está em leilão? que os altos cargos são inseparáveis de um mínimo de sacrifício? Será possível?

A verdade é que, enquanto nós nos esfalfamos em defesa da família e portanto da sociedade e da pátria, a própria família da Presidência da República se oferece como exemplo concreto e escandaloso do que não deve ser uma família. Com os irretorquíveis e insofismáveis critérios da justiça, é desregrada a família que destila o pistolão e o privilégio em vez de produzir o fermento de amizade cívica. E não venham me dizer, os corifeus de uma moral palaciana, que eu estou aqui passando os limites da ética e trazendo a público as intimidades de uma família. É ela mesma, pelo ato escandaloso, pelos favores concedidos aos príncipes de uma República

apodrecida, e pela tranqüila afronta da publicidade e até da solenidade dada ao ato, é ela mesma, e não eu, que se põe diante da opinião pública. O fato é êste, e desafio quem me prove o contrário: enquanto nos gastamos para defender com venerável doutrina o reduto do afeto e da justiça, é a própria família da Presidência da República que se publica como exemplo detestável de injustiça e de negociatas com os afetos. E se tudo o que até aqui escrevemos sôbre os deveres e direitos da família é verdade — e desafiamos o mundo, o Diabo e a Carne a que nos provem o contrário, então, com lógica cristalina se conclui que é a família da Presidência da República que nos traz um eminente exemplo do que não deve ser ou do que não deve fazer uma família.

«FAMILLES, JE VOUS HAIS!»

Em capítulo anterior disse que a sociedade é o que são suas famílias; agora acrescento: as famílias são o que é a sociedade. Mas é preciso desenvolver as idéias contidas nessas duas proposições para mostrar que não há círculo vicioso. O que há é uma interação de influência, ou um processo recíproco em dois tempos. O problema mais geral da relação entre o homem e o meio cultural tem o mesmo caráter de ação mútua: o homem faz o meio, e o meio faz o homem. Assim também, no problema que nos ocupa, a casa faz a cidade e a cidade faz a casa. No primeiro tempo — no sentido de anterioridade causal e não simplesmente cronológica — a qualidade produzida na instituição familiar se difunde e se torna uma atmosfera cultural, e portanto uma qualidade social; no segundo tempo a sociedade se vinga das famílias nas famílias, ou recompensa as famílias pelo que delas recebeu. Nada no universo se isola. Ao contrário, tudo dá e recebe, age e reage, tudo está imerso e implicado no denominador comum da exis-

tência, que é, antes de qualquer ação, o primeiro vínculo de solidariedade dos sêres. No universo do homem essa solidariedade se traduz num tecido de influências e de reações ou numa reversibilidade de méritos e deméritos. Não há ação má, por mais secreta que seja, que não produza um desfalque no grande patrimônio comum; e não há ação boa, por mais escondida, que não signifique um benefício para todos.

A moral familiar produzida pela filosofia do individualismo, e infelizmente adotada em muitos meios católicos, reduz-se aos preceitos que visam a proteção da instituição como se a família estivesse isolada do universo. Assim, os pecados clássicos contra a família são a infidelidade, o anticoncepcionalismo, o divórcio, a recusa dos deveres conjugais ou os atentados contra a castidade conjugal. A justiça não entra nesse esquema, ou, se entra, não sai do círculo fechado, não se evola, não se espalha como oxigênio da sociedade. E às vêzes, tal é a perversão dessa moral, é a própria injustiça que se incorpora às exigências do bloco familiar. O pai de família que se vale de sua posição social para colocar um filho, ou um sobrinho, num emprêgo em que o salário tem uma estridente desproporção com as aptidões do môço, preterindo assim um candi-

dato mais competente, é freqüentemente visto como um bom pai, ou bom tio. Ao contrário, quem resiste à forte pressão do mundo afetivo, quase sempre presidido pelas excelentes senhoras que nada vêem no mundo além dos filhos, dos netos (ou dos sobrinhos), é freqüentemente apontado como um sujeito sem coração que não é amigo dos seus. Uma virtuosíssima senhora de nosso conhecimento, imbuída dessas idéias, estava sinceramente convencida de que o rifão "Mateus, primeiro os teus" era um versículo dos Evangelhos.

Ora, convém lembrar que não é só pelas desregras do sexo que uma família se torna má; é também, e sobretudo, pelas práticas da injustiça entre as quais devemos destacar o modo como se tratam as empregadas domésticas e o critério com que se arranjam empregos para os filhos. Por mim, não hesito em dizer, em clamar por cima dos telhados, que essas práticas, tão freqüentes entre as chamadas "boas famílias", são mais detestáveis, mais perversas, mais profundamente imorais do que muita união imperfeita nascida da miséria da carne e estigmatizada pelos bem pensantes. Não pretendo dizer que tôda a falta contra o bem comum cometida por um indivíduo possa ser imputada à família, e baste para qualificar a instituição. Mas digo, e não

hesito em clamar por cima dos telhados, que a família estruturada sôbre alicerces de injustiça — como nos casos em que o chefe tem um lugar público com proventos fartos obtidos pelo mecanismo do pistolão — é tão má, nociva, ou mais nociva até do que a união irregular obtida pelo divórcio ou pelo concubinato. Essa família má, em que todos em casa comem e vestem com a abundância obtida pelo roubo oficial, pelo roubo que não se costuma chamar de roubo porque o verbo roubar é o mais irregular dos verbos, essa família que muitos católicos freqüentam, e se orgulham de freqüentar, é muito mais prejudicial, muito mais tóxica para o corpo social do que as pobres e tristes famílias quebradas pelos desentendimentos. Digo mais, aquelas famílias que destilam a injustiça são responsáveis, em larga medida, pela sorte dessas outras que vivem a intemperança. Seja pela ganância do esquema capitalista, seja pelo pistolão e pelo abuso de prestígio, essas "boas famílias", que muito diretor de colégio católico considera com tanta admiração e ternura, são realmente as grandes fôrças corruptoras da sociedade, e são realmente responsáveis pelas desregras que elas mesmas, depois, pretendem combater.

O mecanismo de interação, a que nos referimos atrás, tem um funcionamento complexo e desconcertante. O efeito mau que vira causa, e que reflui, nem sempre tem a mesma forma. Em regra geral o vício se transmuta em outro vício diferente, conforme o meio em que atua. Assim, o farisaico egoísmo de uma família, quando volta a envenenar as outras famílias, reveste-se de formas diferentes. Produz aqui o desfalque, acolá o adultério. O próprio do vício, como do êrro, é ser antitético. Os filhos que geram têm freqüentemente características opostas. E por isso não há nenhuma estranheza no fato de muita desregra sexual ser produzida com a colaboração social, através do mecanismo da reversibilidade, das senhoras fidelíssimas ou das senhoras intransigentes em matéria de honra conjugal. O egoísmo é uma semente que dá frutos variadíssimos. Para explicar a malignidade intrínseca do divórcio, e a impossibilidade de deter suas funestas conseqüências sociais, diz-se que divórcio gera divórcio. Seria mais correto dizer que divórcio gera suicídio, adultério, embriaguez, jôgo, corrupção política, etc. Cada vício pode gerar todos os outros. E assim, o egoísmo farisaico, ainda que seja intransigentemente antidivorcista, gera o divórcio.

De todos os vícios que podem afetar a família, isto é, que podem ser considerados como resultados da conspiração ou do consentimento de tôdas as pessoas conscientes da família, estamos convencidos de que o pior é o fechamento, a defesa dos bens da família em detrimento do bem comum, o uso do pistolão, a química que transforma afeto familiar em inimizade cívica. O trabalho que já temos tido no ataque ao divórcio nos dá alguns direitos, entre os quais o de correr o risco de dizermos algumas verdades elementares mas esquecidas pelos defensores da instituição familiar. Para mim, com forte evidência, o uso do pistolão e a oficialização do egoísmo familiar é pior do que o divórcio. Para começar, é pior para nós, para a nossa conjuntura cultural, porque não é combatido, e até muitas vêzes é visto como prova de virtude. É pior também porque torna odiosa a instituição, sabretudo para os que sofrem as durezas da vida familiar e as feridas do afeto. E em si mesmo, independentemente da variedade de efeitos produzidos, é pior porque fere a mais alta virtude moral que é a justiça. A maior calamidade que pode cair numa sociedade é a da injustiça tornada traço cultural. Ora, as famílias fechadas, que vivem, que comem e vestem à custa da acepção de pessoa, à custa

dos privilégios, à custa do pistolão, à custa das boas relações com a Presidência da República, são radiadores de injustiça. Nós aqui no Brasil não temos divórcio; mas temos, com uma abundância assustadora, essa outra coisa que é pior, e que não é combatida como devia ser pelos mesmos militantes antidivorcistas. E êsse vício é tanto mais eficaz quanto mais alta é a tôrre que o irradia. Aliás, por seu próprio feitio, é um vício específico das classes dirigentes. Insistimos, e insistiremos até os limites do mau gôsto, até aborrecer o leitor. A nomeação clamorosamente injusta de um môço de vinte anos para um cartório é particularmente má, especialmente repugnante, porque representa a deformação, a desmoralização da sociedade familiar.

Como é fácil imaginar o que se passa nas almas perturbadas, nas almas machucadas, diante de tal espetáculo. Família é isto?! Família é viveiro de privilégio?! Família é um grupo, uma quadrilha que se arma contra os outros?! Então, se é isto, destruamos a família, pulverizemos, atomizemos a sociedade, para que não se formem jamais êsses grumos de injustiça, essas verrugas malignas que se nutrem de inimizades. Se família é isto que as nossas boas famílias ostentam como exemplo,

então, façamos nosso o grito de André Gide, e para que êle não saia rancoroso, para que a indignação seja ditada pela justiça peçamos a Santa Catarina de Sena seu acento caloroso, seus dentes cerrados, para dizermos nosso ódio em linguagem de amor: "Familles, je vous hais".

O CASAMENTO E A MORAL SEGUNDO BERTRAND RUSSELL

No quinto capítulo do livro escrito sôbre casamento e moral, Bertrand Russell faz da ética cristã um resumo que, por sua singularidade e pela importância do autor, merece um comentário. Começa por dizer: "O Cristianismo, e mais particularmente S. Paulo, introduziu um ponto-de-vista inteiramente nôvo sôbre o casamento, pelo qual o casamento não existe primàriamente para a procriação, mas para evitar o pecado da fornicação."

Ora, como sabemos, a doutrina católica, desde Santo Agostinho, ensina explìcitamente, e insistentemente, que a procriação é o fim principal do casamento. Como se explica que o famoso pensador (que para muita gente é o maior filósofo vivo) tenha tido a coragem de abordar tema tão grave, e tenha tido o desembaraço de expor o pensamento que pretende criticar, sem o prévio cuidado de compulsar os mais autorizados e divulgados textos? Por mim, não sei explicar. Sei que o pensador se apega à idéia que em diversas

passagens de seu livro reaparece. Pouco adiante, no mesmo capítulo, lemos: "O reconhecimento de que os filhos são um dos propósitos do matrimônio é muito parcial na doutrina católica." Ora, torno a dizer que na doutrina católica, desde o **De Bono Conjugali** de Santo Agostinho, até a encíclica **Casti Connubii** de Pio XI, a prole é apontada como fim principal do casamento.

Abordando o problema do divórcio, com sua peculiar desenvoltura, o autor inglês assinala, com ar de quem está descobrindo uma coisa nova, que entra em jôgo uma ética completamente diferente (da de S. Paulo) quando o casamento é concebido em função dos filhos. Ora, como fartamente sabemos, é principalmente em tôrno da salvaguarda dos filhos que os católicos costumam argumentar para provar a malignidade do divórcio.

Em apoio de sua esquisita interpretação do pensamento católico, o autor se vale de uma passagem paulina (I Cor. VII, 1 a 9) onde efetivamente o apóstolo aborda o problema sob o ponto-de-vista do remédio da concupiscência. Em outras epístolas, como por exemplo naquela que é lida na missa do matrimônio (Ef. V, 22 a 33), o Apóstolo apresenta o aspecto mais positivo, o companheirismo sobrenatural ou santificação mútua,

mas é inegável que naquele tópico aos Coríntios cuida de um aspecto negativo. Êsse ponto-de-vista (remédio contra a concupiscência) existe também dentro do corpo da doutrina, mas não é êle que dá a nota essencial da questão. Ignorará o laureado filósofo que uma mesma coisa pode ser abordada sob ângulos diversos, conforme o problema proposto, e que é mister, entre as várias perspectivas, discernir aquela que fornece os traços positivos e característicos da coisa estudada?

Se Bertrand Russel tivesse lido o Gênese ou Santo Agostinho com a mesma atenção que leu Havelock Ellis e Albert Londrés, teria encontrado passagens como esta: "O casamento **também** tem a vantagem de remediar a juvenil incontinência". Mas logo a seguir leria: "Nós não dizemos que o casamento é um bem relativo, ou um bem em comparação com a fornicação. Teríamos assim dois males, e o casamento seria um mal menor." Ao longo de muitas páginas, onde se vê a preocupação de combater os maniqueus, Santo Agostinho apregoa enfàticamente a intrínseca bondade do casamento. Cita o mesmo São Paulo (Tim. I, V, 16) para dizer que é bom casar, e logo acrescenta: "porque é bom ter filhos e ser mãe de família."

Convencido de haver achado o tutano da doutrina católica, Bertrand Russell dá mais um passo e descobre no mesmo S. Paulo (I Cr. VII, 32 a 34) que mesmo no casamento a relação sexual é obstáculo no caminho da salvação. Ora, isto não é sòmente, como no caso anterior, um êrro de que toma uma nota acidental por definição essencial. O êrro agora é mais grave. O pensador britânico, talvez por não haver compreendido o texto, inventa uma interpretação em conformidade com seu preconceito. Na referida passagem, S. Paulo se dirige aos que buscam a vida religiosa mais direta (que hoje chamamos vida contemplativa ou monástica) e diz que o casamento tem a desvantagem de dividir e dispensar os movimentos da alma. Mas de modo algum ensina que o casamento seja um obstáculo à salvação. Será preciso mostrar ao famoso filósofo que aqui se aborda o problema dos meios e não do fim? O mesmo fim, o céu, pode ser atingido por caminhos diversos. Todos os católicos, por preceito, têm de orientar a vida para aquêle fim; mas nem todos terão de seguir o mesmo itinerário. A recomendação paulina tem, como se diz em teologia, caráter de **conselho** e não de **preceito,** e baseia-se, evidentemente, na idéia de que um estilo de vida é superior ao outro, sendo ambos bons. E note-se que na

referida passagem não há a menor alusão ao sexo, e sim aos múltiplos cuidados que a vida doméstica exige. Tudo isso pode ser contestado e detestado. Uma pessoa pode achar ridícula a fé católica, mas se quer criticá-la deve conhecer os seus artigos. E se não quer ter êsse trabalho, deve então falar de outra coisa, que assuntos não faltam.

Mais adiante, e com crescente desembaraço, Bertrand Russell ensina que, na moral católica, "o ato sexual só é legítimo dentro do matrimônio, e, **além disso, passa a ser pecado, mesmo no matrimônio, se não houver esperança de provocar gravidez.**" E acrescenta: «**Com efeito, segundo a Igreja Católica, o único motivo que pode justificar o ato sexual é o desejo de procriar.**" Ora, a parte por nós grifada nunca, jamais, foi ensinada pela Igreja. Aquilo não existe. O filósofo sonhou. Não há pecado algum, nem sombra dêle, nos atos sexuais entre pessoas estéreis ou entre cônjuges durante o período de gravidez. Ao contrário do que imagina o maior filósofo dos tempos modernos — e qualquer cozinheira católica sabe disto — a Igreja só proíbe os atos que contrariam o curso da natureza, e ensina que também se ordena à alegria dos cônjuges o uso dos corpos.

Não sei bem conciliar tamanha leviandade com os títulos do autor e com o Prêmio Nobel. Como disse atrás, admito perfeitamente que um festejado filósofo deteste nossa doutrina. Já me custa um pouco mais admitir que um grande pensador a tal ponto ignore os detalhes de um **Fato** que há dois mil anos incomoda os pensadores. E muito menos aceito que se aventure a discorrer sôbre alguma coisa tão exuberantemente ignorada.

No que concerne à idéia de um certo pessimismo católico em relação ao sexo, e até em relação à vida, compreendo que se engane um jornalista apressado, ou um dos que, com o lançamento dos satélites, passaram a entender de balística e de mecânica celeste. Há realmente uma certa burrice em nosso meio, como em todos, que pendem na direção de uma moral sexocêntrica. Muito católico saboreia, como creme da mais autêntica procedência evangélica, aquilo mesmo que o inglês ridiculariza. Poderíamos discorrer longamente a êsse respeito, e não seria difícil mostrar que êsse tipo de pessimismo foi sempre visto pela Igreja como falsificação da verdade. Foram os maniqueus, e depois os albinjenses, e depois os jansenistas — todos denunciados como hereges — que pretenderam introduzir na ortodoxia o rigorismo e o infecto pessimismo.

A marca dêsses assaltos ficou, e manifesta-se na burrice piedosa. Compreende-se pois que o ignorante, que identifica o pensamento da Igreja com os sermões, com as opiniões literárias ou políticas dos eclesiásticos, ou com as conversas de algumas freiras, seja capaz de concluir que é inerente ao cristianismo a aversão ao sexo. Mas de um letrado, de um laureado em Filosofia, temos o direito de esperar pensamentos um pouco menos elementares. E sobretudo temos o direito de exigir um pouco mais de cuidado com os textos, e de amor pela verdade.

Com o mesmo humorístico desembaraço, lembrando textos que não entendeu, e citando um que nada tem de católico, conclui Bertrand Russell que a ética cristã contribuiu "para degradar a posição da mulher". É bem verdade que alguns personagens de nossa história deixaram por escrito consignado um sagrado terror pela mulher, coisa que considero muito sensata, porque estou pessoalmente convencido de que a mulher é realmente terrificante. Mas êsse sentimento é mais de admiração do que de aversão. E onde houver aversão será por motivos puramente táticos. Se não me falha a memória, há um episódio na história de Pickwick em que diversas mulheres acham um homem atrás da porta e se põem a gritar

apavoradas: "A man! A man behind the door!" Devo eu concluir que as mulheres inglêsas têm acentuada aversão ao mundo masculino? Ou quem sabe se não ganharia o Prêmio Nobel em Filosofia se desenvolvesse em doze volumes tão original **trouvaille?**

Na verdade, amigo leitor, salta aos olhos que não há nos Evangelhos e na tradição a menor má-vontade com o casamento, e muito menos com a mulher. Podemos admitir que as antigas civilizações, que colocavam a mulher em situação de inferioridade, tenham resistido e não tenham assimilado com rapidez o fermento de emancipação contido nos Evangelhos. Mas é inegável que foi o Cristianismo que trouxe a primeira contribuição de dignificação da mulher, e isso o próprio Bertrand Russel foi obrigado a reconhecer, depois de ter dito o contrário. Quanto ao casamento, basta lembrar a dileção que Jesus tinha pela idéia de núpcia, que freqüentemente tomou como símbolo do amor divino. Basta lembrar o seu comparecimento às bodas de Caná, que certamente não foi ditado pelo respeito às convenções sociais. E basta lembrar que foi nessa festa que Jesus realizou seu primeiro milagre, que era um prenúncio de seu futuro sacrifício. São Paulo, o severo e monástico São Paulo,

firmava pé nas boas casas de família, que chamava de igrejas. São Pedro era casado.

Quanto a mulheres, para mostrar a extensão do âmbito que o mundo delas tem nos Evangelhos, lembremos que Maria Madalena, a prostituta, foi uma das mais diletas amigas de Jesus, e é considerada uma das maiores santas da Igreja. E lembremos também aos grandes filósofos dos tempos modernos que é uma mulher, esta agora sem mancha de pecado, que reina e reinará sempre no Céu e na terra.

No mesmo livro, Bertrand Russell diz que "o sexo é uma necessidade natural como o comer e o beber". Quero crer que não sejam frases assim que tenham trazido para o autor inglês sua imensa popularidade e seus elevados títulos. Trata-se efetivamente de uma proposição que tem sido formulada em muitos idiomas sem que possamos descobrir, na mais exaustiva das pesquisas, quem foi o felizardo que, pela primeira vez, num momento de iluminação, a enunciou com tôdas as sílabas. Daí para cá tem sido repetida a frase, e todos nós já tivemos ocasião de observar a satisfação e o ar de finura que geralmente acompanha o enunciado. Nós outros, que afirmamos a terrível diferença que existe entre o sexo e a alimentação, costumamos às vêzes trair um

certo acabrunhamento, como se nos pesasse a singularidade, a peculiaridade do sexo; mas o emancipado, que assevera a semelhança, que equipara o sexo ao comer e ao beber, ostenta sempre o ar jubiloso e superior de quem acabou de descobrir uma verdade libertadora. Tudo se passa como se quiséssemos fugir da realidade do sexo, como freqüentemente queremos fugir das implicações da racionalidade ou das obrigações da cidadania. Há na fragilidade da natureza humana uma tendência à fuga, não sòmente à fuga das prisões formadas pela palissada de preconceitos que nos ferem as asas da alma, mas à evasão daquilo mesmo que somos. O homem é o único ser que tem a estranha volúpia de evadir-se, não das grades externas, mas dos eixos internos.

Na verdade, aquela proposição, como todo o lugar comum sòlidamente estabelecido, é falsa. De dois modos podemos comparar duas coisas que não sejam idênticas: pelas semelhanças, ou pelas diferenças. De início observemos que há um traço de semelhança entre tôdas as coisas. De Deus ao átomo há um denominador comum que os filósofos — não os da escola do Sr. Bertrand Russell — chamam de analogicidade de ser. Além dêsse denominador comum transcendental, existem

analogias menores, mais superficiais, mais visíveis, e de certo modo mais aproximadoras. Posso dizer, por exemplo, que uma borboleta se parece com uma flor, que certos homens são como montanhas, e outros como juncos ao vento. Posso jurar que vi passar uma mulher de fogo; e posso asseverar, como o poeta, que existem as lágrimas das coisas. De analogias se alimentam os metafísicos e os poetas, porque existe um vínculo de parentesco real entre todos os sêres.

Considerada sob o largo ângulo da analogia, a frase do autor inglês é inatacável. O sexo é realmente uma coisa natural, como natural é o estômago. Mas nesse caso o autor inglês poderia ter construído assim a sua frase: "Os homens e as mulheres têm sexo, como têm pernas, braços, esôfago, imaginação, etc." Creio que nenhum de nossos autores jamais pretendeu que o sexo fôsse no homem um acidente sobrenatural. Sexo é natural. Estamos todos de acôrdo. Ainda mais: tanto o sexo como o comer, segundo Bertrand Russell, geram desejos que são ampliados pela abstinência e temporàriamente apaziguados pela satisfação. Mas creio também que ainda não houve no mundo um filósofo tão desvairado e tão mal informado que tenha chegado a negar que o sexo produz desejo. Além disso

cumpre notar que não se reduz àquele esquema tão simplificado o misterioso aparelho dos desejos humanos. O homem é um ser extravagante, sob êsse ponto-de-vista, e capaz dos mais variados desejos. Tem desejo de comprar um disco de Bach, e desejo de passear livremente na praia. Sendo contrariado, pelas leis cambiais do país num caso, ou por interferência da polícia no outro, o desejo pode se ampliar e tomar proporções inquietantes. Não é portanto o desejo que especifica o sexo e que o aproxima daquelas outras funções naturais. Nem me parece que valesse a pena escrever um capítulo de um livro para provar que o sexo gera desejos. Os psicólogos modernos provaram que existe um entrosamento interno entre os instintos de conservação da vida, pela nutrição, e o instinto sexual; e todos nós sabemos que há certas polarizações ambíguas, no corpo humano, que tanto funcionam numa direção como em outra. É antigo como o mundo o gôsto dos beijos amorosos, por onde se vê que a mesma bôca, que já servia para falar e para comer, serve também para beijar. Tudo isto prova a existência de interações muito íntimas enfeixadas pela imanência vital, mas não prova que o desejo de falar, de comer ou de beijar sejam da mesma espécie. E muito menos prova que, sendo todos êles

desejos naturais, devem ser atendidos com o mesmo grau de naturalidade. Consultando agora o lado exterior da questão, isto é, o objeto que especifica aquêles desejos, e depois ponderando a finalidade de cada uma das funções, começaremos a ver a diferença, bastante apreciável, que separa o amar do comer. O objeto da fome é o alimento que pode ser vegetal, ou eventualmente animal. O homem que tem fome, como sabemos, tem atração por uma "mayonaise" ou por um bife. Em certos casos pode ter preferência por um bife de carne humana, mas não é essa espécie de alimento que especifica a fome humana. No caso do amor físico, o homem sente atração por um corpo humano. Concluiríamos então, se quiséssemos insistir no paralelo, que o amor é mais particularmente parecido com a antropofagia do que com um jantar trivial. Quanto à finalidade, o homem come para se manter vivo; mas não é para isto, por mais veemente que seja o impulso, que o homem procura mulher. Tão imprudente é às vêzes o impulso que até chegamos a pensar que mais se parece com suicídio, como acontece com as abelhas, do que com sustento. Objetivamente, esquecendo os ímpetos da paixão todos nós sabemos que o sexo tem por finalidade principal a geração de vida. A essa

orientação produtora, diríamos nós, corresponde um instinto de morte, ou de despedida, já que plantamos aquela nova árvore da vida. Seja como fôr, esteja a razão com Freud ou com os poetas românticos que sempre viram no ato de amor uma espécie de morte, há uma profundíssima diferença entre a finalidade da bôca que come e da bôca que beija. Aliás, buscando agora nos moralistas uma contribuição, veremos que há uma chocante diferença entre as duas coisas que o autor inglês aproxima. Todo o homem tem direito à existência, e por isso, segundo os mais austeros moralistas, pode roubar para comer, para salvar sua vida. O faminto tem direito de roubar um pão, sem cometer sombra de pecado. O padeiro, de seu peculiar ponto-de-vista, não poderá distinguir os casos autênticos dos falsos, e tem todo o direito de chamar a polícia. Mas suposto o conhecimento perfeito do ato interior, o moralista católico dirá que não há culpa, nem merece o nome de roubo o ato daquele faminto. Transpondo o problema para o lado do sexo, teríamos de admitir o estupro se admitirmos a equivalência de naturalidade entre o sexo e a fome. E então, para atender a uma parte da humanidade que quer comer, teríamos de achar natural que a outra parte da humanidade não se

opusesse a ser comida. O próprio Bertrand Russel, páginas adiante, reconhece a necessidade de impor alguns limites ao uso do sexo; mas então, pergunto eu, se nós admitimos, depois de tôdas essas considerações, que o uso do sexo deva se inscrever num universo ético, por que começar por aquela equiparação entre o sexo e o comer?

A tendência do autor inglês é tirar, daquela sentença, que mostra o sexo tão natural quanto o comer, uma norma de maior naturalidade no uso do sexo. Êle quer o amor livre, quer a libertação dos preconceitos que exasperam os problemas do sexo, quer derrubar os tabus, os dogmas, as práticas ascéticas, mas não ousa dilatar até o infinito os domínios da naturalidade. Subsistem os limites; subsiste portanto uma ética reguladora. Não se vê bem qual seja, porque êsse mesmo autor, que procura o máximo rigor nos problemas da matemática, tem uma impressionante imprecisão de linguagem nos problemas da filosofia prática. Nesse campo, o laureado filósofo fala como qualquer orador político. Não se embaraça com a preocupação da nitidez, e por isso ficamos ignorando quais são as novas fronteiras, e sobretudo, quais são os novos eixos de sua filosofia moral.

Aceito o universo ético, sabemos que doravante a naturalidade dos atos humanos tem nova significação. Para nós passa a significar espontaneidade adquirida no exercício das virtudes, e não espontaneidade instintiva. Para Bertrand Russell não sei o que quer dizer naturalidade, amor livre, etc. Sei apenas que êle admite a idéia de uma regulação do uso das coisas, ainda que se trate de atos tão naturais como o amar ou o comer. A rigor, posso dizer que Bertrand Russell fala todo o tempo como um moralista, sim, como um moralista que está irritado com o sistema que encontrou mas não nos diz exatamente em que consiste o nôvo sistema que apregoa. Negando o direito de estupro, o pensador parece ter descoberto uma coisa enorme: que no ato de amor estão envolvidas duas pessoas, enquanto que, numa merenda, há uma só pessoa **versus** um sanduíche. Há duas pessoas ao menos nos atos normais, e por conseguinte haverá aquilo que deve regular as relações entre duas pessoas, e que os antigos chamavam de justiça. Mas recomendando o amor livre, onde haja mútuo consentimento, o autor inglês parece não ter ainda descoberto uma coisa muito trivial mas muito importante, que é a sociedade humana com tôdas as suas dimensões e complicações. Em outras pala-

vras, nós sabemos, há séculos, que duas pessoas não logram jamais se isolar do grande conjunto humano. De onde se conclui que o livre consentimento das duas não deve bastar, em nosso sistema ético, para legitimar o que juntas fizeram. É verdade que nosso autor afiança que o mundo será melhor, na base do amor livre e da emancipação sexual. Afiança, mas não prova, nem sequer encaminha o raciocínio nessa direção. O que se pode prever do hedonismo, que está na base da moral de Russell, ao contrário do que êle anuncia, é um mundo muito mais egoísta e muito mais feroz do que êste que já possuímos. Há, portanto, uma incoerência entre a generosa aflição de Bertrand Russell diante das ameaças tremendas que pairam sôbre o mundo, e a sua pregação de emancipação sexual.

DRAMAS CONJUGAIS

O tratado de Santo Agostinho sôbre o casamento (**De Bono Conjugali**) gira em tôrno dos três bens fundamentais que são designados com a conhecida trilogia: **Proles, Fides, Sacramentum.** O primeiro, que diz respeito à geração e educação dos filhos, foi ulteriormente chamado fim principal do casamento. O terceiro refere-se ao caráter sacramental do casamento cristão, e na ordem natural corresponde ao juramento solene que invariàvelmente, nas mais diversas culturas, como já mostramos, acompanha a cerimônia das núpcias. Já assinalamos também que foi sòmente no mundo moderno, desumanizado sob tantos aspectos, que o casamento se tornou burocrático e banal. Cumpre notar, entretanto, que os divorcistas não querem abrir mão dêsse bem que é o juramento. Apegam-se até demais à cerimônia, ao rito, e como disse Chesterton (**The Superstition of Divorce**), fazem questão de praticar o perjúrio com certa solenidade; ou, como disse Ruy Barbosa, querem o sacramento do adultério.

É do segundo bem, **Fides,** que nos ocuparemos mais detidamente neste capítulo, porque é em tôrno dêle que se processam os mais numerosos casos de dramas conjugais. No tratado de Santo Agostinho o segundo bem do matrimônio tem o sentido estrito de lealdade recíproca no que concerne à vida sexual. A violação dessa lealdade constitui a infidelidade conjugal que nas conseqüências extremas chega ao adultério. Mas na encíclica **Casti Connubii** de Pio XI, tôda inspirada na doutrina agostiniana, o conceito se dilata e abrange o domínio inteiro da assistência mútua na vida conjugal. E é nessa pauta, mais moderna e mais ampla, que vamos aqui tecer algumas considerações.

O drama conjugal é um desajuste de pessoas com dimensões psicológicas e morais. Para começar, não damos razão aos moralistas que só vêem as dimensões éticas do problema e que assim são levados a ver sempre o desajuste em têrmos de culpabilidade. Essa maneira esquematizada e brutal de encarar o problema tem conseqüências funestíssimas e leva muito curador de almas a enunciar conselhos e advertências que deixam os infelizes ainda mais infelizes. É preciso dizer, com ênfase, que pode existir aflição, dificuldade de convivência, sem que nenhum dos cônjuges seja

atualmente responsável. Pode haver infelicidade conjugal sem culpa dos dois, embora seja um pouco difícil imaginar tal aflição sem culpa de ninguém. Um personagem de Ibsen explicava seu sofrimento pelo gôsto que o pai tivera de comer lagosta regada com vinhos franceses. Cada um de nós sofre as conseqüências da intemperança ou da injustiça de milhões de pessoas, e pode assim acontecer que dois machucados se encontrem unidos pelo laço do matrimônio, e venham a descobrir, com penosa experiência, que as feridas não combinam.

Admitido êsse aspecto da questão, discordamos ainda mais vivamente dos psicólogos que negam sistemàticamente as dimensões morais do problema, como se nunca se houvesse culpa nos atritos conjugais. Em regra geral, e apesar da ressalva anterior, há culpa maior ou menor, não nos desajustes e nas decorrentes aflições, mas no modo de aceitar ou de não aceitar tais desajustes. O problema moral não se situa na dor, mas no modo de recebê-la. Como se já não bastassem as arestas mal ajustadas para a vida comum, os cônjuges as multiplicam por um terrível coeficiente de irritação do amor-próprio e então, com êsse nôvo dado, a aflição se transforma em desamor, em atritos, em brigas.

Há diversos tipos de discórdias conjugais. O mais comum é o das disputas abertas e estridentes; mas não é o pior. As querelas, a troca de reclamações ácidas, e até a pancadaria se quiserem, ainda são manifestações de vitalidade do vínculo, e ainda encerram, embora sob forma antitética, uma aspiração ao entendimento. Piores são os casas em que a própria briga se tornou impossível pela ação inibidora de um rancor profundo. Há ainda o caso em que se unem dois egoísmos, duas coleções de arestas cortantes, duas constelações de amor-próprio com bom entendimento recíproco, com boa entrosagem: nesse caso, que muita gente interpreta como casamento feliz, os feridos serão os filhos, as empregadas domésticas, e todos que passarem ao alcance daquelas navalhas bem conjugadas. Como no presente capítulo estamos cuidando da infelicidade conjugal, que tem por vítimas os próprios cônjuges, embora tenha outras vítimas indiretas, deixamos êsse terceiro caso e voltamos a tratar dos infelizes que consciente ou inconscientemente se maltratam.

São infelizes. Sofrem o vínculo como uma corda no pescoço esfolado. Sentem o aparelho institucional como a bôca ferida sente o aparelho protético mal pôsto. Quem não passou por essa experiência, ou não tem coração para

simpatizar com as experiências alheias, não pode fazer uma idéia aproximada do sofrimento que produz numa espôsa um gesto, uma palavra, um pigarro, um modo de acender o cigarro do marido que a encheu de decepções. O simples ruído da chave na fechadura da porta de entrada, na hora em que o marido volta do trabalho, que é deleite para a mulher feliz e amorosa, soa para a mal casada como para um de nós soam os ferrinhos do dentista. Vai abrir-se a porta, e vai começar para ela a luta consigo mesma. Crispa-se. Arma-se para o atrito ou para a resignação. Para o silêncio ou para a discussão. E é assim, como uma soma infinita de pequeninas dores espalhadas, que dói a vida conjugal.

Num casamento com tal desacêrto, e na medida em que há culpa, isto é, na medida em que o amor próprio se insurge contra a dor, já estão os cônjuges violando o fim secundário, o preceito da fidelidade, ainda que não cheguem ao adultério. Será razoável dizer que, em regra geral, os dois são igualmente culpados? Será justo lembrar o provérbio que diz que quando um não quer dois não brigam? Não, não parece justo nem razoável. Em todos os litígios humanos, o mais provável é que esteja de um lado a maior responsabilidade ou a mais nítida iniciativa da discór-

dia. O julgamento humano, através de enormes dificuldades, move-se sempre com essa convicção, e não com o pressuposto do equilíbrio de fôrças. A tendência do sábio juiz é a de procurar quem está certo e quem está errado. No caso das divergências conjugais, o fato de cada um ter amplas razões de queixa, não prova que ambos tenham razão ou que nenhum a tenha. Normalmente vivemos todos, no casamento ou na vida, aos cachações. Cada um de nós pisa os pés, e às vêzes acerta nos calos do outro. Cada um de nós decepciona dez pessoas por dia. Essa é a grande matéria da vida comum que pré-existe em relação ao conflito. Enquanto há boa disposição, o estômago da alma consegue digerir tudo, e até consegue o prodígio de transformar a mágoa em ternura. Diz outro provérbio que pancada de amor não dói, e êste parece-me mais verdadeiro. Para completá-lo seria preciso forjar um provérbio que dissesse que, sem amor, não há necessidade de pancada para a dor. Tudo dói. O efeito depende pois da disposição. A mesma indelicadeza, a mesma desatenção, materialmente a mesma, produz efeitos totalmente diversos, conforme a disposição. Já ouvi contar em dois tons a história do marido que esqueceu a data de aniversário de casamento. Num caso a môça ficou triste,

mas em sua tristeza havia ternura e benevolência: era portanto uma tristeza feliz. O bôbo do marido se descuidara e a muito custo, vendo flôres na mesa do jantar, começara a desconfiar que havia coisa. De repente dá um berro e levanta-se alvoroçado. No outro caso não houve flor nem berro. Nem houve discussão. O esquecimento era arrolado entre mil outras coisas guardadas com rancor.

Todos nós falhamos abundantemente. A vida conjugal, como a vida, é farta de aborrecimentos: o drama começa e se desenvolve quando se instala uma disposição nova em relação aos mesmos atos comuns. Não é pois na matéria que está o segrêdo do conflito: é no espírito com que ela é recebida ou interpretada. Casamento, sob o ponto-de-vista do fim secundário, que Santo Agostinho chamou **Fides,** é doação recíproca, é circulação de generosidade. Se um dos cônjuges interrompe a corrente, se pouco **tem** para dar (psicològicamente), ou se pouco **quer** dar (moralmente), o outro será infeliz, e tanto mais logrado quanto mais esperava do casamento e da vida. Sua paciência e sua boa vontade podem ter certo valor curativo do egoísmo do outro, ou podem mitigar a mágoa que vem da incurável carência do outro. Nesse caso não haverá conflito, drama declarado, mas o casamento será

dolorido e difícil. Pode também acontecer que a melhor boa vontade de uma parte não consiga desfazer a cãibra espiritual do egoísmo da outra, e o casamento será infeliz ainda que um dos cônjuges seja santo. E o que torna particularmente penosa a convivência, nesse caso, é a dificuldade de discernir o teor de responsabilidade nas carências do outro. Será imputável ao egoísmo tal ato ou tal omissão? Será, ao contrário, a falha do outro uma decorrência de incurável constituição psíquica? O cônjuge frustrado da assistência que esperava passa a viver oscilações violentas da alma. Ainda que não deixe transparecer, seu coração irá de um extremo ao outro, ora acusando, com severidade implacável e meticulosa, ora se acusando com acabrunhamento. O amor-próprio ferido produz os dois efeitos opostos: a agressividade e o sentimento de culpa. Ou melhor, produz sempre a agressividade, ora voltada para fora, ora voltada para dentro. E será muito difícil, para o cônjuge frustrado, o sadio e santo equilíbrio onde não haja inimizade contra o outro e contra si mesmo.

O drama conjugal é sempre um choque de egoísmos. E ainda que uma das partes tenha tido a iniciativa, a outra, em regra geral, entra no jôgo, e responde com egoísmo ao

egoísmo. Visto de fora, pelo mais arguto observador, é muito difícil descobrir quem começou e quem leva agora mais longe as reivindicações do egoísmo. Num curso ministrado a môças que se preparavam para o casamento, contei uma vez o caso de divórcio ocorrido nos Estados Unidos, em que o marido se queixava de não agüentar mais a vida em comum porque a espôsa insistia em espremer a pasta dentifrícia pelo meio em vez de fazê-lo corretamente pela extremidade.

— Que intolerância de homem! exclamaram as môças.

— Que teimosia de mulher, disse eu.

— Mas então o senhor acha que êle tinha razão de se zangar por **tão pouco?**

— E vocês acham que ela tinha razão de não atendê-lo em **tão pouco?**

Ficamos na mesma. Só no dia do juizo final viremos a saber quem tinha razão naquele estranho duelo; mas desde já sabemos que a pasta dentifrícia, no caso, era apenas a gôta que transbordava a taça cheia dos desentendimentos. É aliás regra geral, nos conflitos conjugais, a insignificância do pomo. Nunca é por êle mesmo que brigam. Nunca é aquêle episódio, aquêle detalhe que explica a discórdia, e sim a saturação anterior, o paiol

de ressentimentos que só espera uma fagulha para explodir.

Sem dar razão aos modernos psicólogos que pretendem tirar dos conflitos a substância moral, posso admitir que muita carência seja constitucional e desacompanhada de responsabilidade. Se um dos cônjuges é neurótico, por maior culpa alheia, parece claro que seus atos ficam dotados de menor valor moral; mas nesse caso o problema se arma para o cônjuge normal. Tem de se munir de santa paciência. Mas como pode êle, o cônjuge normal, saber exatamente onde termina a fronteira da doença e onde começa o domínio do egoísmo responsável? No caso das neuroses é extremamente difícil aceitar a falta de malícia e de complacência do doente. Por mais que nos digam os psicólogos, temos sempre a nítida impressão de que existe um enorme teor de egoísmo e de consentimento moral no doente que é ao mesmo tempo um doente real e um pseudodoente. Não creio que seja aconselhável, nos casos de litígio, convencer uma das partes da inculpabilidade e da mórbida inocência da outra. Tal situação é insustentável. Ninguém agüenta mais de um dia, ou de uma hora, essa idéia de atribuir ao outro uma carência incurável e vazia de significação moral. O conselho deve ser mais alto

e mais verídico: haverá certamente culpa na inestricável trama dos atos do outro, mas o único remédio para tal situação é a generosidade. Compete ao queixoso a difícil tarefa de não permitir que seu amor-próprio entre no jôgo e vá formar uma espécie de ação de cadeia, amplificando as operações do amor-próprio adverso.

Todo o drama conjugal é um drama de infidelidade, se por fidelidade entendermos a assistência mútua, o companheirismo dos cônjuges. Onde cessa a corrente de doação começa a infidelidade. A violação da lealdade conjugal começa muito antes da consumação do adultério; e muitíssimas vêzes começa por aquêle cônjuge que jamais chegará até o adultério. Pode acontecer que pùblicamente apareça um marido como infiel, quando na verdade a iniciativa primeira partiu do tranqüilo egoísmo de sua virtuosíssima espôsa. O algoz, nessa matéria, aparece freqüentemente como vítima. O maior responsável, aos olhos de Deus, aparece como inocente, digno de dó e de respeito, aos olhos dos homens. Seja dito de passagem que uma das propriedades da química do egoísmo consiste precisamente em dar aparências de virtude aos mais feios aleijões da alma. Não digo isto para encorajar os cavalheiros já bastante desembaraçados em

matéria de moral sexual; nem tão pouco me anima a desvairada esperança de convencer aos virtuosos que se instalam na tranqüilidade do egoísmo, e que muita vez atribuem à castidade o que provém da secura. O ponto que desejo frisar, e que me parece de enorme importância, é o seguinte: a verdadeira fonte da infidelidade conjugal não é o sexo, é o amor-próprio. Ou, em linguagem mais moderna, o egoísmo. O resto vem como conseqüência. É pecado contra a humildade e contra a generosidade, muito antes de ser pecado contra a castidade. Quem quer mais receber do que dar, no matrimônio, já é infiel. A noiva de véu e grinalda, detentora da mais pura e intocada virgindade, já começa diante do altar os passos da infidelidade, se vê no casamento uma glorificação de si mesma, uma mudança de vida para os gozos de um nôvo padrão, ainda que jamais chegue à extremidade do adultério. Já ali, na festa burguesa, que tão fàcilmente se mistura à solenidade religiosa, começou a ser espósa infiel porque espera mais receber do que dar. E quem, nos dias subseqüentes do casamento, torna a vida do outro mais difícil, voluntàriamente, já se tornou infiel.

Cada um tem de ajudar o outro. Não com a tática de fazer tôdas as vontades e de seguir todos os caprichos, como fazem as po-

bres môças angustiadas que vivem no susto de perder o marido. Tem de ajudar num sentido mais forte e mais difícil, que às vêzes toma o antitético caráter da resistência e da posição. Tem de ser paciente e manso, mas não pode levar a paciência e a mansidão a ponto de encorajar as falhas e as injustiças do outro. Na perspectiva da **Fides**, fim secundário do casamento, duas pessoas se casam para se completarem, e para se aperfeiçoarem. Quem faltar a êsse objetivo falta à fidelidade. Quem desajudar o outro é infiel. Mas é também infiel quem ajudar o outro a se tornar mais egoísta.

Não há nada mais difícil, na vida, do que o jôgo dos egoísmos. Tôda a humana tragédia está concentrada neste ponto em que se situam as raízes do pecado original. Os antigos ensinavam que o amor-próprio é a fonte e a origem de todos os pecados. No casamento, o problema é particularmente agudo por causa da espessura da convivência, e também por causa da desconcertante dessemelhança que existe entre o egoísmo masculino e o feminino. O egoísmo masculino, tão decantado pelas espôsas descontentes, é realmente mais brutal, mais ostensivo, mais descuidado, mais oficialmente antipático do que o insidioso e meticuloso egoísmo feminino, que muitas vêzes se veste

de zelos e cuidados envolventes que nem o espôso nem o filho apreciam. É muito triste a sorte do marido que não tenha a solicitude da espôsa; mas ainda mais triste é a do espôso que recebe uma solicitude pré-fabricada, que não se amolda à sua pessoa, e que evidentemente é feita mais para a satisfação própria da espôsa do que para o confôrto do marido e dos filhos. O egoísmo feminino quase sempre é envolvente, absorvente, e se manifesta no gôsto de mandar, de se apoderar, de paralisar as iniciativas do marido e dos filhos. O egoísmo masculino é menos dinâmico e menos meticuloso. Fora do casamento tem a crueldade elementar do animal de rapina. Manifesta-se na ferocidade da conquista e da posse. Mas dentro do casamento, onde não há lugar para aquela crueldade de pouca duração, o egoísmo masculino tende à abstenção, à omissão e ao isolacionismo. Em relação aos filhos, a tendência do egoísmo materno é a de abafar, asfixiar e devorar; a tendência do paterno é a de abandoná-los. É claro que existe hoje, por causa da emancipação e da masculinização da mulher, muito exemplo de mãe que deixa os filhos com as babás e só cuidam de si mesmas; mas a maneira pròpriamente feminina de ser egoísta é aquela, insidiosa e terrível, em que o ato de desamor imita as leis

do amor. Na moral burguesa, que é a quintessência da moral do egoísmo, foram os homens que inventaram o preceito pelo qual aturam tôdas as chantagens do fisco e das agências de publicidade: "eu pago para não me incomodar". As mulheres jamais elaborariam tal preceito. Elas são intervencionistas, e na medida em que obedecem ao amor-próprio são intrometidas e zelosas de suas interferências.

A mesma moral burguesa produziu um modêlo de lar que é apontado como exemplo de perfeição. A mulher em casa é poder absoluto. Resolve tudo o que concerne aos filhos e às empregadas sem consultar o marido, que aliás não quer outra vida. O marido é alheio ao govêrno da casa e indiferente aos atos de injustiça. Seu papel é o de trazer o dinheiro e levar a mulher ao teatro. Para chegar a êsse belo resultado, os homens inventaram uma supervalorização das atividades masculinas, no escritório, na repartição, e a conseqüente desvalorização da vida doméstica que então compete à mulher. E assim se tem um curioso esquema em que ambas as partes se comprazem na própria diminuição, coisa que é típica das operações do egoísmo. O egoísmo é sobretudo um processo de falsificação e de mentira. O amor-próprio,

como ensinam os antigos, não é um amor verdadeiro de si mesmo, que é bom. Não, o amor-próprio é um amor falsificado, um amor que engana a si mesmo de um modo que chega às vêzes ao prodígio. E é por isso, mais uma vez, que o egoísmo é a raiz da infidelidade.

Outra conseqüência funesta da ditadura do egoísmo é o agravamento da incompreensão. O egoísta, à medida que evolui, menos entende o que se passa com o outro. Enquanto o amor traz conaturalidade e instinto de compreensão, o amor-próprio só traz cegueira. Com prodigiosa sinceridade, o egoísta não entende a falta que o outro sente. E não decifra um só dos misteriosos sinais que são apelos consentidos e disfarçados pelo pudor da alma. Não decifra os gestos. Não ouve os timbres. E é aí, no fechamento do eu, na esclerose das artérias da generosidade que está a raiz da infidelidade conjugal. O resto vem depois, quando vem. Mas ainda que êsse resto, oficialmente chamado infidelidade, não apareça, já basta essa dose de veneno para tornar penosíssima a vida conjugal.

E daí? Pensa acaso o divorcista ter achado o antibiótico para tamanhos desconcertos? Como já vimos, o remédio que traz, por estranha coincidência, tem a mesma composição

do veneno. Se concordamos que está no egoísmo a raiz dos dramas conjugais, salta aos olhos que o divórcio só poderá agravar a situação. A solução divorcista equivale ao reconhecimento dos direitos e até da normalidade do egoísmo.

Mas então? perguntará o leitor aflito. Qual será o remédio para tão grande e aflitivo problema?

Há primeiro o preventivo. Antes de casar, a pessoa deve ponderar melhor as conseqüências da escolha feita. Há pessoas que não combinam, que não afinam, que dificilmente podem viver juntas sem os riscos da saturação e da conseqüente inimizade. Não diria que são incompatíveis, porque o têrmo me parece excessivo. Ou então, como Chesterton, direi logo que o homem e a mulher são incompatíveis. Sem chegar a uma apreciação tão absoluta e categórica, direi que há pares dificílimos, cuja aproximação tem de contar com uma espécie de RH psicológico. Será possível verificar, antes do casamento, essa relativa incompatibilidade? Em princípio não tenho nenhuma objeção contra uma nova espécie de exame pré-nupcial, desde que os interessados o aceitem livremente, e não se meta nisto a COFAP, o Ministério da Educação ou o da Guerra. Acredito que o progresso da psicolo-

gia profunda traga alguma contribuição útil neste assunto; mas jamais aceitarei a idéia de tomar tal teste com valor absoluto e decisivo. A alma humana é mais profunda do que a psicologia, e a capacidade de amor é maior, muito maior, do que as resistências marcadas pelas configurações psicológicas.

Mais do que na contribuição técnica, eu acredito no bom e belo instinto do amor. O casamento baseado na simpatia sincera e amorosa, e não em critérios extrínsecos e impessoais, ainda é a única e eterna fórmula. Tudo está em bem discernir o verdadeiro amor do outro, que cega e que engana.

E para os casos onde não se aplica mais o preventivo, receito o específico. Se a doença se chama egoísmo, o remédio se chama generosidade. Só pode ser êste. E por isso, para diminuir o número de casamentos dolorosos e para minorar a aflição dos consumados, temos de nos bater pelo estandarte da generosidade em todos os setores da vida humana. Na família, na educação, na política, nos problemas especiais como por exemplo o da imigração ou do petróleo, nas relações internacionais e nas questões internas — em tôda a parte é preciso apregoar a eficácia do amor, do desprendimento, da generosidade. Êsse é o grande específico para a dor dos lares e das

cidades. E os pais que não combinam, que não são felizes como sonharam, apliquem-se a viver para os filhos e para os outros, esquecidos de si mesmos. Essa, aliás, é a última oportunidade que têm de serem felizes, embora de outro modo. Mas é coisa assentada que não nos compete medir a dose e escolher a feição da felicidade que porventura possamos fruir neste mundo.

A GATA BORRALHEIRA

Até aqui não me havia passado pelo espírito a idéia de estar escrevendo um livro original. Tudo o que está escrito é efetivamente obra alheia, obra da humanidade e da Igreja, na qual apenas pus, de meu, o arranjo das partes, a escolha dos argumentos e o jeito das frases. Mas neste capítulo, modéstia à parte, sinto-me original, originalíssimo, pois pretendo comunicar ao leitor uma extraordinária descoberta que fiz, e que me daria o prêmio Nobel se chegasse até Estocolmo a notícia de meu achado. Acabo de descobrir que nas casas de família de classe média existem, associados à sorte da casa, as empregadas domésticas. Acabo de ver, na minha própria cozinheira, a mulher invisível, a "woman of no importance" dos tratados de moral familiar.

A primeira vista não parece **(videtur quod non)** que a empregada pertença à família, porque não é parenta. Nem sequer é a parenta pobre. Mas se o vínculo de sangue é a condição de inclusão na família, então

os dois cônjuges também não pertencem à mesma família. A própria base da família não se funda no parentesco biológico, por onde se vê que a família é mais uma instituição moral do que física. Os cônjuges se unem por um pacto moral com conseqüências físicas e morais. Convém aqui notar que o fim principal do casamento não é a geração de filhos considerada apenas sob o ponto-de-vista físico. Quando se diz geração entende-se também a geração espiritual ou educação, sem a qual não estaria cumprido o preceito relativo ao fim principal.

O pacto fundamental dos dois cônjuges, que na moral católica é elevado à ordem sacramental, constitui na ordem natural um vínculo moral entre duas pessoas que ontem pertenciam a quadros familiares diversos. Ora, a empregada doméstica também se vincula à família por um pacto moral, e passa assim a ser um habitante naturalizado do pequeno núcleo político. Não pretendendo defender a tese da indissolubilidade das cozinheiras, pretendo entretanto mostrar que sua presença na família é muito mais significativa, muito mais essencial do que à primeira vista parece. A cozinheira não é apenas o profissional que por acidente vem cuidar de um problema da casa, como o bombeiro hidráulico ou o eletri-

cista. Na marcha em que vão as coisas, a empregada doméstica será proletarizada, mas então deverá ganhar salário condizente e trabalhar apenas oito horas por dia. Terá, no seu ofício, os direitos dados pela cidade. No atual regime, prolongamento de uma situação anterior, a doméstica não está proletarizada, mas também não está incorporada na família. É uma adventícia, uma pessoa essencialmente provisória, sem os direitos da família e sem direitos da classe. Chego a pensar que será mais saudável para a estrutura da família a proletarização efetiva e franca da doméstica. Se a família não conseguiu assimilá-la, é melhor que não se prolongue essa situação equívoca que só serve para fazer da casa de família uma usina de injustiça. A prova mais evidente dessa injustiça está no fato de que ninguém, em são juizo e dentro dos critérios em vigor, considera a cozinheira como uma pessoa da família.

Ora, a empregada doméstica tem, na relação entre a família e a sociedade, um papel muito importante. É o personagem que vem de fora, da favela ou da cabeça de porco, é a consubstanciação do problema social que Pio XI chamou "o maior escândalo do século". É o representante da cidade, da multidão, que entra na casa de família, numa es-

pécie de teste para que a casa evidencie o espírito de seu dinamismo. Às famílias católicas eu direi que a cozinheira é Nossa Senhora, escondida sob a fuligem do pigmento humilde, que vem verificar se o interior vivo da residência cristã confirma o emblema do Congresso Eucarístico da fachada, ou se é apenas um sepulcro caiado.

Há uma simetria entre as empregadas e os filhos. Os filhos explodem a casa, transbordam, vão da casa para a cidade; as criadas vêm da cidade para as casas. O filho é uma entrega que a casa faz à cidade; a cozinheira é uma pessoa que a cidade confia à casa. Posta a questão nesses têrmos, salta aos olhos que não está funcionando bem o intercâmbio. Estamos diante de uma crise alarmante... Numa conferência que fiz há tempos numa sociedade de famílias católicas, as senhoras presentes concordaram logo comigo que havia uma crise: a falta de empregadas. Tive de explicar que não era ao desconfôrto das patroas que me referia. A crise reside no fato de funcionarem as casas de família à custa da marginalização da empregada, e portanto à custa de uma injustiça estridente. Mais precisamente, a crise, ou até o escândalo consiste no fato já referido de não ter a família assimilado a empregada doméstica, e de ainda não

a ter proletarizado. Sob certo ponto-de-vista, a situação da cozinheira era melhor no tempo da escravatura: era humanamente maltratada. Hoje é desumanamente bem tratada. Era escrava ontem, hoje é coisa. A situação da criada na sociedade é evidentemente superior à da escrava. Na rua, no bonde, no dia de votar a cozinheira tem diploma de cidadania igual ao nosso. Na casa não houve o mesmo progresso, resultando daí o aumento de tensão do conflito entre a sociedade e a casa de família.

Mas em tôda a parte onde vamos só encontramos patroas e patrões admiráveis. Conclui-se então que o sal da terra está em magníficas situações, mas a terra, por alguma misteriosa razão, não se deixa salgar. Em outras palavras, a culpa é das criadas. Algumas organizações beneficentes chegaram a essa mesma conclusão abrandada pela idéia de que às pobres criaturas falta cultura e nível moral. Numa dessas sociedades beneficentes, fundada para elevar o nível moral das empregadas, procurei investigar a fonte de energia moral de onde tiraria o instituto as reservas para elevar as empregadas. Pela lei dos vasos comunicantes, só o caso mais alto pode abastecer e pode dar ao que falta o que em demasia possui. Ora, não me parece evidente o pres-

suposto de que o nível moral seja correlato do padrão econômico. Na mesma ordem de idéias, não me parece evidente que o nível moral das patroas seja, em regra geral, melhor que o das empregadas. É verdade que elas gastam todo o ordenado em tolices pueris, é verdade que namoram sem prudência, muita vez sem decôro, e que se deixam engravidar sem matrimônio. Nós outros, somos bem comportados, e se às vêzes parece que gastamos dinheiro em coisas supérfluas é para obedecer ao preceito do padrão e da representação. Estranho mandamento, que aos outros obriga e a nós mesmos glorifica! As boas senhoras que desejavam elevar o nível moral das empregadas domésticas certamente pertenciam à espécie chamada decente e virtuosa. Mas será só isso a moral? Estará condensada no sexto e no nono mandamento tôda a lei de Deus? E o egoísmo? E a injustiça? E o comodismo? E o jôgo de boas relações que usamos para arranjar empregos excelentes para os filhos? E a acepção de pessoa? E o ócio? E o luxo? E o fechamento do coração? E a dureza da nuca?

As donas de casa imbuídas dos valôres da moral burguesa estão convencidas de que existe uma sub-humanidade criada por Deus especialmente para o serviço delas, e dêsse

postulado tiram as lógicas conseqüências. A patroa tem pleno direito de usar e manifestar dez quilos de impaciência; a criada não tem o direito de gastar uma grama de mau humor. A patroa que se descontrola é nervosa, a criada que responde é desaforada. Quem paga está dispensado de praticar as virtudes da paciência e da humanidade, está liberto dos preceitos da moral de escravos, como dizia Nietzche, da moral cristã; quem recebe salário está obrigado a possuir estas e outras virtudes. A situação ideal para uma família bem firmada nos preconceitos de classe é aquela em que as criadas atingem um grau eminente de santidade: uma Santa Catarina de Sena na cozinha, uma Santa Escolástica no tanque e uma Teresinha do Menino Jesus na arrumação. Assim, com tal equipe, o casal e os filhos estão dispensados de ser santos, e até de ser simplesmente honestos.

Numa reunião de família, onde havia uma boa dúzia de senhoras católicas, tive ocasião de fazer um curioso inquérito: em mais de mil confissões — tomando a média baixa de cem por cada senhora — nenhuma delas foi jamais interpelada sôbre os pecados contra o amor que devem ter às empregadas. Em compensação, tôdas são sistemàticamente interrogadas sôbre o problema do anticoncepcio-

nalismo. Por onde se vê que, para a maioria dos confessores, a vida da empregada doméstica não entra no quadro dos problemas morais da família. Ou então conclui-se que a penetração da moral burguesa no meio católico é muito mais grave do que muitos supõem, e é por isso que religiosos e religiosas fàcilmente se deixam levar pelos critérios que especificam as chamadas boas famílias e as chamadas pessoas virtuosas. Ora, para quem percorre as páginas do Evangelho, mesmo sem exagerada atenção, salta aos olhos que não pode haver integridade e virtude onde faltam a paciência e a humildade, e fica evidente que Nossa Senhora, mãe de Deus e dos homens, raínha dos céus e da Terra, é muito mais parecida com a cozinheira do que com a patroa.

As donas de casa têm de aprender — e já aprendem um pouco tarde — que a empregada doméstica não é empregada delas e sim das casas, que não podem estar sujeitas aos caprichos pessoais e sim à regra do bem comum doméstico, que são colaboradoras e não máquinas, e que são merecedoras não sòmente de uma benevolência magnânima mas também e sobretudo de um profundo respeito. Seria natural que aprendessem essas coisas com os maridos, porque a parte masculina do

mundo já viu chegar no mundo dos negócios o espantalho da justiça.

Mal ou bem, voluntàriamente ou constrangidos, os homens já começam a desconfiar de que um operário não é uma pura máquina, mas em regra geral não trazem para casa os dados dessas experiência. A parte masculina nas injustiças domésticas é a da omissão. A moral católica aponta o marido como cabeça do casal e chefe da família; mas a moral burguesa preceitua que os homens não devem se meter nas questiúnculas domésticas. São coisas que competem à mulher, são coisas em que, sem desdouro, sem diminuição da virilidade, um homem não deve se envolver. A casa de família se divide assim em duas partes, a das senhoras e a dos cavalheiros, como os mictórios públicos. Como já tive ocasião de dizer em outro capítulo, um dos aspectos característicos da moderna masculinidade é o da omissão. Convém ao moderno varão êsse código moral que o desobriga de muito aborrecimento. Outra vida não querem. Fique a mulher com todos os encargos e com todos os riscos de injustiça, fique o cuidado da educação dos filhos, o critério da admissão e demissão das empregadas, e tudo o mais que forma a vida moral de uma casa. Mas então, que espécie de chefia exercem os varões? A res-

posta a essa interrogação é um resumo de todo o sistema da moral burguesa: a chefia do marido consiste em trazer o dinheiro.

Não entra em meus propósitos desenvolver aqui um tratado de moral familiar, nem tenho a ambição de iniciar um movimento de reforma dos costumes católicos. Reclamo apenas, das autoridades competentes, em nome das palavras de Jesus e dos silêncios de Maria, a matrícula da Gata Borralheira no campo do apostolado e do zêlo pastoral. E aos sociólogos e psicólogos que se interessam pela sorte dos homens aponto um pequeno problema que não tem merecido, a meu ver, a devida atenção. Todos são unânimes em reconhecer que os conflitos entre os esposos são nocivos à formação do caráter dos filhos. E os conflitos entre os pais e as empregadas? À primeira vista, e sempre em função da mesma dogmática, não aparecem nocivos às crianças os espetáculos da injustiça porque os injustiçados são de uma espécie subalterna. Ora, atrevo-me a sustentar que, de certo ponto-de-vista, são piores os choques entre patrões e empregados do que os choques entre as pessoas da família. A criança aprende nesse espetáculo a pior lição do mundo: a lição do egoísmo admitido, a lição da inimizade entre as classes. O mundo sofre hoje as conseqüências de uma civilização

que durante quatro séculos apregoou a oficialização do egoísmo e a essencial inimizade entre os homens. E se êste é o mal específico de nossa época compreende-se logo como deve ser funesto, para a sociedade, o aprendizado de injustiça que se processa em casa. Além disso cumpre notar uma diferença importante. A animosidade entre os pais gera no filho um trauma psíquico de natureza afetiva que o inclina a tomar a defesa de um contra o outro. A animosidade contra a doméstica gera uma perturbação de natureza intelectual, metafísica, mais profunda e mais funesta: a criança aprende a detestar a humanidade, a natureza humana, a essencial e nuclear natureza humana representada por aquêle personagem humilde e obscuro, que não tem títulos para a dileção além de sua fundamental imagem e semelhança.

A casa de família que divide o universo ético em dois compartimentos, um para as pessoas de família e outro para a empregada, é uma escola de inimizade cívica. As crianças aprendem ali a tabuada do capitalismo, isto é, da mentalidade que divide o mundo do homem. Aprendem ali o pessimismo infeccioso que mais tarde, na vida da cidade, no campo da política, produzirá os mais amargos frutos. Já tive ocasião de dizer, em outro

lugar, que as mais graves distorções políticas são produzidas por um cansaço, por uma náusea da humana condição, por um desprêzo da humana natureza. Ora, a casa de família, que mostra à criança um exemplar da humanidade geral vinda dos morros e dos cortiços como objeto de desprêzo, prepara os caminhos dos mais monstruosos totalitarismos.

Em todos os códigos de direitos do homem recentemente proclamados falta o artigo que se refere ao mais incontestável e universal direito: o direito de ser amado. A casa de família, se quer ser benéfica para o mundo, tem de realizar a atmosfera de verdadeiro amor que a ninguém exclua. Todo o mundo sabe, e até os psicólogos já começam a saber que uma criança não pode viver sem amor. Ou não pode desenvolver-se harmoniosamente sem amor. Páginas atrás transcrevi a conclusão generosa de uma autora americana que, por contradição, é divorsista e defensora do amor. Quando porém se diz que a criança não pode crescer bem sem amor, em regra geral se entende amor por ela. Entende-se que a criança precisa ser amada. Mas isto, pelo amor de Deus, não basta! Mais uma vez, nessa retração do conceito, nessa especialização do amor, transparecem os dogmas da moral burguesa. A criança precisa de amor

num sentido mais amplo. Precisa de um ambiente em que o amor circule, em que todos se amem como Deus nos amou. Precisa de um ambiente, de um ar, em que todos respirem o mesmo oxigênio das almas, e em que ninguém seja excluído por não ser da família, ou por ser cozinheira.

CLARO ESCURO

Chego ao têrmo dêste volume com um penoso sentimento, com vontade de pedir desculpas ao leitor pelo triste livro que lhe trago, quase com remorso de me haver demorado a analisar as misérias da instituição que deveria ser a pequena pátria ensolarada das infâncias felizes. As lembranças que guardo de minha casa de menino deveriam inspirar-me, e realmente, em outros trabalhos, inspiraram-me um tom de lírico agradecimento. Mas os tempos passaram: mudou o natal e mudei eu. No que me concerne, a mudança consistiu na apreciação a que me forçaram as alheias experiências, repetidas todos os dias com os encontros da juventude machucada. Quase posso dizer que não passa dia sem trazer um caso, um dado a mais que vem engrossar o libelo acabrunhante contra o estado em que se acham as casas de família. O môço chega e põe-se a falar com embaraço e amargura, sabendo que sofre sem saber exatamente onde lhe dói a mágoa. Tem escrúpulos, perde-se em reticências, usa metá-

foras. O de ontem começou por dizer que na rua, no trabalho, entre os amigos, vê tudo claro, e que em casa, na hora do jantar, tudo lhe parece escuro. E não foi o primeiro a comparar as dificuldades da convivência familiar a uma escuridão. Êsse môço, entretanto, pareceu-me normal. Tem atitudes francas e riso desatado. Em sua casa, a julgar pelo que diz, respira-se amizade, mas uma espécie de amizade difícil e escura. Em outros casos, muito mais crus, vê-se o môço semidestruído, desossado, e por indução se adivinha a pressão dos egoísmos materno e paterno. E logo se desdobra diante de nós o mapa bem conhecido, o lúgubre planisfério das incompreensões familiares. O caso mais freqüente em nosso século é diferente daquele que Freud observou, e de onde tirou, dando-lhe indevida universalidade, sua teoria sôbre o super-ego e sôbre o caráter coercitivo da influência paterna. A estrutura sociológica observada por Freud, constituída pela predominância do caráter que David Riesman (**The Lonely Crowd**) chamou de **inner-directed** (caráter típico do apogeu da sociedade liberal), transformou-se numa outra estrutura em que predomina o caráter que o mesmo autor denominou **other-directed.** As fôrças anárquicas do mimetismo tomam o lugar dos fatôres hierárquicos de formação.

O grupo de moços nivelados pela idade e pelos problemas passa a influir mais do que a autoridade paterna. Diante de tal onda, as mães ainda multiplicam uma solicitude mais física do que moral, e os pais capitulam. Os casos mais freqüentes de pressão familiar, produzida pelo egoísmo e pelo pânico resultante da transformação social, são êsses da tirânica solicitude materna combinada com a capitulação paterna. O pai se afasta dos filhos, ou exerce apenas uma esporádica e nervosa autoridade; a mãe devora-o. Os moralistas ingênuos, que romantizam com vocabulário cristão as delícias da vida familar — lar cristão, coroa de filhos, amor materno, etc. — não fazem a menor idéia do drama subjacente que está minando a casa de família e que, de repente, produzem uma das classificadas catástrofes que saem nos jornais. Sem conceder a Freud e a seus ortodoxos discípulos que tôdas as perturbações psíquicas remontem aos choques da primeira infância, não podemos hoje ignorar o importantíssimo papel que representa o ambiente familiar nas distorções psicológicas. Não se trata, como ainda pensam muitos, de evitar as repressões e os supostos complexos produzidos pela disciplina. Hoje, como já dissemos, é a indisciplina e a ausência do pai que constitui o principal fator de pertur-

bação. O denominador comum, que ontem e hoje produz os conflitos familiares e as deformações psíquicas dos filhos, é o mesmo sutil e insidioso egoísmo e que tantas vêzes aqui nos referimos. E êste elemento, que às vêzes o psicólogo e o diretor de consciência não sabem discernir, é sentido pela criança como um veneno que entra pelos póros.

Mas apesar de todos êsses tristes espetáculos, que inculcam no observador superficial a idéia da malignidade intrínseca da família, ou a idéia de uma forma sociológica superada, nós não deixaremos de apregoar a maravilhosa riqueza da sociedade que se funda na natureza das coisas. Não renunciaremos ao fiel otimismo metafísico que vê, não só a bondade transcendental coextensiva com o ser, como também a bondade moral da instituição que decorre daquilo que o homem é em sua essência. Uma coisa porém é a essência, e outra é o estado do ser contingente plantado na sua existência. As interseções das trajetórias, os choques, os impactos, produzem as contusões e os defeitos de estado nas naturezas concretas. O conhecimento lúcido da natureza das coisas serve para apontar a norma, o ideal real e realizável pelas aproximações, bem como os remédios para os defeitos. Em nossa filosofia não achamos que é normal o estado em

que uma coisa freqüentemente se apresenta em sua existência, e sim o que ela deve ser por exigência de sua natureza. A normalidade está na linha da perfeição e não na linha da maior incidência existencial. Consideramos grave o êrro do empirismo sociológico, que dá título de normalidade aos fatos pela simples razão de serem freqüentes; mas não podemos ignorar que também é funesto o êrro de certo moralismo essencialista, que se alimenta de fórmulas inadaptáveis ao panorama do mundo.

O cristão, mais do que ninguém, deve saber que é trágica a condição humana, e deve saber que uma coisa intrìnsecamente boa pode encontrar-se em situação moralmente má. Sabemos que a família é boa. Aprendemos com nossos mestres, com Santo Agostinho por exemplo, que "Deus quis tirar todos os homens de um só para que fôssem mantidos em sociedade não sòmente pela semelhança do gênero como também pelos vínculos do parentesco." E por isso "a primeira aliança selada pela natureza na sociedade humana foi a união do homem com a mulher." A família é boa: mas está funcionando mal. Sob certo ponto-de-vista direi, a favor de nosso tempo, que os moços de hoje muitas vêzes são mais genuínos e sinceros no amor do que os moços

de quarenta anos atrás. Graças à sua maior liberdade, e à menor interferência dos interêsses familiares, o namôro é hoje mais verídico e sobretudo mais pessoal. Antigamente funcionava mais a instituição do que os encontros pessoais, mais os fatôres extrínsecos do que as afinidades personalíssimas. Os casamentos eram mais estáveis e felizes do que hoje, mas talvez possamos dizer que eram mais felizes de uma felicidade menor e menos exigente. Hoje há mais liberdade de experiência afetiva, mais exigência, mais naturalidade e maior sinceridade; mas em compensação, ou melhor em descompensação, há o terrível preço da liberdade desmedidamente procurada e vivida, e há também, pela antítese suscitada pelos rígidos modelos de antanho, o descrédito da instituição. Se aquêle tempo teve o defeito de ser hirto e esquematizado, pela má virtude dos preceitos cadavéricos da moral burguesa, o nosso tempo tem o defeito de ser descabelado e doido, pelo fato de não ter sabido discernir, na liquidação de valôres, os genuínos preceitos da verdadeira moral.

Creio que devo dar um pesponto naquilo que disse atrás da maior sinceridade dos moços de nosso tempo. Será mais exato dizer que em nosso tempo, ao contrário do que aconteceu nos anos em que funcionavam com regulari-

dade as normas da aparência da instituição burguesa, existe um contraste maior entre os grupos sociais. Dir-se-ia que houve um progresso simultâneo no mal e no bem, e conseguintemente uma diferenciação maior entre os diversos grupos. E não hesito em dizer que, naqueles grupos possuídos pelo delírio da frivolidade e freqüentemente formados pelos moços das mais ilustres famílias da república, o aviltamento chegou a níveis inimagináveis.

A família é boa, e boa será até o fim do mundo; mas está funcionando mal. Os exemplos entram pelos olhos. Os moços e môças que se queixam da escuridão familiar são hoje legião. Temos de enfrentar com veracidade, e sem romantismos de ufanismo cristão, o triste claro escuro de nosso problema. A família é boa, diremos mil vêzes; mas está funcionando mal, diremos duas mil vêzes. E quando a família vai mal, tudo o mais, política, economia, moeda, petróleo, indústria automobilística, partidos, imigração, tráfego das ruas, água, pão, tudo o mais irá de mal a pior. Porque uma sociedade é o que são suas famílias.

Num dos primeiros capítulos dêste livro prometemos colocar o problema na pauta da razão e da lei natural, pois sòmente nesta clave podemos debater com todo o mundo, católico

ou budista, o problema do divórcio e outros relativos à sociedade familar. Agora porém é forçoso dizer que a solução integral de tôdas as questões suscitadas não pode ser encontrada no plano horizontal das leis e dos recursos humanos. Será bom que os homens procurem seguir normas derivadas da natureza das coisas, que trabalhem com retos critérios para a conquista da maior felicidade, que lutem pelo bem comum temporal — mas o homem não foi criado por Deus para ser simplesmente humano. Sua tragédia consiste justamente na dignidade maior que lhe foi adjudicada no mesmo ato criador. O homem foi chamado para ser justo e irrepreensível diante da face de Deus. Foi criado para ser santo. E por mais trejeitos que faça, por mais habilidosas que sejam as suas contorsões individuais ou coletivas, históricas ou sociológicas, o homem não se livra de sua sobrenatural grandeza. Por estranho e paradoxal que isto pareça, é sòmente na fidelidade ao seu destino mais alto que o homem pode realizar mais razoàvelmente, ou menos cômicamente, o seu destino temporal. Em outras palavras, para que a humanidade seja mais humana é mister que seja mais santa. Por causa de sua transcendente vocação, que se tornou um dado histórico, um fato inseparável de sua natureza, o

homem não pode ater-se pura e simplesmente à sorte humana. Se tentar ser apenas humano, tornar-se-á desumano. O mundo continua a fazer desde a renascença essa experiência: o famoso humanismo degenerou em desumanismo. Libertado de tôdas as supostas alienações que o prendiam a Deus e aos mandamentos, o homem tornou-se escravo de sua própria obra.

É claro que daqui por diante minhas palavras transbordaram os limites marcados para êste livro. Já não se dirigem aos leitores sem Fé. Não está nas minhas mãos mudar-lhes o coração, nem é objetivo dêste trabalho o encaminhamento para o vestíbulo da Fé. Falo agora aos companheiros de peregrinação e de credo, e mais do que nunca se acentuam os contrastes do problema, pois estamos diante do claro escuro da Fé. Vimos atrás que uma sociedade é o que são suas famílias: diremos agora que as famílias, as muitas e diversas famílias de uma sociedade, e atrás delas a sociedade inteira, serão o que forem as famílias católicas. A essas cabe o trabalho de Moisés, o trabalho de agüentar o braço para que o bem triunfe. A êsses voluntários da cruz de Nosso Senhor cabe a tarefa de lutar pela humanização do homem e por todos os valôres da vida. São, como foi dito, o sal da terra ou

o diapasão do mundo. Mas, para que tão grande tarefa seja realizada, ou seja ao menos encaminhada, na atual conjuntura marcada pelo equívoco de quatro séculos, é preciso que os preceitos e conselhos evangélicos se apliquem na cauterização do mal específico da civilização liberal-capitalista-burguesa. É preciso que a família católica trabalhe e milite contra o mundanismo e se empenhe a fundo na tarefa de desvencilhar da moral das aparências os mandamentos de Cristo. A Igreja é vista por muitos como se estivesse vinculada aos critérios burgueses e mundanos e não se pode dizer que haja malícia nos que, sem a luz da Fé, vêem desfigurada a face da "espôsa sem mancha e sem ruga"; mas pode-se dizer que há malícia naqueles que, apregoando a Fé, trabalham na desfiguração. E pode-se dizer que é má, sejam quais forem as desculpas e os pretextos, tôda a obra ou tôda a cerimônia que venha alimentar o mal do século, isto é, que venha trazer mais um laço entre a Igreja e o mundanismo dos prestígios e das boas relações. Não adianta muito combater o divórcio em conferências, em jornais, telegramas, associações, se não combatemos a mentalidade que o produz, e até, ao contrário, a alimentamos nas mesmas conferências, nas mesmas associações. Não basta ter muitos

filhos, freqüentar círculos edificantes, pronunciar ou ouvir eloqüentes sermões sôbre o sacramento do matrimônio, para que a família católica funcione como família católica, ou simplesmente como família. Nós bem sabemos que existe um modo de emoldurar com virtudes cristãs os mais detestáveis aspectos do mesmo egoísmo. Estamos cansados de saber que existem famílias, as chamadas "boas famílias católicas" que vivem o credo da ostentação; que valorizam as pessoas pelos cargos e não pelas virtudes, e que até às vêzes, e muitas, as valorizam pelo automóvel; que praticam serenamente o filhotismo e o nepotismo; que humilham a mão escura que as alimenta; que desembaraçadamente tiram o confôrto do desconfôrto e da fome do pobre; que transmitem aos filhos, pela palavra e pelo exemplo, os artigos de fé da religião do prestígio e do sucesso; que acreditam piamente em príncipes sem principado e em aristocracias fundadas em suspensórios inglêses ou roupas italianas; e que depois de tudo isto vão pontualmente à missa dominical. Não há coisa pior do que a caricatura do melhor. A meu ver, não há coisa mais incompreensível, mais inexplicável do que o estapafúrdio conúbio entre a moral mundana e aquela que foi selada com o sangue do Salvador. Nossa religião se funda na obra

de um Deus louco, apaixonado, sangrento, crucificado. Ora, não há nada menos parecido com o herói do prestígio burguês, todo roupas, todo brilhos, do que aquêle estranho personagem que por amor se tornou desprestigiado, desclassificado, mal-visto pelos poderosos, escarnecido pelo presidente da república de seu tempo, condenado pelo chefe de polícia com o apoio dos demais personagens importantes e das boas famílias de sua terra. E certamente não há nada menos parecido com as excelentes e ilustres famílias católicas do que a pobre família de Nazaré em que o chefe trabalhava em tôsca carpintaria e a dona da casa fazia todo o serviço com suas próprias mãos. Bem sabemos que a moral católica não obriga à semelhança material e à completa renúncia dos supérfluos; mas obriga, enfàticamente, com solene pronunciamento, como se vê no ritual do batismo e de sua confirmação, à renúncia dos critérios mundanos. Obriga, mas não tem sido obedecida. Não podemos sondar os rins e os corações para dizer onde está o pecado: mas basta olhar em volta e ver como andam as coisas, para concluir, sem receio de êrro, que as famílias católicas estão funcionando mal. Porque, se não estivessem, as coisas não teriam chegado ao ponto que chegaram. O mau funcionamento é

visível, é vistoso, é até estranhamente ostensivo, como se houvesse gôsto de mostrar a diferença que separa esta família católica daquela de Nazaré. E então não admira que haja entre as nações que deviam cuidar da fome universal uma competição de satélites, que haja nacionalismos, inflação, demagogia, competição de glórias burríssimas, onde devia existir a zelosa preparação do bem comum. Se a família católica se estrutura no egoísmo oficial e nas exterioridades do mundanismo, nada mais admira.

O mundo precisa de fé e de amor; precisa de igrejas onde seja distribuído o corpo de Deus, alimento de amor e de fé: mas também precisa de casas, casas de família, igrejas menores, multiplicadas, onde se prepare o fermento da amizade, saúde do mundo, e onde as crianças aprendam, eficazmente, o desapêgo aos critérios que pretendem contrariar, ou corrigir, ou adaptar os mandamentos de Deus.

DIVÓRCIO, REIVINDICAÇÃO BURGUESA *

J. FERNANDO CARNEIRO

Tenho lido, nesses últimos meses, vários artigos, conferências e declarações favoráveis ao divórcio. Alguns dêsses artigos vieram assinados por nomes ilustres, por pessoas cujo mérito intelectual está acima de qualquer dúvida. Assim é que tanto a autora de *O Quinze*, a minha conterrânea Raquel de Queirós, quanto êsse admirável Carlos de Lacerda já tomaram posição contra a impertinência dos defensores do casamento.

Todos êsses artigos favoráveis ao divórcio me pareceram todavia medíocres, a mediocridade dêles não derivando dos seus autores, mas do assunto. É que a reivindicação do divórcio é em si mesma tão desinteressante que a defesa que dela se possa fazer será necessàriamente melancólica.

A solução do divórcio é uma solução particularmente grata às almas burguesas, ou pelo menos, às zonas burguesas da alma humana. É uma reivindicação de comodidade. Não chega a ser uma revolta. É um arranjo. Uma acomodação. Nessa questão de amor e casamento quer-me parecer que só há duas soluções: ou o casamento mesmo ou o amor livre. Creio que ninguém deveria ser a favor

* Transcrição do artigo citado no capítulo "Fins do Casamento". Êsse trabalho de J. Fernando Carneiro foi publicado em 1946.

do divórcio. E sim a favor do casamento ou do amor livre. Há porém os que são a favor do casamento com a possibilidade do divórcio. Entretanto, nessa proposta, o que existe é um equívoco, derivado do fato de que os partidários do divórcio não costumam atentar bem no que seja o casamento.

Casamento é um voto de união entre homem e mulher até que a morte os separe. E essa noção — que não é apenas católica — exclui a noção do divórcio. A instituição do divórcio modifica inteiramente o sentido dessa união. A só aceitação da possibilidade do divórcio transforma essa coisa — união entre homem e mulher até que a morte os separe — numa união entre homem e mulher enquanto der certo. A promessa de fidelidade até o fim da vida passa a ser uma promessa de fidelidade enquanto a ligação funcionar bem. E eis que isso passa imediatamente a ser outra coisa. Muito melhor, se quiserem. Muito mais razoável. Muito menos perigosa. Muito mais conveniente para os que perderam o espírito da aventura, a noção do que seja um voto, a capacidade de assumir um grande risco. Mas isso deixa de ser casamento. O divórcio não é portanto um adminículo à lei do casamento, um adendo, um parágrafo nôvo que se quer acrescentar à lei do casamento. É qualquer coisa que modifica a instituição do casamento de uma maneira substancial. E, nessas circunstâncias, por que não arranjar então outro nome para êsse contrato de fidelidade a curto prazo? Por que não ter a polidez de reservar o velho vocábulo para a velha coisa? O casamento, tal como nós o entendemos, cria na sociedade, nesse terreno das ligações entre homem e mulher,

um clima de bravura. Cria, de pronto, duas possibilidades de haver dignidade na formação dos casais: a primeira é a de que êles se formem sob o signo da indissolubilidade, a segunda é a de que êles se formem dispensando o apoio da lei, as vantagens do reconhecimento oficial, as festividades que vêm cercando, tradicionalmente, o casamento indissolúvel.

O divórcio se propõe a criar um clima de mediocridade. Nem indissolubilidade, nem ilegalidade. Com êle, tudo se arranja bem.

A única possibilidade de se emprestar dignidade a uma ligação sexual é a de que nela esteja presente um certo heroísmo, uma dose, ao menos pequena, de valentia, um componente qualquer de bravura. Ou essa bravura derivará da promessa de indissolubilidade, do voto de fidelidade mútua para as horas boas ou más, que os cônjuges se fazem, — ou derivará da disposição do casal em afrontar as vicissitudes da ilegalidade.

É possível, é freqüente mesmo, que um desquitado, tendo sido infeliz no casamento, e porque viva apenas no plano natural e não queira ou não possa lançar mão de nenhum auxílio sobrenatural, não sinta em sua consciência nenhuma razão moral que o impeça de tentar a felicidade na aventura de um nôvo lar. Pois bem. Isso é com êle. A lei do casamento o convida a assumir o risco da ilegalidade já que êle não quer honrar o risco da indissolubilidade. Mas êle estaria pedindo de mais se quisesse cercar essa nova ligação do mesmo cerimonial público, do mesmo ritual, das mesmas faculdades legais que constituem o privilégio do casamento indissolúvel.

Está claro que quem falhou num casamento, pouco importa se por culpa sua ou do outro cônjuge, não tem mais o direito de repetir a promessa de fidelidade até a morte, isto é, de realizar um verdadeiro casamento. Porque de duas, uma: ou essa pessoa já uma vez não foi capaz de honrar um compromisso público e solene de fidelidade até à morte e não deve pois repetir o compromisso; ou essa pessoa foi vítima da deslealdade do cônjuge e então não deve fazer a menor questão em se cercar novamente de uma garantia que em oportunidade anterior se mostrou inoperante.

Nós não somos cegos e sabemos que há muitos casos dolorosos na sociedade moderna, melhor diríamos, em tôdas as sociedades, em tôdas as épocas e em todos os povos. Mas o que nos parece é que o divórcio não é solução. Tomemos por exemplo um homem casado, mas cujo verdadeiro lar seja a casa da sua amante. A espôsa legítima, boa, verdadeira, leal, vive abandonada. Por que não dar a essa mulher o direito de novamente contrair um matrimônio? Tal reflexão, embora generosa, é, entretanto, superficial. A espôsa excelente que vive injustamente esquecida por um marido devasso, poderá, por questões de convicção religiosa, ou por outras razões, não querer ligação com nenhum outro homem, mesmo que a lei civil lhe facultasse. Mas suponhamos que nenhuma razão de ordem religiosa ou moral a impeça de se ligar a um outro homem. Por que então ela simplesmente não se desliga do marido e não vai viver com outro homem? Dirá alguém: mas ligar-se assim, sem um casamento? Que garantias terá essa mulher? Julgo que apenas

a garantia do bom-senso e do acêrto com que ela souber escolher. Para que a garantia matrimonial? Essa garantia ela acabou de ter, com o marido legítimo, e de coisa alguma lhe serviu. Por que insistirá ela em querer novamente a mesma garantia? Nesse caso só vejo duas soluções: a primeira, sem dúvida, é a da imolação, a do sacrifício, o qual é, aos olhos de Deus e mesmo aos olhos dos homens devassos, uma atitude fecunda e capaz de operar milagres; a segunda será uma solução não direi revolucionária, mas de rebeldia, de inconformismo.

Certas ligações que se processam fora da lei podem merecer senão o nosso aplauso pelo menos o nosso respeito. Nelas não atiraremos nenhuma pedra. Há ligações irregulares que não são medíocres e nas quais se vê uma certa intrepidez. Uma cota de sacrifício. Uma espera. Uma certa dignidade. O divórcio porém se propõe logo a mediocrizar essa ligação, a retirar-lhe todos os riscos, a eliminar a cota de sacrifício, a planificar o caminho do nôvo casal. O divorcista não quer nem imolação, nem revolução, nem fidelidade até à morte, nem rebeldia. Quer a acomodação, quer o arranjo, conveniente sobretudo ao burguês da decadência. O divórcio é, com efeito, uma das mais típicas reivindicações burguesas. Da alma burguesa de todos os tempos. A sua marca essencial é o horror a qualquer risco. O divorcista não aceita nenhum tipo de bravura. Exceto dinheiro, êle não quer pagar nenhum outro preço pelos seus amôres. É essencialmente antiheróico. Não se propõe a trazer a liberdade para as ligações irregulares. Quer apenas cercá-las de respeitabilidade. Quer para tôdas as infidelidades

conjugais e para os novos lares que se forem formando, vantagens que nem o casamento possui.

Os divorcistas apontam freqüentemente, como demonstração da necessidade do divórcio, a existência, no seio da sociedade, de um número elevado e crescente de casais irregulares. Julgo que êsse número excessivo de casais irregulares, existentes nas sociedades, serve para demonstrar a necessidade que essa sociedade está tendo de uma vida espiritual menos rasa. Mas, de qualquer sorte, a estatística dêsses casais irregulares — subindo como o gráfico da febre de um pneumônico, para usarmos a comparação de Raquel de Queirós — serve também para demonstrar que a lei do casamento não é coercitiva, e que ela não impede a formação de casais irregulares. Os casais têm liberdade de se organizarem fora da lei. A única coisa que a lei impede é que a tais casais se dêem os mesmos privilégios que a lei faculta ao primeiro casamento, isto é, à primeira ligação entre homem e mulher, feita diante de um sacerdote, de um juiz, ou de outras quaisquer testemunhas, e na qual os cônjuges se fazem uma promessa de fidelidade até à morte.

O divorcista porém, não desejando compreender essa natureza intrínseca do casamento, insiste em querer cercar as suas aventuras ou as suas tragédias da atmosfera, do prestígio e do *glamour* do casamento indissolúvel. Como o observou Chesterton, o divorcista faz questão de perjurar com a mesma solenidade com que pronunciou o primeiro juramento.

E é contra isso que nós protestamos. Contra a que os divorcistas despojem o casamento dos seus privilégios.

Por que querem os casais que se formam ilegalmente cercar-se dos mesmos privilégios dos casais regularmente formados? Ou êsses casais são de gente estimável, ou de gente leviana. Se são de gente leviana, se se trata de uma ligação sem seriedade e conseqüentemente estéril e infecunda do ponto-de-vista do amor, então não convém que a lei venha em apoio disso. Se porém êsses casais são de gente estimável e se organizaram em virtude de um grande amor — de um amor mais forte que a lei, mais forte que o exemplo dos antepassados, mais forte que os conselhos da Igreja — em conseqüência de uma dessas grandes tempestades da vida — de uma tempestade mais forte do que a vontade — então, a sociedade civil não os reconhecendo explicitamente convida os seus protagonistas a um pequeno ato de bravura: a que vivam à margem da lei, a que desprezem o auxílio da música de Mendelssohn, a que afrontem algumas restrições, já que não podem estar ligados por um voto de amor até a morte. A ilegalidade, ou melhor, a alegalidade passa a ser a única maneira de o casal demonstrar a possível legitimidade da união.

O divorcista porém está preocupado sobretudo com as exterioridades sociais e não com a essência do casamento. Quer uma solução legal para as misérias. Com um ar assim de quem quer leis de inquilinato. Porque há homens que abandonam as espôsas e fazem novos lares, acham necessário que se dê uma solução legal compreensiva e amigável a uma tal situação. Porque há casais que vivem

em promiscuidade, amanhã pedirão também uma solução legal compreensiva para tais casos. E eis que essa só preocupação da legalização do irregular, da solução legal das misérias, da solução burocrática dos conflitos, marca o caráter de impostura ou de equívoco, enfim o caráter eminentemente burguês e decadente da reivindicação do divórcio.

No Brasil então pode-se afirmar que a reivindicação do divórcio é absolutamente indigna de um líder revolucionário ou mesmo de um líder popular. Nós sabemos que o divórcio interessa sobretudo aos homens ricos, aos diretores de bancos e presidentes de sociedades anônimas. Êsses é que têm indenizações a pagar, garantias financeiras a dar, e gostariam de uma lei regulando tudo isso e garantindo-lhes o tranqüilo e conveniente gôzo legal de suas aventuras sentimentais. O nosso povo, não. Não tem propriedades a repartir, nem possibilidades de pagar pensões. E, na sua maioria, não chega a se casar. Se ajunta. Estão, do ponto-de-vista de lei civil, aquém do casamento. Conseqüentemente o problema do divórcio não se põe para êles.

Se essencialmente e lògicamente o problema do divórcio não se põe em si mesmo, como vimos, porque só duas soluções razoáveis podem existir, o casamento ou o amor livre, muito menos se põe o problema do divórcio para um líder proletário. Basta ir aos morros, às fábricas, às casas de comércio, ao subúrbio, ao interior e ver como se formam os casais. Por isso, quando a Esquerda Democrática inscreveu no seu programa a reivindicação do divórcio, isso serviu para assinalar o caráter infelizmente pouco revolucionário e essencial-

mente burguês dêsse partido. Quanto aos comunistas, em verdade, não se interessam sèriamente por essa questão, mas julgam útil, nas condições atuais da sociedade, assumirem posição favorável ao divórcio. Fazem-no porém sem nenhuma convicção íntima, apenas com aquela energia exterior com que costumam adornar tôdas as atitudes que êles imaginam lhes estarem sendo impostas pelas necessidades dialéticas e horários da destruição da sociedade capitalista.

Antes de terminar quero ainda aludir a um ponto: à questão dos filhos. Não é verdade que o divórcio seja remédio para a questão dos filhos naturais e adulterinos. Em países em que há divórcio, o que se verifica é que continuam a nascer filhos adulterinos e naturais produzidos por cavalheiros e damas divorciados. É uma ilusão supor-se que todo pai casará sempre com a mãe de seu filho, ainda que tenha o divórcio à mão e tôdas as facilidades. A verdade é que essa questão dos filhos naturais e adulterinos é inteiramente diversa da questão do divórcio. Julgo que todo filho, legítimo, natural ou adulterino tem direito a saber quem é seu pai e a lei, desde que consiga identificá-lo, deve obrigá-lo a reconhecer o seu filho, em qualquer circunstância.

No que se refere ao divórcio, continuaremos todavia a combatê-lo. Parece-nos útil conservar, no seio da sociedade brasileira, essa extravagante instituição do casamento monogâmico e indissolúvel, conservá-la assim mesmo, irremediável, tendo o sentido de um voto, a firmeza de um cais, a solidez de uma decisão irrevogável, as dimensões de uma grande aventura.

Coleção «FAMÍLIA»

1 — André Berge, COMO EDUCAR PAIS E FILHOS? — trad. de Teresa Araújo Pena — 3.ª ed.

2 — André Berge, A EDUCAÇÃO SEXUAL E AFETIVA — trad. de Teresa Araújo Pena.

3 — Maria Junqueira Schmidt, EDUCAR PELA RECREAÇÃO — 2.ª ed.

4 — André Berge, OS DEFEITOS DA CRIANÇA — trad. de Iaci Ewerton Martins — 2.ª ed.

5 — Gustavo Corção, CLARO ESCURO — 3.ª ed.

6 — J. M. de Buck, PAIS DESAJUSTADOS, FILHOS DIFÍCEIS — trad. de Maria Luísa Studart de Morais — 2.ª ed.

7 — M. A. Genevois, O. P., O CASAMENTO NO PLANO DE DEUS — trad. de Iaci Ewerton Martins.

8 — Dr. François Goust, VIRILIDADE, SEXO E AMOR — trad. de Iaci Ewerton Martins.

9 — André Berge, O COLEGIAL-PROBLEMA — trad. de Teresa Araújo Pena.

10 — Maria Junqueira Schmidt, EDUCAR PARA A RESPONSABILIDADE.

11 — André Berge, A LIBERDADE NA EDUCAÇÃO — trad. de Helena Ramos da Silva.

12 — J. M. de Buck, EDUCADORES EM CRISE — trad. de Maria Amélia P. Migueis.

13 — André Berge, OS DEFEITOS DOS PAIS — trad. de Rose Marie Gebara Muraro.

14 — Gaston Berger, TRATADO PRÁTICO DE ANÁLISE DO CARÁTER — trad. de Marcilio Teixeira Marinho.

15 — H. Müller-Eckhard, A CRIANÇA, ESSA INCOMPREENDIDA — trad. de Lúcia Jordão Vilela.

Composto e Impresso
por
LINOGRÁFICA EDITÔRA LTDA.
Escritório e Oficinas
Rua Bresser, 1281-1299 - Fone: 93-1332
SÃO PAULO

LEIA TAMBÉM

O DIÁRIO DE ANA MARIA — *Michel Quoist* (Coleção "Juventude" n.º 17)

O êxito de *O Diário de Dany* fêz surgir êste nôvo livro de Michel Quoist. *Dany* era dedicado principalmente aos rapazes, embora fôsse lido com grande interêsse também pelas môças. Por sua vez, *O Diário de Ana Maria* ajudará as adolescentes e também a seus pais e educadores. Quem sabe mesmo não poderá êle ser a "ponte" que vença as barreiras que muitas vêzes a timidez estabelece entre mães e filhas?!

O MUNDO E EU — *João Mohana*

O autor dedica seu livro "aos que desejam ter fé", mas estamos perante uma obra de perspectivas bem mais amplas. João Mohana conseguiu uma autêntica espiritualidade evangélica, válida para tôdas as épocas e para todos os homens.

EVA E SEUS AUTORES — *Irene Tavares de Sá*

Não só pela variedade e complexidade dos temas estudados, quanto pela originalidade de havê-los ilustrado com tipos femininos extraídos de filmes, romances e peças de teatro, EVA E SEUS AUTORES define-se como livro indispensável para todos aquêles que lidam no campo social ou estudam o problema da promoção da mulher. "A grande marca dêste livro é que o tema e o problema são cónsiderados não apenas do ponto-de-vista individual, ou feminino, ou social, ou brasileiro, mas do ponto-de-vista universal, humano e cristão" — diz *Alceu Amoroso Lima*.

EDUCAR PARA A RESPONSABILIDADE — *Maria Junqueira Schmidt* 2.ª edição — (Coleção "Família" n.º 10)

Êste livro já tem lugar seguro na estante dos pais e dos educadores brasileiros. Tendo-se esgotado a primeira edição, sai agora a lume a segunda, revista pela autora.

OS DEFEITOS DOS PAIS — *André Berge* (Coleção "Família", n.º 13)

Êsse estudo vale como um apêlo aos pais no sentido de romperem com as atitudes rígidas e de empreenderem sua própria reorientação. "Os Defeitos dos Pais" se lê como uma novela, cheia de bom humor e de espírito. As excelentes ilustrações de Déchamps merecem menção especial.

Êstes livros podem ser adquiridos na livraria de sua preferência ou na

Livraria AGIR *Editôra*

Rua Braulio Gomes, 125 (ao lado da Bibl. Mun.) Tel.: 34-8300 Caixa Postal 6040 São Paulo, SP

Rua México, 98-B Tel.: 42-8327 Caixa Postal 3291-ZC-00 Rio de Janeiro Guanabara

Av. Afonso Pena, 919 Tel.: 2-3038 Caixa Postal 733 Belo Horizonte Minas Gerais

Enderêço telegráfico: "AGIRSA"

Atendemos pelo Serviço de Reembôlso Postal